

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
MARIA ANTONIA FERNANDES NABARRO DE OLIVEIRA BENATI

IDENTIDADE TERRITORIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA (RO)

Taubaté – SP
2017

MARIA ANTONIA FERNANDES NABARRO DE OLIVEIRA BENATI

**IDENTIDADE TERRITORIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO
MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA(RO)**

Dissertação apresentada para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional do Programa de Pós-Graduação em Administração do Departamento de Gestão e Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira

Orientadora: Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes

Taubaté – SP

2017

MARIA ANTONIA FERNANDES NABARRO DE OLIVEIRA BENATI

**IDENTIDADE TERRITORIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE
ROLIM DE MOURA (RO)**

Dissertação apresentada para obtenção do
Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento
Regional do Programa de Pós-Graduação em
Administração do Departamento de Gestão e
Negócios da Universidade de Taubaté.

Área de Concentração: Planejamento, Gestão e
Avaliação do Desenvolvimento Regional.

Data: ____/____/____.

Resultado: _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Marcela Barbosa de Moraes Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Monica Franchi Carniello Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Profa. Dra. Quesia Postigo Kamimura Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. Cristiano Capellani Quaresma Universidade Nove de Julho

Assinatura _____

Dedico esse trabalho a todos que
contribuíram e me motivaram para a
realização de mais este sonho.

Maria Antonia Fernandes Nabarro

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela infinita graça e misericórdia derramada sobre mim e sobre minha família por meio da oportunidade de conclusão deste sonho.

Ao meu competente orientador, Professor Dr. Edson Aparecida de Araujo Querido Oliveira, pelo conhecimento dividido e pela habilidade com que me orientou neste trabalho.

À minha querida coorientadora, Professora Dra. Marcela Barbosa de Moraes, pelo exemplo de Mestre e dedicação em contribuir com a conclusão deste trabalho.

A todos os professores que atuaram no programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, pelo conhecimento semeado.

Aos agricultores Familiares do Município de Rolim de Moura- (RO), pela participação voluntária nesta pesquisa e pela confiança.

Aos servidores da EMATER/Rolim de Moura, pelo apoio diante das dificuldades encontradas na realização desse trabalho no processo do desenvolvimento intelectual e científico.

Ao Grupo Athenas Educacional, por acreditar no meu trabalho e pelo apoio durante todo o curso.

À Faculdade São Paulo (FSP), diretores, coordenadores e colaboradores pelas oportunidades de trabalho concedidas, em especial à minha amiga coordenadora pedagógica, Osana Scalzer, pelo carinho e apoio.

Aos meus alunos da Graduação e Pós-Graduação do Grupo Athenas, pelo incentivo e parceria na construção do conhecimento.

Ao meu esposo, Nivalcir Antonio Benati, com quem divido minhas alegrias, amor, carinho, orações, companheirismo e por acreditar nos meus sonhos.

Ao meu filho Matheus José Nabarro de Oliveira, meu presente, amor incondicional.

Ao meu filho do coração, Henrique Nascimento Benati, pelo respeito e carinho.

Ao meu pai, Antonio Fernandes Nabarro, que na sua humildade me ensinou a acreditar nos meus sonhos e dedicar-me aos meus objetivos.

À minha mãe, Jacira Móvio Nabarro, que já foi para os braços do Pai, mas cumpriu seu papel brilhantemente, educando-me para a vida.

Aos meus familiares, em especial à minha irmã Juliana Fernandes Nabarro, meus irmãos em Cristo e amigos, pela compreensão da minha ausência, pelas orações e pelo carinho.

Por fim, a todos que contribuíram diretamente ou indiretamente para a realização desta investigação, meu muito obrigada!

Sabemos que todas as coisas contribuem para o bem daqueles que amam a Deus, daqueles que são chamados segundo o seu propósito.

Rm 8:28

RESUMO

A agricultura familiar faz parte da rotina das atividades produtivas do país e contribui para o crescimento econômico e desenvolvimento das regiões, podendo influenciar a formação da identidade econômica, cultural e social dos recortes geográficos. O objetivo deste estudo é compreender a contribuição da agricultura familiar como fomentadora da formação de uma identidade territorial na cidade de Rolim de Moura (RO). A pesquisa é descritiva exploratória e, quanto à abordagem, é quantitativa. Para a coleta dos dados foram aplicadas 321 entrevistas estruturadas, por meio de formulários, a agricultores familiares da área de estudo no período entre 4 de fevereiro e 2 de março de 2017. Os dados coletados foram dispostos em tabelas e correlacionados utilizando-se a correlação de Pearson; dentre as correlações foram destacadas a de maior significância que nortearam a descrição dos resultados. Os resultados encontrados apontaram que no Município de Rolim de Moura (RO) os agricultores familiares dependem da renda da propriedade rural para seu sustento e que as relações com a terra estão além dos conceitos de território geográfico, envolvendo questões simbólicas, sóciopolíticas e econômicas que podem contribuir para o desenvolvimento local e criar uma identidade territorial para o Município de Rolim de Moura (RO).

Palavras-chave: Gestão. Desenvolvimento Regional. Inovação. Agricultura Familiar. Identidade Territorial.

ABSTRACT

TERRITORIAL IDENTITY AND FAMILY FARMING IN THE MUNICIPALITY OF ROLIM DE MOURA (RO)

Family farming is part of the routine of the country's productive activities and contributes to the economic growth and development of the regions and can influence the formation of the economic, cultural and social identity of the geographical cuts. The objective of this study is to understand the contribution of family farming as a catalyst for the formation of a territorial identity in the city of Rolim de Moura (RO). The research is descriptive exploratory and, as far as the approach is concerned, it is quantitative. For the data collection, 321 interviews were applied, structured through forms, to family farmers in the study area in the period between February 4 and March 2, 2017. The data collected were arranged in tables and correlated using the correlation of Pearson; among the correlations were highlighted the one of greater significance that guided the description of the results. The results show that, in the municipality of Rolim de Moura (RO), family farmers depend on the income of rural property for their livelihoods and that land relations are beyond the concepts of geographic territory, involving symbolic, socio-political and economic issues that can contribute to local development and create a territorial identity for the municipality of Rolim de Moura (RO).

Keywords: Management. Regional Development. Innovation. Family Farming. Territorial Identity.

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 – Localização do município de Rolim de Moura no Estado de Rondônia....20
- Figura 2 – Representação esquemática da metodologia da pesquisa60

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Distribuição de entrevistados por estado de origem	63
Gráfico 2 - Quais os cinco principais produtos cultivados na propriedade?	64
Gráfico 3 - Além dos produtos cultivados quais outras atividades paralelas a propriedade possui?	65

LISTA DE QUADROS

Quadro 1A – Beneficiários do PRONAF.....	37
Quadro 1B – Beneficiários do PRONAF (continuação).....	38
Quadro 2 – Modalidades do PAA.....	41
Quadro 3 - Conjunto básico dos indicadores rurais.....	51
Quadro 4 - classificação da correlação linear.....	59
Quadro 5 – Parcerias e características das festividades de Rolim de Moura (RO)...	89

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão simbólica	66
Tabela 12 – Conhecimento das festividades culturais do município	88
Tabela 2A – Correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão econômica.....	112
Tabela 2B – Correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão econômica.....	113
Tabela 3A – Correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão física	114
Tabela 3B – Correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão física	115
Tabela 4 – Correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão econômica	116
Tabela 5A – Correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão sociopolítica.....	117
Tabela 5B – Correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão sociopolítica.....	118
Tabela 6A – Correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão econômica.....	119
Tabela 6B – Correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão econômica.....	120
Tabela 7 – Correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão simbólica	121
Tabela 8 – Correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão física	122
Tabela 9 – Correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão sociopolítica	123
Tabela 10 – Correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão física.....	124
Tabela 11 – Correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão simbólica	125
Tabela 13 – Correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão sociopolítica.....	126

LISTA DE SIGLAS

CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
DAP	Declaração de Aptidão ao PRONAF
EMATER	Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e a Agricultura
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
KMO	Kaiser-Meyer-Olkin
MIS	Ministério da Integração Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OGU	Orçamento Geral da União
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PSPP	Public Social Private Partnership
RM	Ranking Médio
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
PIB	Produto Interno Bruto
UR	Unidade de Registro
VPB	Valor Bruto de Produção

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	Problema	18
1.2	Objetivos do Estudo	19
1.2.1	Objetivo Geral	19
1.2.2	Objetivos Específicos	19
1.3	Delimitação do Estudo.....	19
1.4	Relevância do Estudo.....	20
1.5	Organização do Estudo	21
2	REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1	Território	23
2.2	Identidade.....	27
2.3	Identidade Territorial.....	29
2.4	Cenário da Agricultura Familiar Brasileira	30
2.5	Políticas Públicas e Programas de Incentivo à Agricultura Familiar	34
2.5.1	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) ..	36
2.5.2	Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).....	40
2.5.3	Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).....	43
2.6	Agricultura Familiar: Valorização Territorial e Desenvolvimento Regional ...	44
2.7	Identidade Territorial e Desenvolvimento Regional por meio da Agricultura Familiar	47
3	MÉTODO DE PESQUISA.....	53
3.1	Tipo de Pesquisa.....	53
3.2	Características Metodológicas	54
3.3	Definição da Amostra da Pesquisa	54

3.4	Procedimento de Coleta de dados	55
3.5	Procedimento para Análise de Dados	57
3.6	IBM SPSS Statistics	58
3.7	Correlação Pearson.....	58
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	61
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	92
	REFERÊNCIAS	95
	APÊNDICE 1 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	105
	APÊNDICE 2 – Instrumento de Pesquisa	107
	APÊNDICE 3 – Tabelas da Correlação de Pearson dos Resultados da Pesquisa .	112
	ANEXO 1 – Parecer Consubstanciado do CEP	126

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar brasileira dispõe de ampla diversidade social, econômica e cultural, variando desde a pastoril tradicional até a pequena produção modernizada. Há uma pluralidade de estratégias de desempenho da agricultura familiar no domínio da economia territorial, o que beneficia o planejamento e a administração dos recursos naturais, a organização mais igualitária e sua gestão mais descentralizada (NANTES; SCARPELLI, 2001).

Por muito tempo intitulada agricultura de subsistência, a agricultura familiar faz parte da rotina das atividades produtivas do país e contribui para a atividade econômica e o desenvolvimento das regiões, consequentemente influenciando na identidade econômica, cultural e social dos recortes geográficos (ABRAMOVAY, 2006).

O último Censo Agropecuário, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ocorreu em 2006 e, de acordo com os resultados, dos 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares, 691 mil produtores tinham acesso temporário ou precário às terras e outros 170 mil declararam acessar as terras na condição de 'assentados', sem titulação definitiva (BALTAR, 2015).

Em 2017 haverá um novo Censo Agropecuário e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) objetiva visitar cinco milhões de estabelecimentos agropecuários brasileiros, a partir de outubro de 2017, para coletar informações sobre a área, a produção, as características dos agricultores, entre outros temas. A previsão é de que a coleta de dados ocorra durante cinco meses (IBGE, 2017).

Abramovay (2006) afirma que o Brasil possui uma das estruturas agrárias mais desiguais do mundo, embora que a agricultura familiar seja responsável por cerca de 70% dos alimentos consumidos no Brasil.

O pequeno agricultor ocupa papel decisivo na cadeia produtiva que abastece o mercado brasileiro e destaca a produção de alguns grupos de alimentos com forte presença na agricultura familiar: mandioca (87%), feijão (70%) carne suína (59%), leite (58%), aves (50%) e milho (46%) (KASSAB, 2016).

Schneider (2003) aponta a agricultura familiar como um referencial para um novo modelo de desenvolvimento rural de base sustentável e em consonância com as novas demandas ambientais, portanto, o reconhecimento da agricultura familiar

como segmento produtivo passível de um ambiente organizacional favorável ao desenvolvimento de atividades e a contribuição para o desenvolvimento econômico de regiões é um fato relativamente novo na sociedade brasileira.

O município de Rolim de Moura, localizado na região da Zona da Mata Vale do Guaporé (RO), é um importante polo regional, e o município mais populoso e economicamente ativo da Zona da Mata rondoniense.

A população, segundo dados do Censo do IBGE (2010), é de 50.648 habitantes e a área é de 1.458km², localizada a 476 km de Porto Velho, capital de Rondônia, seguindo o trajeto pela BR-364. Teve sua emancipação político-administrativa efetivada pelo Decreto-Lei Nº. 071 de 05 de agosto de 1983 e, sua instalação em 09 de novembro de 1984 (JANUÁRIO, 2012).

De acordo com Censo Agropecuário de 2006, do total de habitantes menos de 20% da população do município habitava a zona rural. O PIB do município é de R\$ 792.969.881,00, justificando a sua posição de 7º maior do Estado (IBGE, 2013).

O Produto Interno Bruto – PIB per capita do município é consideravelmente inferior ao PIB per capita do Brasil. Enquanto que em 2010 e em 2014, respectivamente, o PIB per capita de Rolim de Moura (RO) era de 12.390,44 e de R\$ 18.189,90; no mesmo período o PIB per capita do Brasil foi R\$ 19.878,00 e R\$ 28.498,00 (IBGE, 2016).

O município de Rolim de Moura (RO), embora seja relativamente novo, passou por diversos períodos econômicos e, segundo informações da Secretaria Municipal de Agricultura (2016), atualmente não tem uma identidade econômica definida, acarretando dificuldades no desenvolvimento econômico desse recorte geográfico e, conseqüentemente, no desenvolvimento da região.

A área plantada do município de Rolim de Moura (RO) é de 7.870 hectares (5,40% de sua área total), distribuída entre os principais produtos produzidos: café, arroz, milho, feijão, mandioca e banana. A agricultura familiar exerce papel precursor na economia do município. Muitos migrantes se instalaram na zona rural na década de 1980, inserindo essas culturas (JANUÁRIO, 2012).

A pecuária de leite também apresentou importância preponderante na evolução histórica da economia de Rolim de Moura, e é considerada a segunda mais importante atividade econômica do município (IBGE, 2010).

Os agricultores ainda produziam hortifrutigranjeiros que nem sempre tinham comercialização garantida ou eram comercializados a preço muito baixo, ficando os

agricultores e seus familiares, em sua maioria, à mercê dos preços que eram praticados pelos atravessadores e empresários do ramo de supermercados.

Diante dessas dificuldades e do êxodo rural dos descendentes dos agricultores familiares, o ocorrido ainda contribuiu para o aumento de problemas sociais, como distribuição de renda, desemprego e marginalidade, dentre outros (MATEUS, 2015).

Haesbaert (1999) afirma que toda identidade territorial é uma identidade social definida por seu do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta. Trata-se de uma identidade em que um dos aspectos fundamentais para sua estruturação está na referência de um território, tanto no sentido simbólico quanto no sentido concreto.

Assim, a importância de estudar a identidade territorial do município de Rolim de Moura (RO) não se restringe somente ao sentido relacional e sim nas interrelações entre os indivíduos com seus territórios e nas diversidades dessas áreas, que os definem como únicos e, assim, os constituem.

1.1 Problema

O desenvolvimento econômico, social, cultural e político é um conceito complexo e não pode ser interpretado somente por estudos simplificados, que incluem decomposição de alguns aspectos e aproximação por algumas formas de medidas (KAGEYAMA, 2004).

Quanto à agricultura e o desenvolvimento rural, os impactos da reestruturação econômica, produtiva e organizacional podem ser compreendidos como possível forma de desenvolvimento regional (SCHNEIDER, 2004).

De acordo com Bacha (2004), no âmbito do desenvolvimento regional e econômico:

A agricultura tem, essencialmente, cinco funções no processo de desenvolvimento econômico, sendo elas: abastecimento de alimento para a população; fornecimento de capital para extensão do setor não agrícola; mão de obra para o desenvolvimento e diversificação de celeridades na economia; divisas para aquisição de insumos e bens de capitais indispensáveis ao desenvolvimento de funções econômicas e em seguida constituem-se em mercado consumidor para as produções não agrícola (BACHA, 2004, p. 19).

Neste contexto, a pergunta que norteia esse estudo é: qual a contribuição da agricultura familiar como fomentadora da formação de uma identidade territorial na cidade de Rolim de Moura (RO).

1.2 Objetivos do Estudo

1.2.1 Objetivo Geral

Diagnosticar a contribuição da agricultura familiar como fomentadora de uma identidade territorial.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar a agricultura familiar do município de Rolim de Moura (RO);
- Especificar os ativos e recursos territoriais da agricultura familiar desse Município em relação à dimensão física, econômica, simbólica e sociopolítica e sua relação com o desenvolvimento territorial e regional; e
- Estabelecer relação entre economia local e identidade territorial do Município objeto de estudo.

1.3 Delimitação do Estudo

O estudo foi realizado no município de Rolim de Moura (RO), localizado na região da Zona da Mata Vale do Guaporé, interior do estado de Rondônia e tem como objetivo analisar

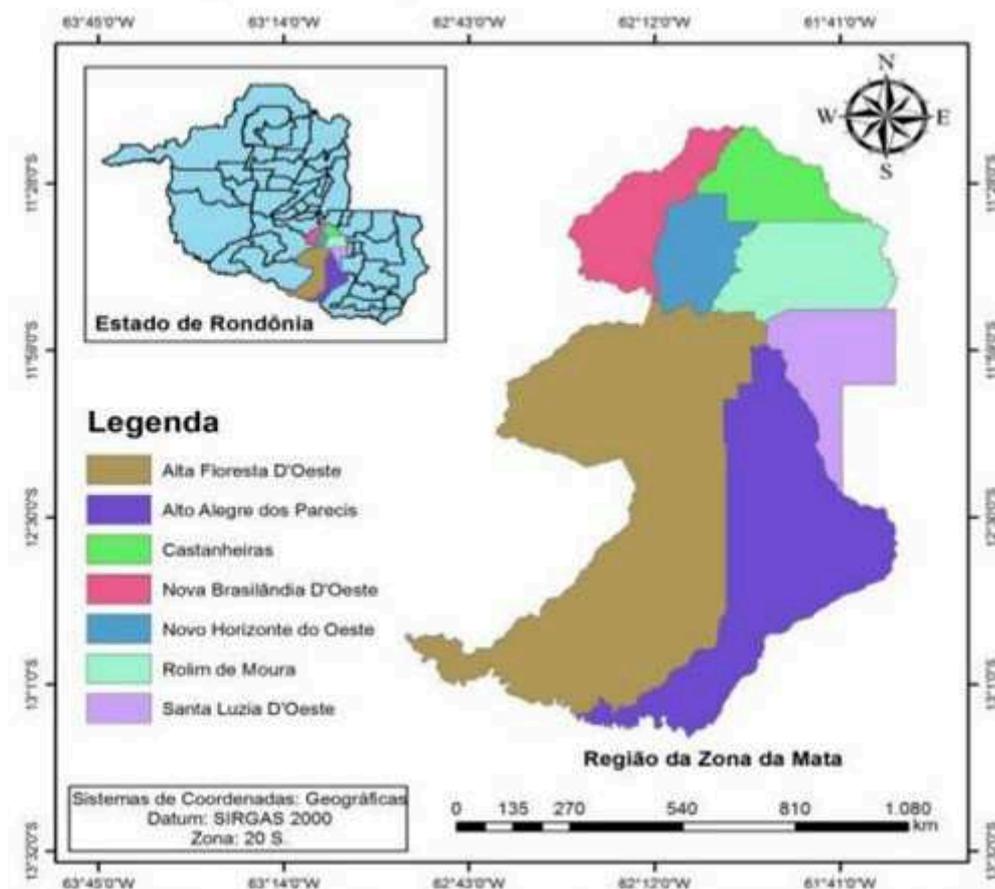
a agricultura familiar como fomentadora de uma identidade territorial.

Em meados da década de 1970 originou-se o Projeto de Colonização denominado Rolim de Moura pelo INCRA/RO. Em 05 de agosto de 1983 criou-se o município pelo Decreto Lei nº 071. Essa data coincide com a criação da Zona da Mata Vale do Guaporé, pois o município era o único existente; os outros eram seus distritos (MATEUS, 2015). Não há registro exato da criação da Zona da Mata Vale do Guaporé.

O território de identidade Zona da Mata Rondoniense é composto pelos municípios de Rolim de Moura, Alto Alegre dos Parecis, Castanheiras, Alta Floresta do Oeste, Santa Luzia do Oeste, Nova Brasilândia do Oeste e Novo Horizonte do

Oeste. A área da Zona da Mata é de 13.162.005 ha e 251.892 habitantes e o município de Rolim de Moura é considerado capital desse recorte geográfico pelos moradores da região, conforme ilustrado na Figura 1.

Figura 1 – Localização do município de Rolim de Moura no Estado de Rondônia



Fonte: Mapa elaborado pelo Eng. Especialista José Antônio Canizares Barnabé Júnior (UNIR/RM)

Este estudo não pretende sugerir a criação de novos métodos ou culturas da agricultura familiar, mas se propõe a estudar a possibilidade do fomento a esse tipo de agricultura para o desenvolvimento econômico do município de Rolim de Moura (RO) e no reconhecimento da identidade territorial a partir dessa predisposição.

1.4 Relevância do Estudo

Dentre os períodos econômicos que fizeram parte do desenvolvimento regional do estado de Rondônia destacam-se: período do ouro, a partir de 1744; da borracha, a partir de 1877; da extração da cassiterita, a partir de 1952; da extração do diamante, a partir de 1960; da madeira, a partir de 1970 e, finalmente, o ciclo

agropecuário a partir de 1971 com o plantio de lavouras de café e a criação de rebanho bovino (JANUÁRIO, 2012).

Em relação ao período agropecuário e o desenvolvimento regional, Medeiros (2016) explica que o envolvimento de imigrantes com culturas rentáveis, como o café, era inviabilizado pela necessidade de capital inicial e pelas barreiras impostas pelos grandes fazendeiros.

Desde a colonização do estado de Rondônia, os agricultores familiares deparam-se com dificuldades como: inaplicabilidade de políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar; possível inadequação do solo para a produção de alguns tipos de alimentos; má divisão dos lotes; precária disponibilização dos recursos hídricos; falta de acesso à infraestrutura educacional e de saúde; e dificuldades no transporte e na comunicação, dentre outras (ABRAMOVAY, 2006).

Essas adversidades levaram muitas famílias de agricultores a reconstruírem seus projetos de vida no espaço das cidades rondonienses. No município de Rolim de Moura, a migração das famílias do campo para a cidade desencadeou problemas sociais, como falta de emprego e renda; informalidade no mercado de trabalho; aumento desordenado da população nas periferias e falta de estrutura do município para atender à demanda dos cidadãos.

Este estudo sobre o fortalecimento da agricultura familiar é, portanto, relevante, pois busca compreender a insuficiência do desenvolvimento econômico da região, a carência da identidade territorial por um prisma econômico e a privação de oportunidades de melhoria de vida dos indivíduos inseridos nesse contexto.

1.5 Organização do Estudo

Para apresentar as informações que nortearão as discussões, este estudo foi estruturado em cinco seções. Na primeira seção está a parte introdutória, com a apresentação da problemática, onde estão explicitadas as possíveis respostas ao problema de pesquisa proposto, os objetivos geral e específicos, a delimitação e relevância do estudo e sua organização.

Na segunda seção realizou-se abordagem teórica, necessária à elaboração da pesquisa sobre agricultura familiar, políticas públicas, identidade territorial,

valorização territorial e desenvolvimento regional por meio da agricultura familiar. Essa seção está subdividida em quatro subseções.

A primeira traz uma revisão do cenário da agricultura familiar brasileira. Em seguida, discorre-se sobre as políticas públicas e os programas de incentivo à agricultura familiar, com foco no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

Aborda-se também a valorização do território a partir da aplicabilidade da agricultura

familiar fortalecida como hipótese para alavancar o desenvolvimento regional. Finalizando essa seção discutiu-se a correlação de identidade territorial e o desenvolvimento regional por meio da agricultura familiar.

A terceira seção expõe os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa bem como as técnicas utilizadas, destacando o tipo de pesquisa, a população, a amostra, os instrumentos e os procedimentos utilizados para a coleta e análise dos dados.

A quarta seção apresenta os resultados encontrados e a análise dos mesmos. Ao finalizar, a quinta seção apresenta as considerações finais deste estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nesta seção são discutidas as abordagens sobre território, identidade, identidade territorial, cenário da agricultura familiar brasileira, políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar, a agricultura familiar e sua contribuição para a valorização territorial, desenvolvimento regional e identidade territorial e desenvolvimento regional por meio da agricultura familiar, que é abordada por cinco eixos.

O primeiro eixo apresenta entendimentos sobre identidade territorial; o segundo discute a agricultura familiar em termos macro, para uma avaliação de cenários e compreensão das funções da agricultura familiar sustentável. O terceiro eixo aborda as políticas públicas voltadas para a população do campo.

O quarto eixo elenca a valorização do território a partir da aplicabilidade da agricultura familiar fortalecida, resultando no desenvolvimento regional. O quinto e último eixo traz a correlação de identidade territorial e o desenvolvimento regional a partir da agricultura familiar.

2.1 Território

Abordado de forma introdutória nas ciências naturais, a compreensão de território indicava a associação entre a influência de espécies animais ou vegetais com uma determinada área física (SCHMITT; TURATTI; CARVALHO, 2002). Posteriormente, o embasamento teórico de território foi incorporado pela geografia, que associa recursos naturais, espaço, poder e sociedade. A seguir, disciplinas como sociologia, antropologia, economia e ciência política passaram a absorver o debate desses conceitos (FLORES, 2006).

Posteriormente, o território foi escolhido por pesquisadores de diversas áreas do conhecimento como conceito central para o estudo de diferentes escalas e tipos de espaços geográficos e na elaboração de projetos de políticas públicas (MAGNAGHI, 2014).

Cocco, Urani e Galvão (2002) afirmam que:

A noção de território abarca um conjunto de características físicas e humanas que lhe imprimem individualidade e personalidade, refletindo certo estado de evolução e de interação entre condições naturais, tecnológicas, sistemas econômicos, estruturas sociais e

demográficas. Sua peculiaridade estaria representada, por exemplo, em manifestações de uniformidade ou homogeneidade presentes naquele local ou, ainda, associada à natureza das funções ou fluxos internos existentes (COCCO; URANI; GALVÃO, 2002, p. 76).

Moraes (2005) afirma que as características físicas utilitárias espalham-se em grande escala pelos territórios e incorporam suas microlinguagens: urbanização, arquitetura e industrialização, porém, o elemento que aciona esse contexto e define a identidade local é o usuário ou o grupo social.

Haesbaert e Limonad (2007) associam a compreensão de território em três aspectos básicos:

- **Jurídico político:** o território é declarado como um espaço determinado e controlado, onde se exerce o poder, geralmente considerado como poder político do Estado;
- **Cultural:** privilegia a extensão simbólico-cultural incorpórea em que o território é considerado como o produto da adaptação ou valorização simbólica de um grupo sobre seu espaço; e
- **Econômico:** ressalta a proporção espacial das relações econômicas, no impacto entre classes sociais e na associação capital-trabalho.

Lastres e Cassiolato (2005) ressaltam que a palavra território em suas variações refere-se à apropriação ou domínio coletivo ou individual e atribuem as seguintes dimensões:

- **física:** refere-se aos recursos naturais e aos resultados dos usos e práticas territoriais dos grupos sociais;
- **econômica:** refere-se à organização dos processos de produção do recorte geográfico;
- **sociopolíticas:** refere-se às relações sociais de domínio e de poder;
- **simbólica:** refere-se às relações afetivas, culturais e de identidade do indivíduo ou grupo com o seu espaço; e
- **cognitiva:** refere-se às condições para geração, uso e difusão de conhecimentos.

Para Dallabrida (2012, p. 44), o território deve ser compreendido como uma síntese de quatro características:

- o território expressa, em um determinado momento, um complexo e dinâmico conjunto de relações sócioeconômicas, culturais e políticas, historicamente desenvolvidas e contextualmente espacializadas, incluindo sua perspectiva ambiental;
- em função das diferentes formas de combinação temporal e espacial das relações acima citadas, os territórios apresentam, por conseguinte, grande diversidade, com fortes características identitárias e isto envolvendo diferentes escalas;
- os territórios assim identificados tendem, potencialmente, a apresentar laços de coesão e solidariedade também estimulados e dinamizados pelo crescimento das competitivas relações entre diferentes unidades territoriais no contexto da globalização; e
- assim, em termos dinâmicos, os territórios tendem a valorizar agora suas vantagens (e possibilidades) comparativas através de formas organizacionais sociais, institucionalmente territorializadas, capazes de promover uma inserção competitiva e bem sucedida nas novas e dinâmicas relações sócio-econômicas, culturais e políticas contemporâneas, em uma escala global.

Quanto às dimensões do território, Dallabrida (2000), Albagli (2004) e Fernandes (2013) atribuem a materialidade à dimensão física; a divisão territorial do trabalho e acumulação de capital à dimensão econômica; os conflitos e alianças entre grupos à dimensão sociopolítica; e a identidade coletiva de representações sociais à dimensão simbólica.

Acerca dos arranjos dos territórios relacionados à construção dos Estados modernos, que compreendem o estabelecimento de autoridade política, as legislações e a acomodação da diversidade cultural, Haesbaert (2015, p. 43) afirma que,

a prática política foi dada uma localização na qual ocorre: o espaço centrado no Estado territorial. E também foi dado um projeto temporal: a mediação de diferenças – de interesses, culturas, valores e classes – no interior do aparato unificado da comunidade política nacional (HAESBAERT, 2015, p. 43).

Esse procedimento se depara com problemas relevantes, como o enfrentamento entre políticas setoriais e políticas territoriais, estruturas centralizadas

e descentralizadas de gestão e planejamento, confronto de culturas, ambiente local e externo (FLORES, 2006).

Haesbaert (2014) e Ribeiro (2015) afirmam que as intervenções territoriais inteligentes podem acontecer embasados em dois requisitos: a construção de um novo conhecimento e a construção do poder político local/regional.

Assim, atribui-se ao território o eixo para formulação de estratégias de desenvolvimento regional, que é objeto de influência da cultura da sociedade por meio de movimentos sociais, de entidades privadas e de organizações não-governamentais (BUARQUE, 2002; DALLABRIDA, 2007; BRENT, 2015).

Quanto ao desenvolvimento territorial, Albagli (2004) atribui às externalidades positivas decorrentes da proximidade, da cooperação e da organização dos atores sociais. Santos e Pontes (2016) afirmam que o território se constitui enquanto tal não por que é construído pelo homem apenas, mas por que tem um conteúdo político que passa pelas manifestações de poder do espaço, sintetizando o conflito de classes existente na sociedade.

Acerca do território rural, Wanderley (2013) o compreende em duas partes. A primeira atribui ao espaço físico ser resultante da ocupação do território, da posse, do uso da terra e dos recursos naturais, da conservação e uso das paisagens naturais. A segunda consiste nas particularidades do modo de vida e na referência identitária desses atores.

Na busca pelo entendimento de modelos de instrumentalização das concepções e noções sobre essa determinação territorial, Pecqueur (2004) afirma que os territórios apresentam dois tipos de recursos: socioculturais ou ambientais.

Quando os recursos genéricos são transformados em bens destinados a geração de renda, eles não produzem distinção entre territórios, ou seja, são formados ativos genéricos que não apresentam uma personalidade identitária como peculiaridade local (DALLABRIDA, 2001).

A diferenciação, em termos de mecanismos disponíveis sucede quando manipulados os recursos específicos como ativos nas estratégias locais de desenvolvimento (FLORES, 2006).

Dessa maneira, a expectativa de concepção de estratégias baseadas na diferenciação está condicionada ao entendimento dos recursos específicos acessíveis e da eficiência de coordenar ações que desenvolvam o território a partir das particularidades adaptadas por esses aspectos (FERNANDES, 2006).

Albagli (2004) reconhece que é possível determinar modelos que visam o fortalecimento das territorialidades pelo estímulo dos vínculos de similaridade e colaboração, fundamentados na conveniência comum de preservar, reconhecer e acumular o que um determinado território possui – seu patrimônio cultural, suas peculiaridades, suas técnicas produtivas, potencialidades econômicas e seus recursos ambientais.

Hoggart e Buller (2015) alertam para a improvável construção dessas territorialidades apoiadas nas condições externas, sem estar fundamentadas nos recursos socioculturais do território; e assegura que o reconhecimento baseado em interesses externos, de particularidade instrumental, propõe angariar investimentos.

Dessa forma, a territorialidade é valorizada apenas pelo interesse especulativo e comercial, causando a exploração da territorialidade como forma predatória e insustentável no longo prazo, propensa a destruição do meio ambiente e do capital social (ALBAGLI, 2004).

Em relação aos procedimentos de construção de territórios e técnicas de desenvolvimento territorial, Paulillo (2000) afirma que há disponibilidade de práticas de poder e riqueza que consistem na capacidade da relação estratégica entre recursos humanos, atores políticos, valores culturais, condições tecnológicas e aperfeiçoamento corporativo.

Dallabrida (2001) e King (2015) afirmam que recursos de poder, a institucionalidade, a convicção e a cooperação ou reciprocidade são as condições que definem a estrutura social e o método de desenvolvimento que se implementa ao desenvolvimento de territórios.

Desse modo, quando há exigência de grupos nas negociações, os processos consequentes impõem limites que impossibilitam a construção social sustentável do desenvolvimento, seja por exclusão social, adaptação de recursos naturais e da receita territorial por grupos sociais preestabelecidos, degradação de recursos naturais e perda de identidade cultural (CHEUNG, 2015).

2.2 Identidade

A identidade envolve diversos entendimentos, relacionando-se tanto ao indivíduo no âmbito pessoal, como também na relação do indivíduo com a coletividade (FROELICH, 2013). A categoria de análise de identidade surge em

enfoques diferenciados, sujeitando-se à origem teórica na qual é abordada (FLORES, 2006).

A existência dos inúmeros princípios abordados no conceito de identidade é fruto da subdivisão do conhecimento, tendo em vista que o conceito de identidade é beneficiado nos estudos da Sociologia, Antropologia, História, Psicologia e Filosofia e, mais recentemente, na descrição da interação entre sociedade e espaço (LEBOSSÉ, 2004).

O entendimento de identidade é uma construção social, e ao longo do tempo os diferentes grupos sociais conceberam descrições que constroem identidades associadas a uma estipulada ideologia, etnia, cultura ou religião (BOLIGIAN, 2003).

Cherlotti e Pessôa (2010) julgam que a construção das identidades ocorre por meio das subjetividades individuais e coletivas, podendo relacionar-se a grupos sociais ou à afeição de pertencimento territorial, sendo que a dimensão simbólica do intangível na manifestação geográfica oportuniza as análises da produção do espaço, das paisagens e territorialidades.

A organização das identidades está consonante ao entendimento de imaterialidade, que permite uma análise dos sentimentos inclusos na técnica da construção da identidade e do investimento pessoal realizados em posições específicas de identidade (WOODWARD, 2009).

Gaio e Gouveia (2007) pressupõe que a identidade é um conceito emissor, que remete para um fenômeno dinâmico entre a dimensão política, os tangíveis territoriais e os resultados das interações sociais, económicas, tecnológicas das pessoas no espaço, que constituem a base dos processos de construção de imagem dos territórios, por meio da sua dimensão funcional e simbólica.

Giddens (2002) sugere que a identidade oculta negociações de sentido, choques de interesse, processos de diferenciação e hierarquização das diferenças, configurando como estratégia sutil de regulação das relações de poder.

Sawaia (2001) afirma que identidade é conceito político ligado ao processo de inserção social em sociedades complexas, hierarquizadas e exclusivas, bem como ao processo de inserção social.

Para Doria (2002, p. 126) “A identidade deve ser necessariamente interpretada como guia da ação projetual, como marca profunda da ação criativa, capaz de garantir senão uma hierarquia no universo aberto dos espaços projetuais,

uma orientação naquela mobilidade particular que é própria do movimento de produção indefinida de alternativas”.

A identidade apresenta uma variabilidade elevada em termos tanto temporais quanto espaciais; antes, tal variabilidade tende a ser maior na dimensão temporal do que aquela espacial (HAESBAERT, 2014).

2.3 Identidade Territorial

O conceito de identidade territorial faz parte dos argumentos de análise dos recortes geográficos. A relevância desses estudos conduz à capacidade explicativa de fenômenos amplos e diversificados (POLLICE, 2012).

Na concepção de Albagli (2004):

A identidade local manifesta-se mediante inúmeras formas de expressão, no âmbito cultural, étnico, linguístico, social, produtivo, político. Alguns dos atributos territoriais que podem garantir a criação de um senso de identidade são aqueles mais amplamente compartilhados por todos. Outros, embora existentes, podem não ser reconhecidos como tal ou não estar devidamente explicitados, podendo, como tal, constituir objeto de descoberta e/ou reinvenção (ALBAGLI, 2004, p. 306).

É adequado, portanto, investigar um aperfeiçoamento do conceito de identidade territorial como forma de influência do desenvolvimento local (BRANCO, 2003).

Sawaia (2001) conclui que a caracterização da identidade territorial ocorre por meio de uma natureza processual e interativa; considerando o resultado dos processos e mecanismos de interação entre as causas e efeitos das dinâmicas territoriais e da interatividade por sua capacidade intrínseca de entrar em relação sinérgica com outras ocorrências territoriais.

Seria oportuno, então, supor a identidade territorial não somente no sentido relacional, não apenas compreendendo que as identidades são consequências das inter-relações entre os indivíduos com seus territórios (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

Police (2010) afirma que:

por um lado, a identidade territorial gera e orienta os processos de territorialização, por outro lado estão as mesmas ações de territorialização a reforçar o processo de identificação entre a comunidade e o seu espaço vivido. A identidade pode ser

considerada tanto uma consequência dos processos de territorialização quanto uma causa dos mesmos; de outra parte a territorialidade e o território de fato é interpretado como fonte de criação dos valores, que pode ser alimentada somente ligando mecanismos de identificação dos atores locais. O território, entendido como espaço de pertença, torna-se assim um produto afetivo (POLICE, 2010, p. 9).

De acordo com a visão de Lastres e Cassiolato (2005), Pollice (2012) e Helmsing (2016), o sentido de pertença dos atores sociais é um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento local, ao compreender que o sentido relacional desses atores está relacionado com fatores sentimentais, sociais e simbólicos. Contribuindo, Haesbaert (2014) afirma que a identidade territorial não pode ser identificada nos objetos que a expressam: natureza, função e localização, mas deve ser baseada na atribuição de um valor simbólico da cultura ou do cenário.

Haesbaert (1999, p. 72) afirma que “toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campos das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social.”

2.4 Cenário da Agricultura Familiar Brasileira

A agricultura familiar caracteriza-se pela relação entre terra, trabalho e família (NAVES; MENDES, 2015). A atividade dos agricultores familiares é empreendida pela família e quando necessário são admitidos trabalhadores provisórios.

Wanderley (2013) caracteriza os agricultores familiares pelas relações de solidariedade entre parentes, amigos e vizinhos. Assim, a unidade de produção familiar pode ser interpretada como uma forte conexão entre terra, trabalho e família.

Na perspectiva de Abramovay (2012) o conceito de agricultura familiar destaca três características básicas: a) os membros estão relacionados por grau de parentesco; b) a propriedade é determinada com controle gerencial; e c) o controle é herdado de geração em geração.

Abramovay (2012) analisa que:

A agricultura familiar possui relações fundadas nos laços de parentesco e de vizinhança e as relações de parentesco ou mesmo a solidariedade dos vizinhos demonstra que os produtores ajudam uns aos outros. É importante destacar que esse tipo de relação está

desprovida de qualquer lógica capitalista, isto é, o produtor que recebeu o auxílio retribui em outra oportunidade o serviço prestado (ABRAMOVAY, 2012, p. 18).

Carneiro (2013) conclui que os agricultores familiares apresentam dificuldades de agregar-se aos mercados e isso intensificou as dificuldades do pequeno produtor nas concepções econômicas e organizacionais, dado que a modernização do campo acarretou alterações no próprio grupo familiar.

Mateus (2015) afirma que a produção agrícola brasileira foi classificada sob dois modelos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2000): o familiar e o patronal.

Essa classificação tem como finalidade estabelecer diretrizes para ações de políticas públicas que resultem no desenvolvimento rural e na integração dos produtores familiares ao mercado.

Na definição dos autores Grisa e Schneider (1995), as políticas públicas são um conjunto de ações do governo para produzir efeitos em áreas específicas e compõem os estudos governamentais à luz de grandes questões públicas.

Para Souza (2006):

As políticas públicas guiam nosso olhar para o locus onde os embates em torno de interesses, preferências e idéias se desenvolvem, isto é, os governos. Apesar de optar por abordagens diferentes, as definições de políticas públicas assumem, em geral, uma visão holística do tema, uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes e que indivíduos, instituições, interações, ideologia e interesses contam, mesmo que existam diferenças sobre a importância relativa destes fatores (SOUZA, 2006, p. 25).

Abramovay (2006) assegurou que a valorização da agricultura familiar no país foi marcada a partir de três planos distintos. O primeiro diz respeito ao plano intelectual, devido ao despontamento de estudos e pesquisas que permitiram estratificar e capturar toda a heterogeneidade da agricultura familiar no país e avaliar a sua importância socioeconômica.

O segundo plano, fortalecido com o lançamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) e da intensificação, na década de 1990, dos projetos de assentamento da reforma agrária, é o das políticas públicas, responsáveis pela geração de novas ocupações e negócios às famílias do campo.

Por último, no plano social, a agricultura familiar equivale a um conjunto de forças organizadas, cuja principal missão é a afirmação da viabilidade econômica da produção familiar, e, posteriormente, sua consolidação como seguimento relevante para a economia (MATEUS, 2015).

De acordo com o IBGE (2010) existem atualmente 4.367.902 estabelecimentos rurais de agricultura familiar no país. O Censo afirma que cerca de 90% dos 5.807 municípios brasileiros pautam-se na atividade agrícola como base de sua economia.

Quanto à participação da agricultura familiar na economia brasileira, Guilhoto *et. al.* (2007) apontaram que a produção familiar não somente é um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, como também possui importante contribuição para a geração de riquezas no país.

Os resultados dos estudos dos autores mostraram que mesmo com todo aspecto heterogêneo, a agricultura familiar é responsável por uma parcela significativa de todo o produto agropecuário brasileiro, inclusive com seu inter-relacionamento com outros segmentos importantes na economia.

Dados do último Censo Agropecuário (2006) e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2008, corroboram essa afirmação ao consentir o estabelecimento de comparações entre as realidades sociais do campo e das cidades.

Baeninger (2016) estima que a população residente em domicílios rurais no Brasil seja 16,3% do total. A região Nordeste concentra 47,9% da população rural do país, justamente a região com os maiores índices de pobreza, enquanto as outras quatro regiões dispõem os 52,1% restantes.

Em termos de acesso à educação, a população rural também apresenta índices bem inferiores do que a urbana. O número de analfabetismo entre pessoas com mais de 15 anos no meio rural três vezes superior ao mesmo número na área urbana, 23,5% contra 7,5%. Além disso, 43% dos responsáveis pelos domicílios rurais afirmaram não ter o ensino fundamental completo.

Referente à comparação dos rendimentos da população do campo e dos centros urbanos, os dados coletados pelo Censo Agropecuário 2006 também apontam uma notória desigualdade. A renda domiciliar *per capita* na área rural

corresponde a apenas 46% da renda dos domicílios urbanos, ou seja, menos da metade: R\$ 786,00 contra R\$ 360,00.

Outro ponto relevante a partir dos dados da PNAD é que a disparidade de renda entre os domicílios rurais também é elevada. Enquanto o Índice de Gini, que é o cálculo usado para medir a desigualdade social referente à distribuição geral da renda domiciliar, é de 0,515 no Brasil, entre os domicílios situados na área rural essa razão chega a 0,727 (IPEA, 2010).

Com relação à desigualdade de regiões brasileiras observou-se que a renda média mensal dos domicílios rurais no Nordeste era, na ocasião da pesquisa, R\$ 296,00, valor inferior ao salário mínimo da época. Ressalta-se que a região Nordeste tem a maior proporção de pessoas vivendo nas áreas rurais.

A região Sul apresenta uma renda média mensal de R\$ 606,00, mais do que o dobro dos nordestinos e a maior média dentre as regiões. A média correspondente a todas as regiões é de R\$ 578,75.

Quanto aos valores médios alcançados por homens e mulheres, observa-se que para os homens a renda chega a R\$ 598,00, enquanto que para as mulheres o valor é de apenas R\$ 299,00, demonstrando que além de baixa há uma significativa disparidade de renda quanto ao gênero no meio rural.

Abramavoy (2006) afirma que o Brasil tem uma das estruturas agrárias mais desiguais do mundo e o Censo Agropecuário de 2006 demonstrou que esse grau de concentração permanece praticamente inalterado desde 1985.

O Índice de Gini é um dado estatístico utilizado para avaliar a distribuição de riquezas de um determinado lugar, ou seja, um índice de medição das desigualdades sociais e do nível de concentração de renda. Em 2006, para desigualdade de terra registrou-se um índice de Gini de 0,872, não muito divergente do mesmo índice para os anos de 1995 e 1985, que foram, respectivamente, 0,856 e 0,857 (MUNIZ, 2007).

Dentre os fatos relevantes para o meio rural, destaca-se a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar em 1996, o Plano Safra Familiar em 2003 e a homologação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais pela Lei 11.326/2006, também conhecida como Lei da Agricultura Familiar, que estabeleceu “conceitos, princípios e instrumentos destinados à formulação das políticas públicas direcionadas à Agricultura Familiar” (Art. 1º).

No artigo 3º a Lei estabeleceu também que:

[...] considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos: I) não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II) utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III) tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV) dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família (BRASIL, 2006, Art. 3º).

Gehlen (2004) explica que as transformações operadas pelas políticas públicas geram impactos que induzem à reelaboração de conceitos, como o de identidade sociocultural, que inclui a noção e o 'lugar' do trabalho e o de cidadania, que inclui as relações de trabalho e com o meio ambiente.

Schneider e Cassol (2014) afirmam que tal processo introduz ou altera, na ótica dos produtores, os conceitos de trabalho e de competitividade nos seus aspectos de qualidade e de produtividade, cujos impactos interferem na reelaboração da identidade socioprofissional. Essas transformações causadas pelas políticas mostram-se insuficientes quando considerados que cerca de 12% da população rural vivem em condições abaixo da chamada 'linha de pobreza'.

Acerca da poluição rural que vive na linha da pobreza, Nascimento (2005) defende que esse cenário somente será mudado a partir do fortalecimento da pluriatividade, e acredita que esse crescimento ocorrerá apenas com o aumento do investimento em políticas públicas e programas de apoio à agricultura familiar.

2.5 Políticas Públicas e Programas de Incentivo à Agricultura Familiar

Em praticamente todos os sistemas e regiões os agricultores enfrentam problemas associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos. Apesar da estratégia de combinar atividades com prazos de maturação e fluxos de despesas e receitas diferentes visando reduzir o risco e a dependência de capital de giro de terceiros, é equivocada a visão da produção familiar como autosuficiente e totalmente avessa ao risco envolvido nas operações financeiras (DELGADO; CONCEIÇÃO; OLIVEIRA, 2005).

Schneider (2005) afirma que as políticas públicas e os programas de incentivo à agricultura familiar devem estimular o desenvolvimento da pluriatividade e

consequentemente do território, pelo fato de se apresentarem como alternativa para solucionar um conjunto das populações urbanas e rurais.

Na prática, a maioria dos produtores necessita de recursos de terceiros para operar suas unidades de maneira mais eficaz, rentável e sustentável. A ausência desses recursos, seja pela insuficiência da oferta de crédito, seja por causa das condições contratuais inadequadas, impõe sérias restrições ao funcionamento da agricultura familiar mais moderna e, principalmente, a sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais agressivo e exigente (ABRAMOVAY, 2006).

O governo, por meio das políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar, atribui à agricultura o papel de promotora do desenvolvimento econômico nacional e na melhoria das condições de vida da população (CARNEIRO, 2013).

Gomes *et al* (2014, p. 64) afirmam que a agricultura familiar é valorizada como “segmento gerador de emprego e renda de modo a estabelecer um padrão de desenvolvimento sustentável”.

Assim, na ótica de Carneiro (2013),

a adoção de políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar torna-se uma medida governamental ao atacar grande parte dos problemas sociais urbanos derivados do desemprego rural e da migração descontrolada na direção campo-cidade (CARNEIRO, 2013, p. 74).

Graeb *et al* (2016) afirmam que a força da agricultura familiar submete-se a aspectos que incentivem a sua sobrevivência no meio rural, como, por exemplo, as possibilidades da produção rural local e de suas práticas relacionadas aos métodos de transformação e comercialização.

Trata-se, em grande parte, de estratégias de sobrevivência praticadas pelos agricultores, que submetem-se a imprecindíveis relações com o comércio local e mercados externos (LIMA, 2011).

Ribeiro (2015, p. 407) afirma que “construir um novo conhecimento, que se transformará ao longo do tempo num novo paradigma, é a condição básica para efetuar ‘intervenções territoriais’ inteligentes, seja no nível das regiões específicas, seja no nível nacional.”

Para Muniz e Carvalho (2007), a criação e implantação de políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar tendem a amenizar esse fenômeno e promover o fomento da economia das regiões.

2.5.1 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, instituído em 1996 por meio do Decreto nº 1.946, tem como objetivo o fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e profissionalização dos produtores familiares (REDIN; FIALHO, 2010).

De acordo com o Art. 1º de seu decreto, o PRONAF busca “promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria da renda”.

Valeriano (2012) cita que em sua representação institucional o PRONAF busca atender às duas questões acima discutidas. Para tal fim foi estruturado em três linhas distintas: i) PRONAF Crédito: linha que desde o início do programa foi a principal em termos de volume de recursos, somando mais de 90% do total dos recursos; ii) PRONAF Infraestrutura e Serviços Municipais: a partir de 2003 passou a ser disposta em esfera territorial; e iii) PRONAF Capacitação: linha apoiada pelos recursos do Infraestrutura e que perdeu sua importância atualmente.

As políticas públicas atualmente passam por um momento de transição em que se encontram antigos e novos conceitos, e foi necessária a compatibilização dos interesses e da negociação entre as distintas esferas públicas (RONFORT *et al*, 2014).

Dessa forma, é correto afirmar que o PRONAF passou por várias alterações organizacionais desde a sua criação, visando aumentar as relações com o público beneficiário, os agricultores e produtores rurais que compõem as unidades familiares de produção rural e que comprovam seu enquadramento mediante apresentação da Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP.

Foram então definidas as características dos agricultores, conforme apresenta o Quadro 1 A e 1 B (continuação), oferecidas linhas de crédito especiais, redefinidas as taxas de juros e encargos, e outras ações que podem facilitar o acesso `queles que dispõem as menores faixas de renda e que estão em maiores dificuldades produtivas (SILVA, 2008).

Quadro 1A – Beneficiários do PRONAF

Grupo	Características
A	Agricultores familiares assentados pelo Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou beneficiários do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não contrataram operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não contrataram o limite de operações ou de valor de crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.
A/C	Agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF que: a) tenham contratado a primeira operação no Grupo A; b) não tenham contratado financiamento de custeio, exceto no próprio Grupo A/C.
B	Beneficiários que possuam renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, não superior a R\$20.000,00 (vinte mil reais) e que não contratem trabalho assalariado permanente.
C	Agricultores familiares que: a) explorem parcela de terra na condição de proprietário, posseiro, arrendatário, comodatário, parceiro, concessionário do PNRA ou permissionário de áreas públicas; b) residam no estabelecimento ou em local próximo, considerando as características geográficas regionais; c) não detenham, a qualquer título, área superior a quatro módulos fiscais, contíguos ou não, quantificados conforme a legislação em vigor; d) obtenham, no mínimo, 50% da renda bruta familiar da exploração agropecuária e não agropecuária do estabelecimento; e) tenham o trabalho familiar como predominante na exploração do estabelecimento, utilizando mão de obra de terceiros de acordo com as exigências sazonais da atividade agropecuária, podendo manter empregados permanentes em número menor que o número de pessoas da família ocupadas com o empreendimento familiar; f) tenham obtido renda bruta familiar nos últimos 12 meses de produção normal, que antecedem a solicitação da DAP, de até R\$360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais), considerando neste limite a soma de 100% do Valor Bruto de Produção (VBP), 100% do valor da receita recebida de entidade integradora e das demais rendas provenientes de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, recebida por qualquer componente familiar, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais;

Quadro 1B – Beneficiários do PRONAF (continuação)

Grupo	Características
D	<p>São também beneficiários do Pronaf, mediante apresentação de DAP válida, as pessoas que:</p> <p>a) atendam, no que couber, às exigências previstas no tópico IV - Agricultores familiares - e que sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - pescadores artesanais que se dediquem à pesca artesanal, com fins comerciais, explorando a atividade como autônomos, com meios de produção próprios ou em regime de parceria com outros pescadores igualmente artesanais; 2 - aquicultores que se dediquem ao cultivo de organismos que tenham na água seu normal ou mais frequente meio de vida e que explorem área não superior a dois hectares de lâmina d'água ou ocupem até 500 m³ de água, quando a exploração se efetivar em tanque-rede; 3 - silvicultores que cultivem florestas nativas ou exóticas e que promovam o manejo sustentável daqueles ambientes; <p>b) se enquadrem nas alíneas "a", "b", "d", "e" e "f" do tópico IV - Agricultores familiares - e que sejam:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1 - extrativistas que exerçam o extrativismo artesanalmente no meio rural, excluídos os garimpeiros e fiscadores; 2 - integrantes de comunidades quilombolas rurais; 3 - povos indígenas; 4 - demais povos e comunidades tradicionais.

Fonte: Silva (2008)

A criação do PRONAF e sua distribuição aos beneficiários trouxe um novo cenário para a propagação do microcrédito no Brasil, em especial para atividades produtivas rurais (BITTENCOURT, 2003).

Seu objetivo é diminuir a desigualdade de condições no acesso ao crédito. Rangel, Andrade e Divino (2007) apontam como um dos fatores responsáveis por diferentes níveis de crescimento econômico, já que tem uma consequência mais severa para os mais pobres do que para os mais ricos.

Alguns programas de microcrédito também são fomentados via bancos públicos, como o caso do programa *Crediamigo*, do Banco do Nordeste (NERI, 2008).

De acordo com o Governo Federal, as fontes de recursos para o PRONAF são: Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), Orçamento Geral da União (OGU), bancos cooperativos e os Fundos Constitucionais. Os recursos são determinados pelo Tesouro Nacional tanto para o financiamento direto aos beneficiários como para a equalização dos juros nos financiamentos do FAT (CARNEIRO, 2013).

No período entre as safras de 2014/2015 foram efetivados 1,9 milhão de contratos com um montante de recursos superior a R\$ 23,9 bilhões. O número de contratos é 4,5% maior que o da safra anterior e o montante de recursos teve um aumento de 9,4% comparado ao valor contratado na safra 2013/2014.

Ainda segundo o Governo Federal, o PRONAF ofereceu aos agricultores familiares R\$ 28,9 bilhões para financiar a safra 2015/2016. Além do crédito estão previstas medidas que permitem a ampliação da cobertura do seguro agrícola, a expansão dos mercados, a regularização da agroindústria familiar e a criação de um programa de apoio às cooperativas (BELTRAME; PEREIRA, 2017).

Veiga (2001) analisou as duas principais direções de ação do PRONAF: infraestrutura e crédito. Concluiu que o programa, apesar de suas limitações, colabora para o desenvolvimento rural e com a inclusão econômica dos agricultores familiares. Ainda de acordo com o autor, o programa criou a dimensão pública, que foi a criação de uma nova relação entre o sistema bancário e a agricultura familiar.

Gazolla e Schneider (2005) investigaram o PRONAF em relação à consolidação da produção para a segurança alimentar e o autoconsumo gerado pelo programa em uma região do Rio Grande do Sul.

Os autores diagnosticaram a chamada duas caras do PRONAF, que de um lado estimula o padrão produtivista tradicional na região em que os agricultores estão inseridos na dinâmica produtiva dos grãos e das *comodities* agrícolas. Do outro, estimula atividades produtivas alternativas a esse padrão, principalmente no que se refere à segurança alimentar e agroecologia.

Quanto às relações entre créditos do PRONAF e variáveis econômicas locais, Mattei (2006) investigou os indicadores de impactos do programa nos 100 municípios que conseguiram, até o ano de 2004, o maior volume de créditos do PRONAF em todo o Brasil no arranjo de produção agropecuário e na dinâmica das economias locais.

O autor utilizou a quantidade de créditos do PRONAF como variável explicativa para cada uma dessas variáveis dependentes nos municípios escolhidos.

Observou-se um incremento do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário nos municípios a partir de 2004, ocasionando um movimento positivo nos demais setores econômicos, portanto, o estímulo aos agricultores familiares pelas políticas públicas foi relevante nos impactos positivos em outros indicadores de desempenho econômicos dos municípios favorecidos (BELTRAME; PEREIRA, 2017).

Em estudo referente ao início do funcionamento do PRONAF, Guanziroli (2007) ressaltou que o programa foi positivo para a agricultura familiar brasileira durante sua primeira década.

Em relação às restrições para um melhor desenvolvimento do programa, o autor destacou quatro condições: i) falta de visão sistêmica dos técnicos que permita a indução de processos inovadores na atividade agrícola; ii) inexistência ou baixa qualidade da assistência técnica; iii) falta de integração nos mercados, de estrutura de comercialização e de agregação de valor; e iv) dificuldades no gerenciamento dos recursos do crédito.

2.5.2 Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, no âmbito do Programa Fome Zero, tem duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar.

Para o Governo Federal, o PAA exerce papel estratégico no combate à pobreza e é uma das ações que compõem o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM) em seu eixo inclusão produtiva rural.

Ainda segundo o MDS (2003), a execução do PAA está ancorada em seis modalidades:

- compra direta local da agricultura familiar ou compra antecipada da agricultura familiar;
- compra direta da agricultura familiar;
- compra antecipada especial da agricultura familiar;
- contrato de garantia de compra;
- incentivo à produção e ao consumo de leite; e
- formação de estoques para agricultura familiar.

Quanto às modalidades atendidas pelo PAA, apresentam-se conforme o Quadro 2.

Quadro 2 – Modalidades do PAA

Modalidade	Forma de Acesso	Limite	Origem do Recurso	Ação
Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	Individual	R\$ 4,5 mil	MDS	Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea
	Compra da Agricultura Familiar para Doação Simultânea	R\$ 4,8 mil		
Formação de Estoques pela Agricultura Familiar – CPR Estoque	Organizações (cooperativas / associações)	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Disponibiliza recursos para que organizações da agricultura familiar formem estoques de produtos para posterior comercialização.
Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF	Individual ou Organizações Cooperativas	R\$ 8 mil	MDS/MDA	Voltada à aquisição de produtos em situação de baixa de preço ou em função de necessidade de atender as demandas de alimentos de populações em situações de insegurança alimentar.
Incentivo à Produção e Leite- PAA Leite	Individual ou organizações (cooperativas / associações)	R\$ 4 mil por semestre	MDS	Assegura a distribuição gratuita de leite em ações de combate à fome e à desnutrição de cidadãos que estejam em situação de vulnerabilidade social e/ou em estado de insegurança alimentar e nutricional. Atende os estados do Nordeste.
Compra Coletiva	Individual ou organizações (cooperativas / associações)	R\$ 10 mil	Órgãos Públicos Estaduais e Municipais	Atende às demandas regulares de alimentos nos órgãos públicos estaduais e municipais
Compra Institucional	Individual ou organizações (cooperativas / associações)	R\$ 8 mil	Órgãos Públicos da União, Distrito Federal	Compra voltada para o atendimento de demandas regulares de consumo de alimentos por parte da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

Fonte: Mateus (2015)

A distinção entre as modalidades ocorre na forma de operacionalização. A modalidade de doação simultânea é operacionalizada pela Companhia Nacional de Desenvolvimento (CONAB) por meio de contratos com organizações de agricultores, associações ou cooperativas, enquanto que as modalidades operacionalizadas pelo MDS, em convênio com estados e municípios incentivam a produção, trabalham diretamente com o indivíduo, não utilizando-se do associativismo e do cooperativismo.

Quanto à quantidade de venda da produção por famílias são as mesmas entre os convênios, seja ela com a CONAB ou com o estado e municípios (MATEUS, 2015). No início do PAA, os governos estaduais e municipais, na sua maioria, não aderiram ao Programa porque viam como obra política e de partido de esquerda, entretanto, organizações do campo se interessaram em aderir a essa política vinda do governo federal (ABRAMOVAY, 2006).

De acordo com a proposta do programa PAA, os agricultores familiares para participarem da compra com doação simultânea pela CONAB deveriam estar organizados em cooperativas ou associações e encaminhariam a proposta de adesão à CONAB, informando os envolvidos, os alimentos que produzem com a agricultura familiar, quantidade, entidades que seriam beneficiadas e, por fim, informando a prioridade de entrega dos alimentos, o dia da semana e horário (MUNIZ; CARVALHO, 2007).

O público beneficiário do PAA é formado por fornecedores e consumidores. Os primeiros são agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, indígenas, integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e demais povos e comunidades tradicionais, que atendam aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006 (MATEUS, 2015).

Os consumidores são indivíduos em situação de insegurança alimentar e nutricional e aqueles atendidos pela rede socioassistencial e pelos equipamentos de alimentação e nutrição (MATEUS, 2015).

De acordo com o MDS, como forma de estímulo à necessidade de os agricultores familiares se articularem, a partir de janeiro de 2017 os órgãos federais devem destinar no mínimo 30% dos recursos aplicados na aquisição de alimentos para produtos da agricultura familiar. Com isso, a União vai abrir um mercado institucional de cerca de R\$ 1,3 bilhão para produtos do setor (DA VEIGA, 2016).

A medida também pode ser replicada em estados e municípios e permite a compra, com recursos financeiros próprios, de produtos da agricultura familiar de forma simplificada e segura pelas chamadas públicas, com dispensa do processo licitatório. Os alimentos adquiridos podem ser utilizados para atender à demanda de hospitais, quartéis, presídios e restaurantes universitários, entre outras instituições.

2.5.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

A alimentação escolar é justificada como um direito dos cidadãos e uma das estratégias de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN). Atualmente, novas direções de efetivação do PNAE foram determinadas a partir da Lei Federal no 11.947 e da Resolução no 38/Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) promulgadas em 2009.

O FNDE transfere verbas provenientes do governo federal para a alimentação escolar dos estados e municípios com base no número de alunos matriculados na educação básica. Uma das diretrizes estipula que no mínimo 30% do total desses recursos sejam destinados à compra de alimentos, opcionalmente orgânicos, produzidos pela agricultura familiar local, regional ou nacional (SARAIVA, 2013).

A compra da agricultura familiar para o PNAE é uma regulamentação recente. A inviabilidade de fornecimento regular e constante como justificativa para o não atendimento dos 30% exige articulação entre quem compra, que é a demanda de alimentos para as escolas dos municípios, e quem vende, que é a oferta de alimentos produzidos pelos agricultores familiares (SARAIVA, 2013).

Nesse espaço de interlocução destaca-se que o planejamento dos cardápios escolares, como primeiro passo para a compra da agricultura familiar, deve basear-se em novos referenciais: o de promoção da saúde conjugada à sustentabilidade ambiental, cultural, econômica e social (SCHNEIDER, 2005).

Spinelli e Canesqui (2002) ressaltam que apesar da imposição da compra da agricultura familiar, alguns municípios ainda esbarram em dificuldades na aquisição dos alimentos provenientes desse programa pela influência de relevantes empresas do setor envolvidas na compra pública de alimentos.

Villar *et al* (2013) argumentam que diante da legislação do PNAE, a alimentação escolar ganha reforços que estimulam os agricultores familiares e permitem que sejam alcançados os seus objetivos, com ganhos aos agricultores e comunidade local, possibilitando discussões do PNAE quanto ao desenvolvimento rural, suas relações com o consumo e a saúde pública.

No sentido do desenvolvimento local é relevante que o gestor público consiga implementar a compra da agricultura familiar como uma ação inclinada para as políticas setoriais, prevendo desafios como o tema da assessoria técnica para agricultores, a infraestrutura de logística e armazenagem, o diagnóstico e a

interação com a realidade agrícola local/regional e, fundamentalmente, a criação de espaços ou fóruns participativos de debate e planejamento, envolvendo agricultores, gestores e escolas (ABRAMOVAY, 2006).

O desafio é, portanto, que a compra da agricultura familiar pelo PNAE supere a diretriz que destaca o mínimo de 30% de compra para que, de fato, aconteçam parcerias reais para o desenvolvimento sustentável local e regional.

2.6 Agricultura Familiar: Valorização Territorial e Desenvolvimento Regional

O desenvolvimento brasileiro, pela diversificação de seu sistema urbano, vai exigir uma nova dinâmica territorial em que o papel das unidades familiares pode ser decisivo (ABRAMOVAY, 2006).

Como exemplo, os autores Lang, Fink e Kibler (2014) afirmam que o sucesso de certas regiões rurais dos países desenvolvidos na geração de ocupações produtivas não pode ser atribuído a uma composição setorial favorável.

Segundo Lang, Fink e Kibler (2014),

os bons desempenhos na criação de empregos resultam de uma dinâmica territorial específica que ainda não é bem compreendida, mas que comporta provavelmente aspectos como a identidade regional, um clima favorável ao espírito empreendedor, à existência de redes públicas e privadas ou a atração do meio ambiente cultural e natural (LANG; FINK e KIBLER, 2014, p. 207).

A exploração dessa nova dinâmica territorial supõe valorização territorial e o estímulo à formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar os atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento (CAMARGO; MEDINA, 2016).

As políticas sociais, que apresentam foco na redução da pobreza e das desigualdades sociais, igualmente interferem na dinâmica econômica territorial. As posses monetárias procedentes dessas políticas ocasionaram uma injeção de liquidez relevante para incentivar as relações internas de mercado.

Esses efeitos são consequência da 'incidência territorial das políticas públicas' e para Silva (2008) apresentarão evolução quanto mais fortalecido for o arranjo institucional construído a cerca da execução de um programa e das competências sociais por parte dos *stakeholders* e suas organizações.

O papel das políticas públicas é: elevar a renda familiar, estabilizar a renda familiar e reduzir a sazonalidade dos ingressos, diversificar as fontes de renda

familiar, contribuir para a geração de empregos agrícolas e não agrícolas, gerar externalidades positivas, diversificar as economias locais e desenvolver os territórios rurais, reduzir as migrações campo/cidade, apoiar a funcionalidade do meio rural. Segundo Schneider (2005), ao cumprir tais papéis há valorização territorial e, conseqüentemente, o desenvolvimento regional.

Furtado (2004) afirma que no caso brasileiro a estrutura agrária é o principal fator que causa a extremada concentração da renda. Não tanto por que a renda seja mais concentrada no setor agrícola do que no conjunto das atividades produtivas, mas por que não havendo no campo praticamente nenhuma possibilidade de melhoria das condições de vida, a população rural tende a se deslocar para as zonas urbanas, congestionando a oferta de mão de obra não especializada.

Apesar dos expressivos avanços sociais dos últimos anos, a combinação de pobreza e desigualdade social no Brasil permanece como um dos desafios a serem enfrentados em uma estratégia de desenvolvimento. A recuperação econômica do país a partir de 2004 e o conseqüente aumento de recursos dos programas de transferência de renda propiciaram uma queda dessa desigualdade particularmente em termos de renda, mas os índices continuam preocupantes (BARROS, 2007).

O fator determinante para os elevados níveis de pobreza do país reside na estrutura da desigualdade brasileira, que se caracteriza em uma impiedosa desigualdade na distribuição da renda e das oportunidades de inclusão social.

Barros (2007) afirma ainda que o Brasil não é um país pobre, mas sim um país de muitos pobres, fato pelo qual destacou que a desigualdade social impede a valorização territorial e, por conseqüência, o desenvolvimento das regiões. De acordo com o autor, a pobreza no Brasil é um problema relacionado à distribuição dos recursos e não à sua escassez, e que amenizando as desigualdades sociais será possível combinar fatores que resultem na valorização dos territórios.

Gafsi (2014) supõe que a redução da desigualdade poderia ser apreciável para a massa de população em inferior condição de vida. Essa condição ocorreria pelo valor de bem viver de uma coletividade mais igualitária e porque a igualdade é o caminho mais factível para se erradicar situações moralmente inadmissíveis em um país de recursos fartos, como é o caso da miséria no Brasil.

Sen (2010) conceitua o desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam, como a participação política. Apesar de reputar a importância das rendas individuais, esses aspectos

aparecem como meios de expansão de liberdades, que também dependem de determinantes como o arranjo social e econômico e os direitos civis. Tal modelo de avaliação da conquista de uma sociedade distingue-se do modelo de avaliação mais tradicional, que se foca apenas em variáveis como renda real.

Quanto ao desenvolvimento, Bresser-Pereira (2006) conclui que:

O que é importante, em relação a esse problema, é ter claro que o desenvolvimento econômico é apenas um dos objetivos políticos das sociedades modernas, e, portanto, que há outros tão ou mais importantes que ele como a liberdade, a paz ou a segurança, a justiça social, e a proteção da natureza (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.75).

Furtado (2004) afirma que o desenvolvimento não é apenas um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade.

Para Brandão (2012), é a justiça territorial na construção de cidadania e nas potenciais e efetivas inversões de capital produtivo, com alto potencial e qualidade de geração de encadeamentos intersetoriais, impostos, empregos e divisas.

Torna-se desafiador discutir e orientar a implementação de políticas públicas que busquem colocar as forças inovacionais e produtivas regionais a serviço do desenvolvimento sustentado, social e soberano, mas o próprio Estado precisa ser reaparelhado para fazer frente e contrarrestar os interesses conservadores e cosmopolitas que conspiram contra a definição de um projeto nacional de desenvolvimento (GAFSI, 2014).

Os dispositivos para o estímulo do desenvolvimento dos territórios devem ser orientados à evolução de suas partes constitutivas, objetivando o fortalecimento das condições da iminência cognitiva (MEDINA; NOVAES; TEIXEIRA, 2017).

Nesse contexto, Dallabrida (2013) discorre sobre governança territorial e gestão social onde a decisão se dá com base no entendimento e não na negociação, cuja finalidade é o bem comum. O autor caracteriza a Gestão Social como: tomada de decisão coletiva, sem coerção, com transparência, entendimento e autonomia; e caracteriza Governança Territorial como

um processo de planejamento e gestão de dinâmicas territoriais, priorizando uma ótica inovadora, partilhada, colaborativa e relações não hierárquicas, em associação entre Estado, entidades sindicais, associações empresariais, centros universitários e de investigação, municípios e representações da sociedade civil, fundamentado num

papel insubstituível do Estado, numa concepção qualificada de democracia e num maior protagonismo da sociedade civil, objetivando acordar uma visão compartilhada para o futuro e o desenvolvimento territorial (DALLABRIDA, 2013, p.329-330).

Basso *et al* (2003) asseguram que a constituição de uma representação analítica que tenha como objetivo primordial a avaliação da capacidade produtiva das famílias rurais, na perspectiva da redução da pobreza e das desigualdades sociais, deve contemplar pelo menos três elementos centrais:

- os diversos ativos que essas famílias utilizam para garantir sua sobrevivência;
- os meios pelos quais os grupos familiares rurais são capazes de acessar, defender e manter seus ativos; e
- a capacidade de transformação destes ativos pelos grupos familiares em renda, dignidade, poder e sustentabilidade.

Os autores concluem que, a eficiência desses elementos centrais é o sustentáculo para a valorização e o desenvolvimento dos territórios.

O desenvolvimento dos territórios é tratado como o desenvolvimento local endógeno ou de dinâmica endógena pela qual a comunidade se torna capaz de se tornar o agente de seu desenvolvimento, capaz de equilibrar e transformar os agentes externos (LANDEL; PECQUEUR, 2016).

2.7 Identidade Territorial e Desenvolvimento Regional por meio da Agricultura Familiar

Para o alcance do desenvolvimento regional é necessária a compreensão do conceito e das características de desenvolvimento e nas menções de Bresser-Pereira (2006, p. 32), “o desenvolvimento econômico de um país ou estados-nação é o processo de acumulação de capital e incorporação de progresso técnico ao trabalho e ao capital que leva ao aumento da produtividade, dos salários, e do padrão médio de vida da população”.

Vieira e Santos (2013) entendem que o desenvolvimento é distinto do crescimento econômico, pois implica superação das assimetrias sociais e econômicas que reproduzem os processos de exclusão social.

Como o desenvolvimento econômico de um país depende do desenvolvimento de suas regiões respeitando suas limitações e peculiaridades e valorizando suas riquezas, o desenvolvimento regional é de fundamental importância para a constituição de uma nação fortalecida (BRESSER-PEREIRA, 2006).

Carniello e Oliveira (2010) entendem a região como espaços de vida, um produto socialmente constituído pela sociedade que independentemente de seu tamanho pode ser subdividido em várias partes.

A partir de meados do século XX, o estudo da economia regional tornou-se relevante por considerar o crescimento diferenciado das regiões uma preocupação para a sociedade na busca pela identidade regional, principalmente nos Estados Unidos e na Europa (CARNIELLO; OLIVEIRA, 2010).

Para a compreensão da identidade regional é necessária uma abordagem que ressalte o desempenho da sociedade como ator social na participação do processo de elaboração e consolidação do desenvolvimento.

Os autores afirmam que uma região com identidade facilita a criação de acordos básicos e a torna mais competitiva entre os agentes sociais. A ausência de identidade acarreta a carência do papel social das regiões, que passam a ser consideradas meros territórios fortuitos, absorvendo perdas de ações eficientes no planejamento regional.

Vernières (2014) afirma que o desenvolvimento exerce seu papel na promoção do método para a melhoria da qualidade de vida da população de um país, de uma região ou de um local específico.

O desenvolvimento está ligado à concepção de transformação dos procedimentos produtivos, tornando-os mais eficientes na geração de riqueza (CARNIELLO; OLIVEIRA, 2010).

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), fundada em 1960, é uma organização de cooperação internacional composta por 34 países. Seus principais objetivos são: buscar o desenvolvimento econômico permanente entre os países membros; encontrar caminhos para a manutenção da estabilidade financeira entre os países membros; discutir e propor metas para o desenvolvimento econômico mundial; estabelecer parâmetros para o desenvolvimento da condição de vida e criação de mecanismos para o crescimento do nível de emprego (VERNIÈRES, 2014).

Da Veiga (2016, p. 5) afirma que embora não seja membro da OCDE, o Brasil pode participar dos Comitês da Organização, que servem como fontes de informação e têm revelado convergência de políticas em diversas áreas, incluindo o desenvolvimento territorial, que baseia sua proposta em duas justificativas, uma de ordem política e uma de ordem operacional:

- As zonas urbanas, suburbanas e rurais são cada vez mais interdependentes e os problemas de uma delas também interferem nas outras. Por exemplo, os fenômenos de aglomeração e de congestão urbana são inseparáveis da debilitação de certas regiões e do êxodo rural. Além disso, os efeitos de proximidade tornam ainda mais manifesta a necessidade de uma abordagem política coordenada, que possa integrar o conjunto dos aspectos do desenvolvimento. Assim, na escala local, os problemas de emprego, de harmonia social, de qualidade da vida – para tomar apenas alguns exemplos – são indissociáveis; e
- O desenvolvimento harmônico do tecido econômico está no centro dos trabalhos dos grupos que tratam de assuntos urbanos, locais, rurais e regionais. Isso se traduz por ações que visam encontrar, para uma determinada zona, um equilíbrio entre o fortalecimento de sua capacidade concorrencial e a melhoria da qualidade de vida de seus habitantes. Atingir esse objetivo exige a criação de novas formas de parcerias entre os atores envolvidos, quer eles sejam públicos, privados, nacionais, regionais ou locais. Estímulo a projetos, iniciativa rural, ação urbana, tudo isso decorre da mesma idéia, segundo a qual as contribuições locais permitem operar mudanças significativas na paisagem socioeconômica territorial.

Destaca-se aqui que um dos aspectos que fez despontar os interesses da OCDE à ideia de agrupar seus eixos sob o lema do desenvolvimento territorial, pautados nos problemas urbanos, rurais e regionais foi, com certeza, mais de um decênio de experiência com o programa dedicado à geração de empregos mediante estímulos ao desenvolvimento local.

Dentre as estratégias de intervenção para o desenvolvimento do território, Xavier *et al* (2014) destacam os espaços com características e condições que justifiquem investimento no contexto de uma realidade socioeconômica com recursos escassos; organização e capacitação dos atores sociais para participar do

processo de construção coletiva; integrar os esforços públicos, privados e do terceiro setor, das esferas federal, estadual, municipal e local, para convergirem no desenvolvimento do território e, por fim, disseminar o conhecimento à população local sobre as peculiaridades e potencialidades do território.

Veiga (2002, p. 17) atenta para o fato que:

Os critérios utilizados para demarcar as divisões territoriais nos diversos países são, em sua maioria, anacrônicos e não resultaram de nenhuma necessidade relacionada com o que hoje se denomina desenvolvimento territorial. No caso do Brasil, o problema de classificação do que é rural é mais grave, dado que se baseia numa definição de “cidade” – sede de município – que exagera sobremaneira o grau de urbanização, ao considerar urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), “sejam quais forem suas características (VEIGA, 2002, p. 17).

Terluin (2003) afirma que o foco do desenvolvimento endógeno, um dos eixos do campo dos estudos rurais, está direcionado para o desenvolvimento local, constituído por impulsos locais e fundamentado em recursos do território em que os atores e as organizações públicas e privadas exercem papel fundamental. Dentre essas organizações, o autor destaca as associações e cooperativas.

Cano (2011) pontua que desde 2004 o Ministério da Integração Social (MIS) é o principal órgão do desenvolvimento regional, porém não alcançou uma estrutura de qualidade no assunto macro nacional para os planos de desenvolvimento para as regiões, isso por falta de políticas nacionais específicas para o desenvolvimento.

O IPEA (2010) aponta que foram propostos vários contextos de desenvolvimento na intenção de diminuir as diferenças regionais. A finalidade desses programas de desenvolvimento regional é reduzir as desigualdades inter e intrarregionais, focando as ações regionais por meio das políticas públicas, assumindo a missão de operacionalizadores ativos para agirem na diminuição das disparidades das regiões brasileiras, respeitando as diferenças de cada região, com a opção de planos integrados com políticas públicas de territórios (IPEA, 2010).

Buainaim e Romeiro (2000) concluíram que a agricultura familiar amplia, em geral, princípios complexos de produção convencionando diversas culturas, entre elas a criação de animais e o cultivo de hortifrutigranjeiros para o consumo da família e comercialização, objetivando o fomento da economia de determinado local.

Chelotti e Pessôa (2011) afirmam que os modelos de desenvolvimento de sucesso, buscam a melhor distribuição de renda para pequenos agricultores e

apontam os seguintes obstáculos nas experiências de sucesso: a falta da especialização de mão de obra, a organização dos produtores, a insuficiência de políticas públicas de apoio ao camponês, e a carência do conhecimento para agregar valores aos produtos.

Kageyama (2004) atribui o desenvolvimento do território rural a um conjunto de indicadores, conforme demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3 - Conjunto básico dos indicadores rurais

População e Migração	Bem- Estar Social e Equidade
Densidade Variação Estrutura Domicílios Comunidades	Renda Habitação Educação Saúde Segurança
Estrutura e Desempenho Econômico	Meio Ambiente e Sustentabilidade
Força de Trabalho Emprego Participações setoriais Produtividade Investimentos	Topografia e clima Mudanças no uso da terra Espécies e habitats Água e solo Qualidade do Ar

Fonte: Kageyama (2004, p. 392).

A partir do conjunto básico dos indicadores rurais, conforme demonstrado no Quadro 3, é possível desenvolver ações que proporcionem o desenvolvimento da agricultura familiar no território estudado (BRASIL, 2011).

Cavalcanti (2002) afirma que a política do desenvolvimento sustentável para a agricultura familiar, como fonte de emprego e renda e do desenvolvimento de uma região, parte da hipótese de que a natureza não é infinita e bem menos os bens provenientes dela, devendo haver uma compatibilização em meio ao desenvolvimento socioeconômico e ao meio ambiente.

Assim, convém tratar a concepção de desenvolvimento sustentável na ótica de Cavalcanti (2002, p. 38), que afirma que o desenvolvimento sustentável “representa uma opção ao julgamento de crescimento econômico, sinalizando que, sem a natureza, nada se produz de forma sólida”.

Cassol e Schneider (2015) reconhecem que:

Os agricultores são cada vez mais instados a desenvolver novas formas de produção e comercialização que contribuam para a realocação e o *qualityturn* do sistema agroalimentar. Assim, produção e consumo se assentam em um tripé baseado em dimensões relativas ao produto (que está ligado à origem/procedência deste), ao lugar (ligado ao território e à identidade) e ao processo (expresso pelo saber-fazer específico e da

cultura de cada região/agricultor) em que os alimentos são produzidos, transformados, distribuídos e consumidos. Esse processo de realocação tem sido analisado a partir de diversos enfoques, seja através de dimensões/processos políticos (*slowfood*; boicote a produtos não sustentáveis etc.), pelo viés das políticas públicas e/ou das novas formas de produção e relação entre produtores e consumidores (CASSOL; SCHNEIDER, 2015, p. 145).

Cazella, Bonnal e Maluf (2009, p.19) afirmam que “a noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas”.

O enfoque territorial na expectativa do desenvolvimento regional e da multifuncionalidade pelas políticas de fomento da agricultura familiar entende-se como adequadas por valorizarem os patrimônios naturais e culturais de cada localidade, reconhecendo a identidade na elaboração de um projeto de vida social local.

A próxima seção apresenta os procedimentos metodológicos utilizados para a elaboração deste estudo.

3 MÉTODO DE PESQUISA

Nesta seção apresentam-se a classificação do tipo de pesquisa, os procedimentos para determinar a amostra da pesquisa, assim como os instrumentos utilizados na coleta e análise dos dados.

3.1 Tipo de Pesquisa

O objeto da pesquisa é de caráter descritivo, por apresentar características como análise, observação, registro, classificação e interpretação, devendo ocorrer sem a interferência do pesquisador.

Cervo, Bervian e Silva (2007) afirmam a pesquisa descritiva busca descobrir, de forma clara e precisa, a frequência com que acontece um fenômeno, considerando sua relação e ligação com outros, respeitando suas características e natureza, conhecendo suas diversidades nas relações e situações ocorridas na vida social, econômica e política, dentre outros aspectos do comportamento humano, tanto de grupos, comunidades ou do indivíduo assumido como isolado.

A pesquisa também tem caráter exploratório por seus objetivos serem o de proporcionar uma visão geral, mais aproximada, acerca de um fato. Yin (2010) afirma que as pesquisas exploratórias apresentam como principal finalidade esclarecer, desenvolver e transformar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais sucintos. A pesquisa exploratória é apropriada para os primeiros estágios da investigação, quando a familiaridade, o conhecimento e a compreensão do fenômeno por parte do pesquisador são insuficientes ou inexistentes.

Cabe também a utilização de nível exploratório por seu objetivo ser o de proporcionar uma visão geral, mais aproximada, acerca de um fato. As pesquisas exploratórias apresentam como principal finalidade esclarecer, desenvolver e transformar conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais sucintos.

A pesquisa exploratória é flexível, pois necessariamente não requer a elaboração de hipóteses para testes no trabalho, restringindo-se apenas à definição dos objetivos e busca de informações a respeito de determinado assunto.

3.2 Características Metodológicas

A característica da abordagem deste estudo é quantitativa, possibilitando ao pesquisador mensurar opiniões, hábitos, atitudes e reações por meio de uma amostra estatística que representa o universo pesquisado (TERENCE; ESCRIVÃO-FILHO, 2006).

Os autores afirmam que a pesquisa quantitativa está centrada na objetividade e considera que a realidade só pode ser compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. Esse tipo de pesquisa recorre ao tratamento estatístico para descrever as causas de um fenômeno, as relações variáveis, entre outros.

3.3 Definição da Amostra da Pesquisa

De acordo com os dados apresentados pela Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), do município de Rolim de Moura (RO) e com o Censo Agropecuário do IBGE (2006) há 2.467 agricultores familiares.

A amostra desta pesquisa compreende 321 agricultores familiares, moradores na zona rural do município de Rolim de Moura (RO), em condição de proprietário, arrendatário, com acesso temporário ou assentado a terra, que atenda ao perfil e características de agricultor familiar designado pelo IBGE, que segundo a EMATER tenha acesso às políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar e que assinem o termo de consentimento livre e esclarecido (APÊNDICE 1).

A amostra foi determinada a partir do cálculo amostral, utilizando-se o nível de confiança de 95% e o erro amostral de 5%.

De acordo com Krejcie e Morgan (1960, p.99), a equação do cálculo amostral é:

$$S = \frac{X^2 NP(1-P)}{d^2(N-1) + X^2 P(1-P)}$$

Em que:

- S = tamanho da amostra requerida
- X^2 = o valor da tabela do X ao quadrado para um grau de confiança desejada
- N = o tamanho da população

- P = a proporção da população
- d = o grau de precisão expresso em proporção.

Admite-se que essa amostra possa representar o universo, pois tem a probabilidade de se alcançar toda a população. A amostra é retirada de uma parte que esteja prontamente acessível.

Para Marconi e Lakatos (2010), a amostra é uma porção ou parcela, convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.

3.4 Procedimento de Coleta de dados

Para a coleta de dados da construção teórica e conceitual destaca-se a leitura a respeito dos conceitos de território, identidade, identidade territorial, da análise do cenário da agricultura familiar brasileira e do contexto de suas políticas públicas. Posteriormente, complementando a revisão de literatura, com o aprofundamento da leitura sobre identidade territorial e desenvolvimento regional por meio da agricultura familiar.

Vergara (2005, p. 54) afirma que na coleta de dados “o leitor deve ser informado como pretende obter os dados de que precisa para responder o problema”. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista estruturada, aplicada individualmente aos agricultores familiares da amostra. Para o registro das informações foram utilizados formulários.

Marconi e Lakatos (2003) afirmam que o formulário é uma técnica de coleta de dados da pesquisa descritiva que consiste em obter informações diretamente do entrevistado. Desse modo, o que caracteriza o formulário é o contato face a face entre pesquisador e o entrevistado.

A entrevista estruturada define-se como um modelo em que o pesquisador se baseia em um roteiro elaborado estabelecido previamente. Com isso, as perguntas direcionadas ao entrevistado são formuladas antecipadamente.

Ela decorre respaldada por um formulário organizado, e além disso é realizada prioritariamente entrevistando pessoas escolhidas diante de um planejamento prévio (MARCONI; LAKATOS, 2003).

O formulário de pesquisa utilizado utilizou, para a possibilidade de respostas, a escala Likert. Gunther (2003) afirma que essa Escala é psicométrica e pretende registrar o nível de concordância ou discordância com uma declaração dada. Os níveis de respostas foram considerados com intervalos entre 1 e 5, conforme sugerido abaixo:

- 1 - Discordo totalmente;
- 2 - Discordo;
- 3 - Nem concordo, nem discordo;
- 4 - Concordo; e
- 5 - Concordo totalmente.

Para a elaboração do questionário considerou-se a interpretação de Lastres e Cassiolato (2005) sobre as variações da interpretação de território às dimensões física, econômica, simbólica e sociopolítica.

A dimensão física buscou orientar o pesquisador sobre os recursos e práticas territoriais, apresentando perguntas como a extensão da propriedade e a suficiências de máquinas e equipamentos. A dimensão econômica norteou a coleta de dados sobre os processos de produção. A dimensão simbólica contemplou as relações culturais e de identidade e, por fim, a dimensão sociopolítica pesquisou sobre as relações sociais dos agricultores familiares.

O formulário, com um total de 51 perguntas fechadas (APÊNDICE 2), foi dividido em cinco partes, a saber: a primeira compreende a caracterização dos agricultores familiares do município de Rolim de Moura (RO) com sete perguntas para identificar: o perfil, o núcleo familiar, a renda, o tempo de atividade social e seu local de origem.

Na segunda parte, em dez perguntas os agricultores foram questionados sobre a dimensão física: o tipo de acesso à terra, a extensão da propriedade, os principais produtos cultivados na propriedade, as atividades agregadas e a pretensão de aquisição de máquinas, equipamentos e novas propriedades.

Na terceira parte, com a finalidade de analisar a dimensão econômica, os agricultores responderam a 15 perguntas que buscaram identificar os aspectos de produção, comercialização agrícola e suas operações.

A quarta parte visou compreender, também por meio de dez perguntas, a dimensão simbólica do agricultor com o espaço, questionando-o sobre hábitos e costumes que o identificam com o local.

A quinta parte, finalizando, apresenta nove perguntas referentes à dimensão sociopolítica, identificando o conhecimento do entrevistado acerca da identidade territorial, a participação em cooperativas e os benefícios destinados à agricultura familiar do município.

Após a apresentação da pesquisa e os seus objetivos foi solicitado aos entrevistados que assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, no qual foram convidados a participar como sujeito potencial. A entrevista foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa sob o Parecer no. 1.820.312 (ANEXO 1).

Para a validação do instrumento de pesquisa foram aplicadas 35 entrevistas entre os dias 24 de novembro e 03 de dezembro de 2016 a agricultores familiares que atendem aos critérios estabelecidos na amostra.

As demais entrevistas foram realizadas na zona rural do município de Rolim de Moura (RO), de 04 de fevereiro e 02 de março de 2017, no período diurno, na propriedade rural dos agricultores familiares.

As propriedades rurais do município de Rolim de Moura (RO) são distribuídas por meio de linhas ou travessões que dividem o município de Norte a Sul em intervalos de 4 km; tais Linhas são numeradas entre 156 e 208, sendo que a zona urbana de Rolim de Moura (RO) está localizada entre as Linhas 180 e 188.

A pesquisa concentrou-se nas Linhas: 152 Lado Norte até a altura do quilômetro 3 e Lado Sul até a altura do km 15; 168 Lado Sul até a altura do km 7; 172 Lado Norte até a altura do Km 5 e Lado Sul até a altura do Km 15; 178 Lado Sul até a altura do km 10; Linha 200 Lado Sul até a altura do km 6; Linha 208 Lado Norte até a altura do quilômetro 5 e Lado Sul até a altura do quilômetro 15 e foram aplicadas aos responsáveis pela propriedade.

3.5 Procedimento para Análise de Dados

Os dados da pesquisa foram tabulados e analisados no *software IBM SPSS Statics* por meio da correlação bivariável, utilizando-se a correlação de Pearson. As correlações foram realizadas entre as dimensões norteadoras do questionário de

pesquisa: dimensão física, dimensão econômica, dimensão simbólica e dimensão sociopolítica.

Todas as variáveis foram correlacionadas com todas e o resultado foi disposto em tabela e analisado individualmente segundo o grau de relevância tratado na revisão de literatura.

3.6 IBM SPSS Statistics

IBM SPSS *Statistics* é um programa para a análise estatística dos dados amostrados, de uma aplicação estável e fiável. Ele pode realizar estatísticas descritivas, T-testes, ANOVA, regressão linear e logística, medidas de associação, análise de *cluster*, confiabilidade e fator de análise, testes não paramétricos (MAROCO, 2007).

A sua infraestrutura foi concebida para desempenhar análises de forma ágil, independentemente do tamanho dos dados de entrada. Além da análise estatística, o *software* também oferece gerenciamento de dados, que permite ao usuário fazer a seleção dos casos e criar dados derivados (SHUCK; REIO; ROCCO, 2011).

Os autores afirmam ainda que os métodos estatísticos utilizáveis no *software* IBM SPSS *Statistics* incluem:

- **estatísticas descritivas:** frequência, tabulação cruzada, estatística descritivas;
- **estatísticas bivariadas:** análise de variância, correlações, testes não paramétricos;
- **previsão resultado numeral:** regressão linear; e
- **previsão para identificar grupos:** análise de *clusters* e análise fatorial.

3.7 Correlação Pearson

O coeficiente de Correlação de Pearson é uma medida do grau de relação linear entre duas variáveis quantitativas. Esse coeficiente varia entre os valores -1 e 1 (OLIVEIRA, 2008). O valor 0 (zero) significa que não há relação linear, o valor 1 indica uma relação linear perfeita e o valor -1 também indica uma relação linear perfeita, mas inversa, ou seja, quando uma das variáveis aumenta a outra diminui.

Quanto mais próximo estiver de 1 ou -1, mais forte é a associação linear entre as duas variáveis (BLACKER; ENDICOTT, 2002).

Santos (2007) propõe a seguinte classificação da correlação linear:

Quadro 4 - classificação da correlação linear

Coeficiente de Correlação	Correlação
$r = 1$	Perfeita positiva
$0,8 \leq r < 1$	Forte positiva
$0,5 \leq r < 0,8$	Moderada positiva
$0,1 \leq r < 0,5$	Fraca positiva
$0 \leq r < 0,1$	Íntima positiva
0	Nula
$-0,1 < r < 0$	Íntima negativa
$-0,5 < r \leq -0,1$	Fraca negativa
$-0,8 < r \leq -0,5$	Moderada positiva
$-1 < r \leq -0,8$	Forte negativa
$r = -1$	Perfeita negativa

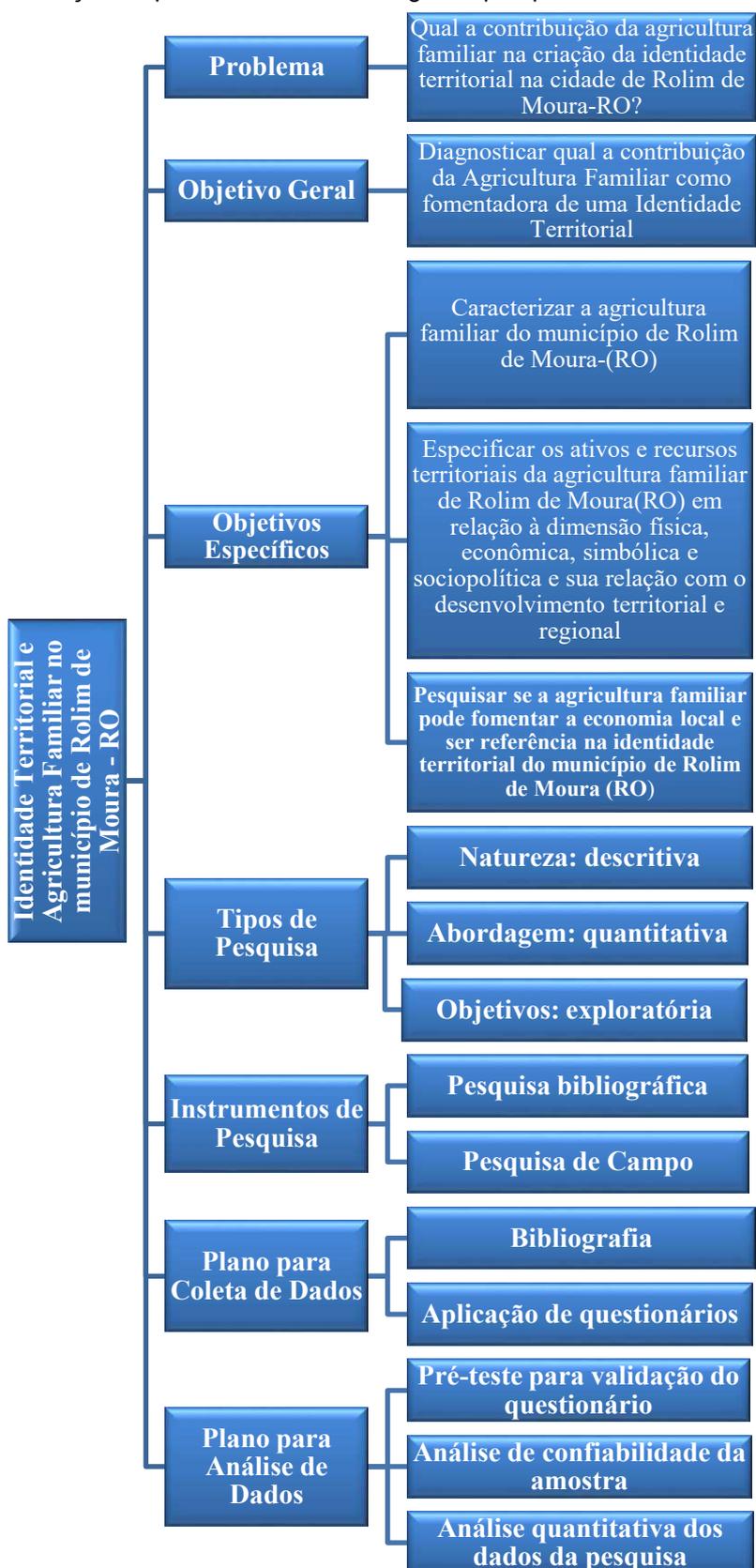
Fonte: Santos (2007)

O coeficiente de Correlação de Pearson é normalmente representado pela letra r e a sua equação de cálculo é:

$$r = \frac{\sum (x_i - \bar{x})(y_i - \bar{y})}{\sqrt{(\sum (x_i - \bar{x})^2)(\sum (y_i - \bar{y})^2)}}$$

A Figura 2, a seguir, apresenta a representação esquemática da metodologia da pesquisa e, posteriormente, na quarta seção apresentam-se os resultados da pesquisa

Figura 2 – Representação esquemática da metodologia da pesquisa



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Esta seção apresenta os resultados obtidos com a aplicação da pesquisa e a retomada de conceitos teóricos apresentados nas seções iniciais. A pesquisa com os 321 agricultores familiares ocorreu entre os dias 04 de fevereiro e 02 de março de 2017.

Foram entrevistados 296 agricultores familiares do gênero masculino e 25 do gênero feminino. Do total, 11,52% têm idade até 25 anos; 19,92% entre 26 e 35 anos; 29,59% entre 36 e 45 anos; 18,69% entre 46 e 55 anos; e 20,27% com idade superior a 56 anos.

A primeira parte da pesquisa, que caracteriza o agricultor familiar, apresentou dados relevantes quanto ao tipo de acesso à terra: 89% entrevistados são proprietários; 28 são locatários; e sete estão na condição de assentados de terras distribuídas pelo INCRA.

Em relação ao assentamento rural, Cassol e Schneider (2015) afirmam que consiste num ato administrativo envolvendo a desapropriação de uma área rural e, por outro lado, o resultado de lutas sociais para a redistribuição da posse de terra.

Os autores reconhecem que um assentamento rural não é apenas a infraestrutura produtiva, mas também responsável por adaptações de experiências política, social e ideológica ao estabelecer novas relações de vizinhança, de afinidades políticas e religiosas, da construção coletiva e da formação de grupos de trabalho.

Assim, compreende-se que as características dos assentamentos fazem parte da dimensão simbólica proposta por Lastres e Cassiolato (2005), que atribuem às relações afetivas, culturais e de identidade do indivíduo ou grupo com o seu espaço.

Quanto ao entendimento da posse da terra, da condição de proprietário, para Haesbaert e Limonad (2007) os territórios distinguem-se por características materiais e imateriais: suas relações sociais, os processos de produção e a sua cultura.

Com base nas relações peculiares do homem com seu espaço, as sociedades constroem identidades territoriais a partir de seus hábitos, costumes, signos, símbolos crenças, pertencimentos e valores.

Quando perguntados sobre o tempo de atuação como agricultores familiares, 27,10% alegaram que atuam entre um e três anos; 41,12% entre três a seis anos;

22,12% entre sete a dez anos; 7,79% há mais de dez anos; e, 1,87%, seis entrevistados, há menos de um ano.

Como 11,52% dos entrevistados têm idade até 25 anos e apenas 1,87% está na condição de agricultor familiar há menos de um ano, pressupõe-se que cerca de 10%, embora jovens, exercem o papel no campesinato desde sua maioridade.

Dentre os entrevistados, 75,07% afirmaram que outras gerações de sua família também sobreviviam da agricultura familiar e 82,55% têm familiares que possuem propriedade rural no município, reforçando a hipótese dos hábitos, costumes, pertencimentos e valores ressaltados por Haesbaert e Limonad (2007).

Acerca da extensão da propriedade rural, 74,15% possuem entre dois e dez alqueires paulistas de terra e a renda média mensal familiar ficou assim distribuída: 41,74% têm rendimento mensal de até um salário mínimo; 29,99% recebem entre dois e três salários mínimos; 23,6% entre quatro e cinco salários mínimos; 2,8% entre seis dez salários mínimos; e 1,87% tem rendimento superior a dez salários mínimos.

Em relação à atividade remunerada, 41,74% declararam que nenhum membro da família exerce outra atividade remunerada, portanto sobrevivem apenas da atividade agrária. Evidencia-se que a renda média mensal desses agricultores está de acordo com os dados declarados pelo último Censo Agropecuário (2006) e a divulgação do IPEA (2010), que atribuem a renda de R\$ 360,00 *per capita* aos agricultores familiares.

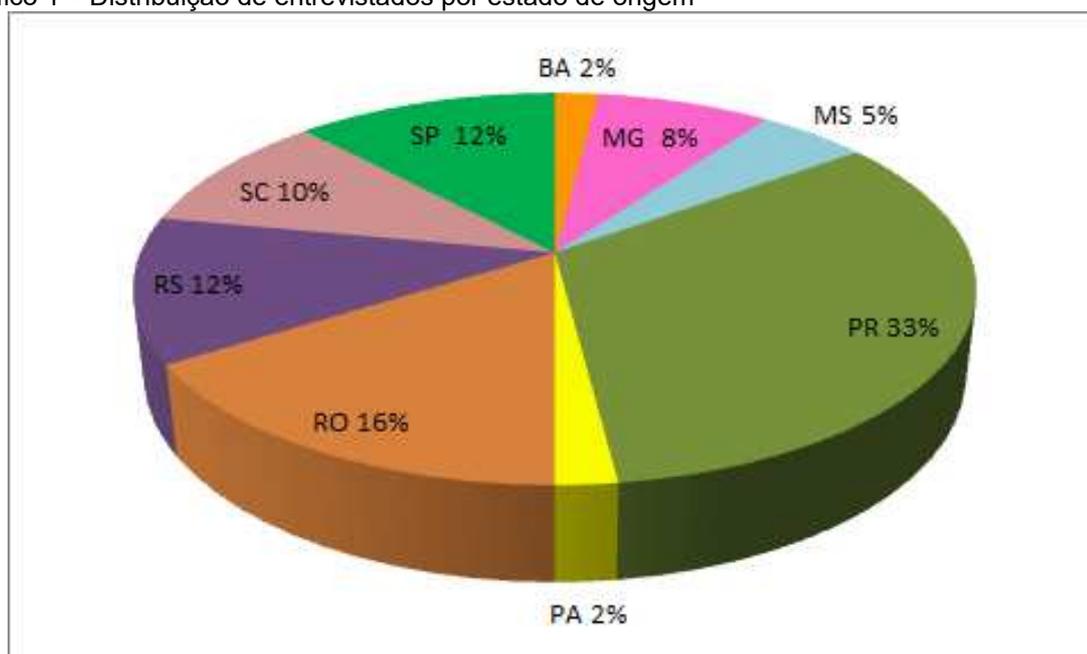
Quanto à dependência econômica do entrevistado em relação à propriedade rural, verificou-se que 80% dos entrevistados responderam que ao menos uma das pessoas da família trabalha nas atividades da propriedade rural e que 58,26% têm ao menos um familiar que exerce outra atividade remunerada, o que caracteriza que a família do agricultor familiar não sobrevive exclusivamente da produção e comercialização rural.

Para finalizar a caracterização do perfil dos entrevistados é importante ressaltar a diversidade dos estados de origem, já que apenas 16% são nativos do estado de Rondônia. Dos demais, 84% são provenientes de outros estados e dentre esses 33% são procedentes do estado do Paraná porque nos anos de 1980 houve um significativo aumento da população local em razão de imigrantes do estado do Paraná que vinham e traziam seus familiares e conhecidos em busca de novas oportunidades de trabalho.

Lastres e Cassiolato (2005), que afirmam que toda ação humana é socialmente construída por símbolos, que entrelaçados formam redes de significados que variam conforme os diferentes contextos sociais e históricos.

Pollice (2012) corrobora com a afirmação ao reconhecer que o sentido de pertença dos atores sociais é um dos fatores que colaboram para o desenvolvimento local. A distribuição dos entrevistados por estado de origem é apresentado no Gráfico 1.

Gráfico 1 – Distribuição de entrevistados por estado de origem



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

A diversidade de origem dos entrevistados pode ser atribuída ao fato de que o estado de Rondônia seja relativamente novo, pois a lei que sancionou sua criação é datada de 22 de dezembro de 1981. Embora o estado tenha passado por ciclos migratórios que vão desde a colonização portuguesa, dos primeiros núcleos de povoamento até o início da construção de hidrelétricas na primeira década dos anos 2000.

Buarque (2002), Dallabrida (2007) e Brent (2015) afirmam que território é o espaço de elaboração de técnicas de desenvolvimento regional e agente de influência da cultura da sociedade, por meio de movimentos sociais e mediação de diferenças de interesses, culturas, valores e classes.

De acordo com o arranjo das origens dos agricultores familiares entrevistados percebe-se a diversidade de culturas do território, destaca-se que muitos vieram do

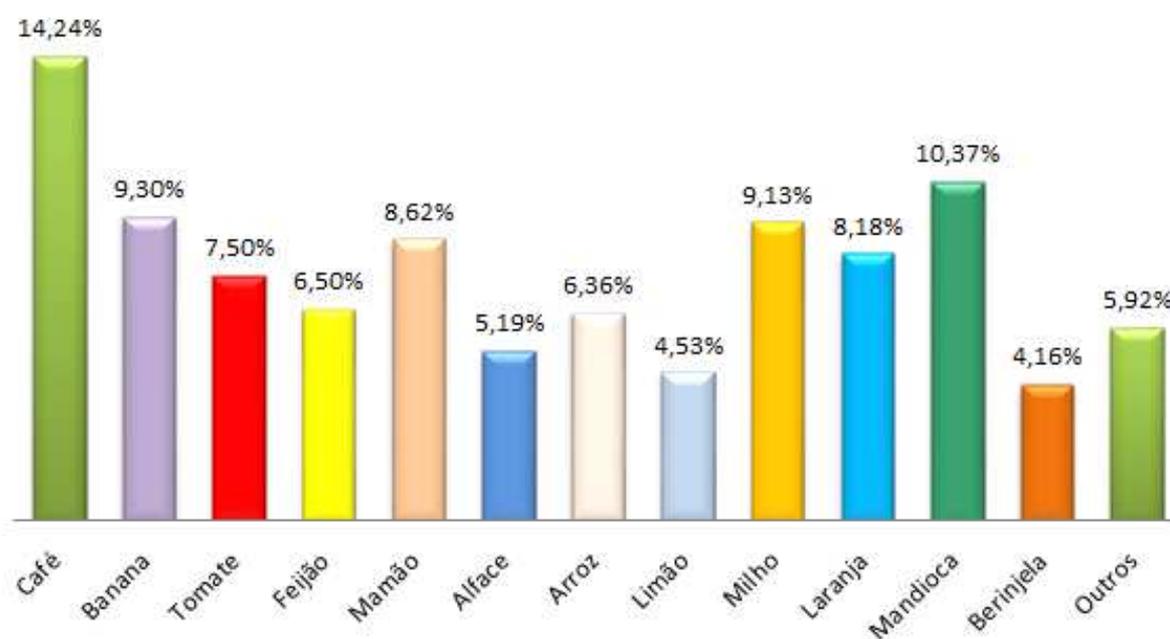
sul do país e mantém suas tradições, seus hábitos e seus costumes. Essas tradições contemplam festas alusivas a seu estado de origem incluindo músicas, comidas típicas, festas de padroeiros e outras manifestações artísticas.

Para Haesbaert (2015), o território é o espaço centrado no encontro de saberes diferentes, que reconhecem suas possibilidades e limites, mas que não se anulam ou confrontam porque significam uma organização de sujeitos portadores de concepções, percepções e vivências, sejam camponeses, pescadores ou indígenas, dentre outros.

A dimensão simbólica contempla as relações afetivas; a dimensão econômica refere-se à organização das unidades de produção; e a dimensão sociopolítica trata das relações sociais (LASTRES; CASSIOLATO, 2005).

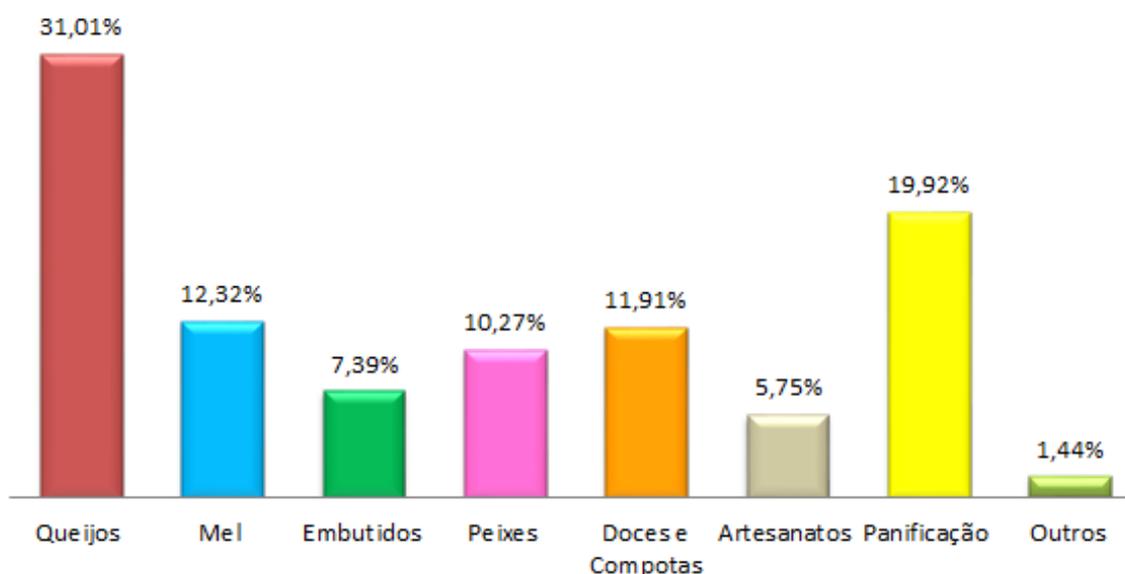
O gráfico 2 demonstra os principais produtos cultivados entre os entrevistados e, posteriormente, o gráfico 3 demonstra as atividades paralelas desenvolvidas na propriedade consideradas por Schneider (2003) como pluriatividade.

Gráfico 2 - Quais os cinco principais produtos cultivados na propriedade?



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Gráfico 3 - Além dos produtos cultivados quais outras atividades paralelas a propriedade possui?



Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Os gráficos 2 e 3 demonstram que os agricultores familiares praticam a pluriatividade, que para Schneider (2005) deve ser estimulada com políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar.

Dentre os produtos destacados pelos entrevistados como os principais cultivados na propriedade estão café, mandioca, banana, milho, mamão e laranja, ratificando a caracterização de Januário (2012) da agricultura familiar do município.

Januário (2012) afirma que a pluriatividade é o meio utilizado pelas famílias de agricultores familiares de exercer diferentes atividades agrícolas ou não agrícolas, mas que asseguram a moradia no campo e uma ligação, inclusive produtiva, com a agricultura e a vida no espaço rural.

Quando perguntados quanto às atividades paralelas da propriedade rural, os entrevistados afirmaram que os produtos produzidos nas propriedades são, em sua maioria, queijo, produtos de panificação, mel, doces e compotas, peixes, dentre outros. A informação contribui para o entendimento da evolução histórica da economia de Rolim de Moura (RO), onde a pecuária de leite foi considerada, pelo IBGE (2010), a segunda atividade econômica do município.

A seguir, são apresentadas as correlações de Pearson (r) das dimensões pesquisadas. A Tabela 1 apresenta a correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão simbólica.

Tabela 1 – Correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão simbólica

		Sim1	Sim2	Sim3	Sim4	Sim5	Sim6	Sim7	Sim8
Econ1	Correlação de Pearson	-,171**	-,110*	-,118*	,114*	-,589**	-,289**	-,061	-,096
	Sig. (2 extremidades)	,002	,050	,034	,041	,000	,000	,275	,086
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ2	Correlação de Pearson	,105	,179**	,181**	-,229**	,229**	,252**	-,142*	,182**
	Sig. (2 extremidades)	,060	,001	,001	,000	,000	,000	,011	,001
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ3	Correlação de Pearson	,106	,181**	,184**	-,068	,232**	,092	-,250**	,257**
	Sig. (2 extremidades)	,057	,001	,001	,227	,000	,101	,000	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ4	Correlação de Pearson	,109	-,106	-,107	,136*	,122*	-,088	,002	,197**
	Sig. (2 extremidades)	,051	,057	,055	,015	,029	,116	,979	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ5	Correlação de Pearson	-,218**	,212**	,215**	-,180**	-,113*	,117*	,091	,112*
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,001	,042	,036	,103	,044
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ6	Correlação de Pearson	,035	-,041	-,059	-,244**	,216**	,194**	,260**	-,134*
	Sig. (2 extremidades)	,529	,464	,294	,000	,000	,000	,000	,016
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ7	Correlação de Pearson	,202**	-,197**	-,199**	,006	,225**	-,097	,157**	-,071
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,919	,000	,084	,005	,207
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ8	Correlação de Pearson	,167**	,059	,031	-,328**	,023	,053	-,079	,003
	Sig. (2 extremidades)	,003	,290	,585	,000	,682	,348	,157	,960
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ9	Correlação de Pearson	-,138*	,003	-,040	-,040	,315**	,026	,140*	,003
	Sig. (2 extremidades)	,013	,954	,471	,471	,000	,646	,012	,957
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ10	Correlação de Pearson	-,042	-,016	-,047	-,356**	-,050	-,016	,025	-,258**
	Sig. (2 extremidades)	,457	,772	,405	,000	,370	,777	,656	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ11	Correlação de Pearson	-,092	-,207**	-,167**	-,194**	-,174**	,131*	-,012	-,128*
	Sig. (2 extremidades)	,100	,000	,003	,000	,002	,019	,832	,022
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ12	Correlação de Pearson	-,087	,092	,040	,117*	,075	,084	-,041	,063
	Sig. (2 extremidades)	,119	,099	,471	,037	,180	,135	,469	,257
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ13	Correlação de Pearson	-,118*	,156**	,115*	,150**	,053	-,049	,142*	,187**
	Sig. (2 extremidades)	,035	,005	,040	,007	,346	,383	,011	,001
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ14	Correlação de Pearson	,090	-,082	-,103	-,314**	-,112*	-,124*	-,099	,169**
	Sig. (2 extremidades)	,107	,143	,065	,000	,046	,026	,076	,002
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Econ15	Correlação de Pearson	-,071	-,112*	-,082	-,105	,263**	-,148**	,007	-,178**
	Sig. (2 extremidades)	,207	,046	,141	,061	,000	,008	,894	,001
	N	321	321	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Dentre as correlações estatisticamente significativas consideradas por apresentarem um número maior entre cada série, apresentadas na Tabela1, com grifo amarelo, destaca-se que à medida que o número de entrevistados que produzem apenas para o consumo (Econ1) aumenta, diminui o quantitativo de entrevistados que afirmam que outras pessoas de sua família possuem propriedades de agricultura familiar no município (Sim5), apresentando $(r) = -,589$.

A comparação das correlações aponta que os agricultores que afirmam que um maior número de produção de produtos agrícolas poderia ser absorvido pela comunidade (Econ15), já que ocorre correlação favorável com a variável outras pessoas da sua família possuem propriedades de agricultura familiar no município (Sim5).

Pressupõe-se, portanto, que os agricultores que produzem maiores quantidades e escoam sua produção por meio de vendas no mercado local, regional (Econ3) ou estadual (Econ4), ou ainda que entregam seus produtos ao PAA (Econ6), são aqueles que têm parentesco no município (Sim5). Essa relação pode ser explicada pelo fortalecimento da produção advindo das relações entre os atores sociais.

É possível que sejam identificados como arranjo institucional, caracterizado por Silva (2008) como aquele construído pela execução das competências sociais por parte dos envolvidos.

A correlação também pressupõe que aumentando o número de entrevistados que apontam que a produção de suas propriedades rurais é diversificada (Econ5), diminui o número de entrevistados que mantêm hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4) e afirmam que outras pessoas da sua família possuem propriedades de agricultura familiar no município (Sim5).

Assim, pode-se afirmar que as propriedades de agricultura familiar cuja característica é de arranjo institucional, formada por propriedades de parentesco, têm pouca diversidade de produtos ou, ainda, inexpressível pluriatividade.

Schneider (2003) afirma que a pluriatividade pode ser parte constitutiva do desenvolvimento, enquanto Furtado (2004) reconhece que o desenvolvimento é o caminho de acesso a formas sociais capazes de incentivar a criatividade humana e contestar as pretensões dos grupos sociais.

Simultaneamente, contrapondo a afirmação do autor acerca das pretensões dos grupos sociais, a correlação demonstra que aumentando o número de

entrevistados que afirmam que os produtos produzidos na zona rural do município são suficientes para atender à população local (Econ10), diminui o número de entrevistados que afirmam manter hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4), e que afirmam se reunir com outras famílias da comunidade (Sim8).

Cherlotti e Pessoa (2010) pressupõem que a concepção de identidades transcorre por meio de subjetividades individuais e coletivas, associando-se a grupos sociais ou ao sentimento de pertencimento territorial, e a influência da dimensão simbólica concede o diagnóstico na produção do espaço, das paisagens e das territorialidades.

Ainda quanto à produção e comercialização e sua correlação com os fatores culturais, a Tabela 1 demonstra que:

- Aumentando o número de entrevistados que produzem em suas propriedades rurais para a venda em feira-livres (Econ2), diminui o número de entrevistados que alegam manter hábitos e costumes herdados do seu local de origem (Sim4), apresentando $(r) = -,229$;
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que os produtos advindos de outras regiões atrapalham a comercialização de seus produtos (Econ8), diminui o número de entrevistados que afirmam manter hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4), apresentando $(r) = -,328$;
- Aumentando o número de entrevistados que produzem para vendas em comércio local ou regional (Econ3), diminui o número de entrevistados que afirmam que outras gerações de sua família também sobreviviam da agricultura família (Sim7), apresentando $(r) = -,257$;
- Aumentando o número de entrevistados que produzem para vendas para outros estados (Econ4), diminui o número de entrevistados que afirmam atuar em algum movimento cultural (Sim3), apresentando $(r) = -,107$;
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que fazem cálculos antecipados para conhecer o preço mínimo de venda (Econ14), diminui o número de entrevistados que afirmam manter hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4), apresentando $(r) = -,314$; e
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que em determinadas épocas do ano é inevitável a entrada de produtos de outras regiões devido à escassez dos produtos locais em razão da entressafra

(Econ11), diminui o número de entrevistados que afirmam participar ativamente como membro organizador de alguma das festividades culturais do município (Sim2), apresentando $(r) = -,207$.

O município de Rolim de Moura possui uma peculiaridade: todos os dias tem feira-livre onde são comercializados produtos como frutas, verduras, legumes, peixes, queijos, polpas de frutas, doces e compotas, pães, dentre outros. As feiras acontecem em lugares alternados, previamente estabelecidos, no período noturno, e fazem parte da cultura local, além de contribuir para que os agricultores comercializem seus produtos.

As feiras livres iniciaram suas atividades na década de 1980 quando o comércio local ainda não era suficiente para atender a demanda da população e, de acordo com os agricultores familiares, comercializavam apenas verduras e legumes. Atualmente há barracas de pastéis, crepes, açaí, vatapá atraem a população e fomentam o movimento das feiras-livres, que têm um valor simbólico para os moradores do município. Lastres e Cassiolato (2005) afirmam que o sentido de pertença contribui para o desenvolvimento local ao compreender que o sentido relacional desses autores está relacionado com valores simbólicos.

Em relação às características da comercialização dos produtos, a Tabela 1 demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- Tem dificuldades para comercialização dos produtos produzidos na propriedade rural (Econ7) tem correlação favorável com a variável outras pessoas da sua família possuem propriedades de agricultura familiar no município (Sim5), apresentando $(r) = ,225$; e
- Maior produção de produtos agrícolas poderia ser absorvida pela comunidade onde se está inserido (Econ15) tem correlação favorável com a variável outras pessoas da sua família que possuem propriedades de agricultura familiar no município (Sim5), apresentando $(r) = -,314$.

Assim, os agricultores cuja família também possui outras propriedades de agricultura familiar no município (Sim5) têm dificuldades para comercialização dos produtos (Econ7) e praticam preços que acompanham a concorrência (Econ12).

Isso significa que a acumulação de capital atribuída à dimensão econômica tratada por Dallabrida (2000) e Albagli (2004) está diretamente relacionada com a identidade coletiva da dimensão simbólica.

A Tabela 2A e B (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão econômica e demonstra em suas correlações mais significativas que:

- Aumentando o número de entrevistados que alegam participar de festividades do município nos últimos dois anos (Sim1), diminui o número de entrevistados que afirmam que a produção é diversificada (Econ5), apresentando $(r) = -,218$;
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que participam ativamente como membro organizador de festividades culturais do município (Sim2), diminui o número de entrevistados que afirmam que em determinadas épocas do ano é inevitável a entrada de produtos de outras regiões devido à escassez dos produtos locais em razão da entressafra (Econ11), apresentando $(r) = -,207$.

Essa correlação pode ser compreendida pelo fato de que os agricultores familiares que participam de festividades como a Festa do Tambaqui e a Festa do Milho (Quadro 5) têm sua produção direcionada para essas festividades, praticando assim a monocultura.

A demais correlações significativas da Tabela 2A e 2B são:

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que mantêm hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4), diminui o número de entrevistados que afirmam que os produtos produzidos na zona rural do município são suficientes para atender à população local (Econ10), apresentando $(r) = -,356$;
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que outras pessoas da sua família possuem propriedades de agricultura familiar no município de Rolim de Moura (Sim5) e os entrevistados que afirmam que sua propriedade rural é herança de família (Sim6), diminui o número de entrevistados que afirmam que produzem apenas para o consumo (Econ1), apresentando $(r) = -,589$ e $-,289$;

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que outras gerações de sua família sobreviviam da agricultura familiar (Sim7), diminui o número de entrevistados que afirmam que produzem para vendas em comércio local e regional (Econ3), apresentando $(r) = -,250$; e
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que reúnem-se com outras família da comunidade (Sim8), diminui o número de entrevistados que afirmam que os produtos produzidos na zona rural do município são suficientes para atender à população local (Econ10), apresentando $(r) = -,258$.

Acerca da dimensão simbólica é possível identificar que os entrevistados mantêm hábitos e costumes herdados de seu local de origem (Sim4), participam de festividades do município (Sim1) ou participam ativamente como membro organizador de festividades do território (Sim2).

Haesbaert (2014) afirma que o território também é interpretado do ponto de vista de suas dimensões simbólicas e afetivas, como a questão do pertencimento e a formação de processos identitários. Declara que o território vai além da compreensão do domínio e poder, focando também a perspectiva da dimensão simbólica e identitária, visão que se apoia na observância do espaço e o seu caráter de identidade social.

Percebe-se, porém, que para esses agricultores familiares a produção da propriedade rural não é diversificada (Econ5), ao mesmo tempo que declaram que há insuficiência dos produtos produzidos nas propriedades da agricultura familiar (Física1) para atender à população local, atribuindo sentido de pouca produtividade ao território.

A Tabela 2A e B demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- Atua em algum movimento cultural (Sim3) tem correlação favorável com a variável a produção é diversificada (Econ5), apresentando $(r) = -,215$;
- Participa ativamente como membro organizador de alguma das festividades culturais do município (Sim2) tem correlação favorável com a variável a produção é diversificada (Econ5), apresentando $(r) = ,212$;
- Outras pessoas da família possuem propriedades de agricultura familiar no município (Sim7) tem correlação favorável com a variável o preços dos

produtos são praticados de acordo com a quantidade em oferta na praça (Econ13), apresentando $(r) = ,142$; e

- Reunem-se com outras famílias da comunidade (Sim8) tem correlação favorável com a variável produz para venda no comércio local ou regional (Econ3), apresentando $(r) = ,257$.

Diante do sentimento de apropriação dos atores sociais que afirmam que convivem em comunidade e que atuam em movimentos culturais, ou ainda participam ativamente como membro organizador de festividades culturais, é oportuno salientar que o conceito de apropriação e reapropriação, afirmado por Haesbaert (2014) na ótica dos símbolos e no processo das representações simbólicas da cultura, trazem aspectos que esclarecem as transformações presentes no cotidiano com relação às manifestações em determinados territórios, seja por circunstâncias geográficas, religiosas e econômicas.

Buainaim e Romeiro (2000), corroborando, deduziram que a agricultura familiar incrementa, em geral, processos de produção, combinando diversas culturas, como a criação de animais e o cultivo de hortifrutigranjeiros para o consumo da família e comercialização, pretendendo fomentar a economia de determinado local.

A Tabela 3A e B (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão física e dentre as correlações relevantes destaca-se que:

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que a produção de sua propriedade rural é diversificada (Econ5), que os produtos produzidos são repassados para o PAA (Econ6), que o entrevistado faz cálculos antecipados para conhecer o preço mínimo de venda (Econ14) e que acreditam que um maior número da produção de produtos agrícolas poderia ser absorvida pela comunidade de Rolim de Moura (Econ15), diminui o número de entrevistados que afirmam que há suficiência de máquinas, equipamentos e estrutura em sua propriedade (Física1).

Para Abramovay (2006), a maioria dos produtores necessita de recursos de terceiros para desenvolver seus processos de maneira mais eficaz, rentável e sustentável. O autor afirma ainda que a ausência desses recursos, seja pela

insuficiência da oferta de crédito, seja por causa das condições contratuais inadequadas, impõe restrições ao funcionamento da agricultura familiar moderna e, principalmente, à sua capacidade de manter-se competitiva em um mercado cada vez mais exigente.

Assim, percebe-se que é importante fortalecer a dimensão física em suas funcionalidades de estabelecer estruturas capazes de contribuir para um maior número de produção. Dallabrida (2000) considera a dimensão física como a materialidade, quando a qualidade do material é trabalhado com potência suficiente para tornar-se a identidade do produto.

A análise das correlações seguintes permite observar o comportamento dos agricultores familiares quanto à posse da terra:

- Aumentando o número de entrevistados que alegam produzir para venda para outros estados (Econ4) e que têm dificuldades para a comercialização dos produtos (Econ7), diminui o número de entrevistados que afirmam que é importante ser proprietário da terra (Física3); e
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam produzir apenas para o consumo (Econ1) e que os preços de seus produtos são praticados em relação à concorrência (Econ12), diminui o número de entrevistados que afirmam que é importante adquirir novas propriedades rurais (Física5).

De acordo com Haesbaert e Limonad (2007), a condição de proprietário e os territórios distinguem-se por características materiais e imateriais, por suas relações sociais, processos de produção e cultura. As afirmações dos entrevistados indicam que não demonstram interesse em ser proprietários ou adquirir novas propriedades, embora as utilizem para o comércio e a geração de renda.

Uma outra correlação relevante é obtida pela variável que reconhece que aumentando o número de entrevistados que afirmam que os produtos produzidos na zona rural do município são suficientes para atender a população local (Econ10), diminui o número de entrevistados que afirmam que é importante que as novas propriedades rurais adquiridas sejam no município de Rolim de Moura (RO) (Física6).

A afirmação remete ao conceito de identidade territorial, que faz parte das premissas de análise dos recortes geográficos. A importância desses estudos orienta-se à capacidade explicativa de manifestações amplas e diversificadas, que

segundo Pollice (2012) aparece como efeito de uma compreensão reduzida e de protótipos básicos de mudanças que estimulam a dimensão local.

A Tabela 3A e B demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- Os preços praticados nos produtos da propriedade rural acompanham os preços dos concorrentes (Econ12), e os preços praticados nos produtos da propriedade rural são de acordo com a quantidade de produtos em oferta na praça (Econ13) têm correlação favorável com a variável que afirma que é importante adquirir novas propriedades rurais (Física6), apresentando $(r) = ,200$ e 272 , respectivamente.

Compreende-se, portanto, que um maior número de propriedades rurais adquiridas pelos agricultores familiares pode fortalecer a identidade territorial do município de Rolim de Moura (RO) pelo fomento da agricultura familiar, já que os entrevistados afirmam comercializar os produtos.

Há uma preocupação quanto à comercialização, já que para os agricultores entrevistados a precificação acontece informalmente, apenas acompanha os preços da concorrência ou ainda ocorre baseada na quantidade de produtos em oferta na praça.

A Tabela 4 (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão econômica.

Schneider (2003) alega que a perecibilidade, a homogeneidade, a sazonalidade de oferta, os riscos climáticos, a baixa elasticidade da demanda e rigidez de oferta são características particulares à produção agrícola e seus produtos.

Wanderley (2013) corrobora ao afirmar que a produção agrícola tem características peculiares, sujeitando-se a questões climáticas e físicas que influenciam a cadeia produtiva. A sazonalidade é uma reação direta dessa dependência que estabelece a produção em períodos específicos. Os problemas mais significativos em relação à elasticidade da demanda dos produtos agrícolas ocorrem nos períodos de safra.

Segundo Schneider (2003), a safra corresponde ao período produtivo, em que há condições mínimas ou mesmo ideais para a produção, e a entressafra é o período ocioso entre uma safra e outra.

No município de Rolim de Moura (RO), de acordo com dados da EMATER (2017), observando-se o tipo de produtos agrícolas característicos do recorte geográfico, o clima e as condições ambientais, o período da safra compreende os meses de abril a junho, e nos demais períodos há produção e comercialização de produtos, porém em menor quantidade.

Quanto às correlações entre as variáveis da dimensão física e da dimensão econômica apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que apontam que nos últimos dois anos houve aquisição de máquinas e equipamentos para a propriedade rural (Física2) e o número de entrevistados que sugerem que é importante adquirir novas propriedades rurais (Física5), diminui o número de entrevistados que alegam que produzem apenas para consumo (Econ1);
- Aumentando o número de entrevistados que sugerem que é importante ser proprietário da terra (Física3), diminui o número de entrevistados que reconhecem que produzem para vendas para outros estados (Econ4), apresentando um coeficiente (r) -,666;
- Aumentando o número de entrevistados que alegam que há suficiência de máquinas, equipamentos e estrutura em sua propriedade (Física5), diminui o número de entrevistados que concluem que os preços praticados nos produtos da propriedade rural são praticados de acordo com a quantidade em oferta (Econ13);
- Aumentando o número de entrevistados que concluem que é importante que novas propriedades rurais sejam adquiridas no município de Rolim de Moura (Física6), diminui o número de entrevistados que apontam que os produtos produzidos na zona rural do município são suficientes para atender à população local (Econ10), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de -,239; e
- Aumentando o número de entrevistados que apontam que é importante o tamanho da propriedade rural (Física4), diminui o número de entrevistados que afirmam que os preços praticados dos produtos acompanham os preços dos concorrentes (Econ12), apresentando um coeficiente (r) -,187.

A Tabela 4B demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- Há suficiência das máquinas, equipamentos e estrutura em sua propriedade (Física1) tem correlação favorável com a variável produz apenas para o consumo (Econ1);
- É importante ser proprietário da terra (Física3) tem correlação favorável com a variável o preços dos produtos são praticados em relação ao preço dos produtos da concorrência (Econ9); e
- É importante adquirir novas propriedades rurais (Física5) tem correlação favorável com a variável os preços praticados são de acordo com a quantidade em oferta na praça (Econ13).

Cocco; Urani e Galvão (2002) concluem que:

a noção de território abarca um conjunto de características físicas e humanas que lhe imprimem individualidade e personalidade, refletindo certo estado de evolução e de interação entre condições naturais, tecnológicas, sistemas econômicos, estruturas sociais e demográficas (COCCO; URANI; GALVÃO, 2002, p. 76).

Suas características estariam simbolizadas, por exemplo, em manifestações de uniformidade ou homogeneidade presentes naquele local ou, ainda, agregada à natureza das funções ou fluxos internos existentes.

De acordo com os apontamentos das correlações sugere-se que no território em estudo há agricultores familiares que importam-se em adquirir novas propriedades, assim como investir em máquinas, equipamentos e estrutura.

Esse investimento fortalece a dimensão física sincronicamente com o fomento da dimensão econômica, ao que Paulillo (2000) corrobora com a observação que a disponibilidade de práticas de poder e riqueza consistem na capacidade da relação estratégica entre recursos humanos, atores políticos, valores culturais, condições tecnológicas e aperfeiçoamento corporativo.

Acerca da variável 'é importante ser proprietário da terra (Física3)' pressupõe-se que os agricultores entrevistados têm o sentido de pertencimento já descrito neste estudo quanto à perspectiva de Haesbaert e Limonad (2007).

A Tabela 5A e B (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão sociopolítica e apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que concluem que os preços que praticam em seus produtos acompanham o preços dos concorrentes

(Econ12) e a variável que alega que os preços que praticam são de acordo com a quantidade em oferta na praça (Econ13), diminui o número de entrevistados que apontam que Rolim de Moura é reconhecido pela força da agricultura familiar (Pol2);

- Aumentando o número de entrevistados que apontam que têm dificuldade para a comercialização dos produtos (Econ7), diminui o número de entrevistados que afirmam participar das decisões tomadas pela cooperativa da qual participam (Pol4), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de -,342;
- Aumentando o número de entrevistados que sugerem que o preço de seus produtos estão de acordo com os preços praticados pela concorrência (Econ12), diminui o número de entrevistados que indicam ser filiados a uma cooperativa (Pol2), apresentando um coeficiente (r) -,297; e
- Aumentando o número de entrevistados que apontam que produzem para vendas em comércio local ou regional (Econ3), diminui o número de entrevistados que sugerem que houve aumento de renda familiar após a parceria com cooperativas, EMATER e outros órgãos (Pol5). O coeficiente (r) dessas variáveis é de -,342.

Terluin (2003) destaca as associações e cooperativas como foco do desenvolvimento intrínseco, constituído por impulsos locais e fundamentado em recursos do território em que os atores e as organizações públicas e privadas exercem papel fundamental.

Na cooperativa, os agricultores familiares são fortalecidos dentro de um grupo maior e têm mais condições de negociar melhores condições e preços mais justos para insumos como sementes, fertilizantes e equipamentos.

As cooperativas podem reunir produtores autônomos que compram e vendem em conjunto. A cooperativa agropecuária pode reunir, como associados, produtores autônomos que compram e vendem em conjunto. Giagnocavo (2010) afirmar que o cooperativismo é um modelo de economia solidária que procura maximizar o predomínio do fator trabalho sobre o fator capital. Isso significa que o cooperativismo é uma associação sócio-econômica de pessoas.

Além disso, as cooperativas oferecem condições que os agricultores dificilmente aproveitariam individualmente, como a garantia do direito à terra e

melhores ofertas de mercado. Com isso, as cooperativas podem ser consideradas um modelo adaptável às necessidades das comunidades rurais (ABRAMOVAY, 2012).

Ainda acerca das correlações entre as variáveis da dimensão econômica e da dimensão sociopolítica apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que indicam que a produção da propriedade rural é diversificada (Econ5), diminui o número de entrevistados que concluem que a participação nas políticas públicas e nos programas de incentivo à agricultura familiar melhorou o padrão de vida dos agricultores familiares (Pol7). O coeficiente (r) dessas variáveis é de $-0,494$;
- Aumentando o número de entrevistados que apontam que fazem cálculos antecipados para conhecer o preço mínimo de vendas dos produtos da propriedade rural (Econ14), diminui o número de entrevistados que afirmam ter conhecimento da identidade territorial (Pol1), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de $-0,315$; e
- Aumentando o número de entrevistados que indicam que produzem apenas para o consumo (Econ1) e os entrevistados que afirmam que produzem para vendas para outros estados (Econ4), diminui o número de entrevistados que dizem pagar algum tipo de financiamento agrícola (Pol8).

De acordo com os agricultores familiares entrevistados, a diversidade ou a pluriatividade praticada pressupõe melhoria no padrão de vida. Fato que pode ser justificado ao analisar a variável que indica que o agricultor familiar que produz apenas para o consumo é aquele que diz pagar algum tipo de financiamento agrícola.

A Tabela 5A e B demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- Os produtos são produzidos para o PAA (Econ6) e há correlação favorável com a variável possui acesso a políticas públicas ou programas de incentivo à agricultura familiar (Pol6); e
- Os produtos são produzidos para o PAA (Econ6) e os produtos advindos de outras regiões atrapalham a comercialização de produtos (Econ8) têm

correlação favorável com a variável a participação nas políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar melhorou seu padrão de vida (Pol7).

Carneiro (2013) conclui que o governo, por meio das políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar, atribui à agricultura um papel central na promoção do desenvolvimento econômico nacional e na melhoria das condições de vida da população.

Lima (2011) acrescenta que as políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar são procedimentos de sobrevivência praticados pelos agricultores familiares, que submetem-se às fundamentais relações com o comércio local e os mercados externos.

Graeub *et al* (2016) corroboram com a concepção que a força da agricultura familiar resigna-se a aspectos que incentivem a sua sobrevivência no meio rural, como, por exemplo, a possibilidade da produção rural local e de suas práticas relacionadas aos métodos de transformação e comercialização.

Saraiva (2013) pressupõe que o PRONAF é a principal política agrícola para a agricultura familiar em número de beneficiários e recursos aplicados e, hipoteticamente, tem contado com um montante crescente de recursos disponibilizados, atingindo o valor de R\$ 24,1 bilhões.

Estudos apontam que o programa tem beneficiado principalmente as unidades familiares de produção em melhores condições socioeconômicas e promovido o cultivo de produtos competitivos. A Tabela 6A e B (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão econômica, apontando as seguintes significância estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam ter conhecimento da identidade territorial (Pol1), diminui o número de entrevistados que concluem que fazem cálculos antecipados para conhecer o preço mínimo de venda (Econ14). O coeficiente (r) dessas variáveis é de $-0,315$;
- Aumentando o número de entrevistados que apontam que têm acesso a políticas públicas ou programas de incentivo à agricultura familiar (Pol6), diminui o número de entrevistados que indicam que produzem apenas para o consumo (Econ1);

- Aumentando o número de entrevistados que apontam que pagam algum tipo de financiamento agrícola (Pol8), diminui o número de entrevistados que concluem que produzem para vendas em outros estados (Econ4), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de -,356;
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que têm dificuldades para a comercialização dos produtos (Pol7), diminui o número de entrevistados que apontam que a produção é diversificada (Econ5), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de -,494;
- Aumentando o número de entrevistados que indicam que participam das decisões tomadas pela cooperativa (Pol4), diminui o número de entrevistados que sugerem ter dificuldades para comercialização dos produtos (Econ7). O coeficiente (r) dessas variáveis é de -,342; e
- Aumentando o número de entrevistados que sugerem que Rolim de Moura é reconhecida pela força da agricultura familiar (Pol2), diminui o número de entrevistados que pontuam que os preços praticados dos produtos da propriedade rural acompanham os preços dos concorrentes (Econ12). O coeficiente (r) dessas variáveis é de -,297.

Acerca do entendimento de identidade territorial, Haesbaert (2015) afirma que a relação com a propriedade é uma característica marcante na agricultura familiar. A percepção de propriedade e o pertencimento ao território ou à coletividade é muito presente na rotina.

Schneider (2015) alega que comumente é nessa comunidade produtiva que os antepassados do produtor rural viveram e estabeleceram seus laços familiares, o que torna a propriedade portadora de um sentimento de pertencimento, posse e identificação. A partir dessa concepção manifesta-se a conveniência da conservação de um território que respeite as dimensões da agricultura familiar.

Haesbaert e Limonad (2007) pontuam que as identidades são construções históricas, pautadas em aspectos objetivos e subjetivos. Por tanto, não devem ser consideradas imutáveis ou invariáveis já que são construídas, desconstruídas e reconstruídas através do tempo.

Nessa visão suportam alterações no tempo histórico, no mesmo e em diferentes lugares, de forma relacional. A identidade deve ser compreendida não

apenas como um estado, mas como processo dinâmico de identificação e de reconhecimento.

A Tabela 6A e B (APÊNDICE 3) demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- São suficientes os incentivos à agricultura familiar no município de Rolim de Moura (RO) (Pol9), diminui o número de entrevistados que pontuam que há uma correlação favorável com a variável faz cálculos antecipados para conhecer o preço mínimo de venda (Econ14);
- Rolim de Moura é reconhecida pela força da agricultura familiar (Pol2), portanto há correlação favorável com a variável produz apenas para o consumo (Econ1);
- Tem conhecimento da identidade territorial tem correlação favorável (Pol1) com a variável produção é diversificada (Econ5); e
- As variáveis houve aumento de renda familiar após as parcerias com cooperativas, EMATER, outros órgãos (Pol5); possui acesso a políticas públicas ou programas de incentivo à agricultura familiar (Pol6); a participação na políticas públicas e *programas* de incentivo à agricultura familiar melhorou o padrão de vida do entrevistado (Pol7); paga algum tipo de financiamento agrícola (Pol8) têm correlação favorável com a variável que afirma que os produtos produzidos são repassados para o PAA (Econ6).

O processo de construção das identidades dos agricultores familiares deve ser considerado temporal, espacial e mutável. As identidades dos agricultores familiares devem ser construídas ao longo do tempo, pois o cotidiano no território faz parte de um contexto dinâmico de transformações que influenciam nos costumes socioculturais, religiosos e econômicos. Essas dinâmicas oportunizam ao território integração das relações sociais de produção e representações culturais e religiosas (HAESBAERT; LIMONAD, 2007).

A Tabela 7 (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão simbólica e apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que alegam que é importante adquirir novas propriedades rurais (Física5), diminui o número de

entrevistados que afirmam manter hábitos e costumes herdados do seu local de origem (Sim4). O coeficiente (r) dessas variáveis é de $-,232$;

- Aumentando o número de entrevistados que sugerem que a propriedade tem suficiência de máquinas, equipamentos e estrutura (Física1), diminui o número de entrevistados que alegam que outras pessoas da sua família possuem propriedades de agricultura familiar no município (Sim5). O coeficiente (r) dessas variáveis é de $-,298$; e
- Aumentando o número de entrevistados que julgam que é importante que as novas propriedades rurais adquiridas sejam no município de Rolim de Moura (Física6), diminui o número de entrevistados que alegam ter participado de festividades do município nos últimos dois anos (Simb1), e o coeficiente (r) dessas variáveis é $-,215$.

Acerca das relações pessoais dos entrevistados percebe-se que aqueles que mantêm hábitos herdados de seu local de origem ou mesmo aqueles que têm parentesco com outros agricultores familiares são os que menos investem em máquinas, equipamentos e estruturas.

Abramovay (2012) sugere que o conceito de agricultura familiar destaca três características básicas da agricultura familiar: i) os membros estão relacionados por grau de parentesco; ii) a propriedade é determinada com controle gerencial; e iii) o controle é herdado de geração em geração.

A Tabela 7 demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- nos últimos dois anos houve aquisição de máquinas e equipamentos para a propriedade rural (Física2) com a variável que sugere que os entrevistados se reúnem com outras famílias da comunidade (Sim8).

Concomitantemente às relações familiares e à formação de identidade, Froelich (2013) alega que a identidade relaciona-se tanto ao indivíduo, no contexto pessoal, como também na associação do indivíduo com o grupo. Boligian (2003), corroborando, reitera que o conceito de identidade é uma construção social, e ao longo do tempo os diferentes grupos sociais projetaram descrições que constroem identidades associadas a uma determinada ideologia, etnia, cultura ou religião.

A Tabela 8 (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão física e apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que julgam que outras pessoas de sua família possuem propriedades de agricultura familiar no município de Rolim de Moura (Sim5), diminui o número de entrevistados que alegam ter suficiência de máquinas, equipamentos e estrutura em sua propriedade (Física1). O coeficiente (r) dessas variáveis é -,298;
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que outras gerações de sua família também sobreviviam da agricultura familiar (Sim7), diminui o número de entrevistados que alegam que nos últimos dois anos houve aquisição de máquinas e equipamentos para a propriedade rural (Física2), e o coeficiente (r) dessas variáveis é -,176; e
- Aumentando o número de entrevistados que responderam que mantêm hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4), diminui o número de entrevistados que concordam que é importante adquirir novas propriedades rurais (Física5). O coeficiente (r) dessas variáveis é -,232.

Abramovay (2006) alega que os programas de incentivo à agricultura familiar proporcionam oportunidades do desenvolvimento rural sustentável, dando apoio aos agricultores familiares de investir em seus campos, melhorar a infraestrutura, produção, conhecimentos técnicos e bem-estar.

A pesquisa demonstrou que quanto mais forte os laços com a dimensão simbólica, aquela cuja característica é a relação entre os atores sociais e o sentimento de pertencimento, menor é a tendência em investimentos na dimensão física, aquela que fora caracterizada por Lastres e Cassiolato (2005) por disponibilizar os recursos naturais e os usos e práticas territoriais dos grupos sociais.

A Tabela 8 demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- Participa ativamente como membro organizador de alguma festividade cultural do município (Sim2) e a variável mantém hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4) tem correlação favorável com a variável há suficiência de máquinas, equipamentos e estruturas em sua

propriedade (Física1). O coeficiente (r) dessas variáveis é, respectivamente, ,216 e ,228;

- Participou de festividades do município nos últimos dois anos (Sim1) e a variável entrevistado e sua família se reúnem com outras famílias da comunidade (Sim8) têm correlação favorável com a variável nos últimos dois anos houve aquisição de máquinas e equipamentos para a propriedade rural(Física2). O coeficiente (r) dessas variáveis é, respectivamente, ,415 e ,299;
- A propriedade rural do entrevistado é herança de família (Sim6) tem correlação favorável com a variável é importante o tamanho da propriedade rural (Física4), e o coeficiente (r) dessas variáveis é ,217; e
- A propriedade rural do entrevistado é herança de família (Sim6) tem correlação favorável com a variável é importante adquirir novas propriedades rurais(Física5). O coeficiente (r) dessas variáveis é ,217.

As correlações favoráveis entre a dimensão simbólica e a dimensão física colaboram com as correlações de inversão das mesmas dimensões citadas anteriormente, já que demonstram que os entrevistados sugerem que há suficiência de máquinas, equipamentos e estruturas em sua propriedade, ao mesmo tempo em que declaram que é importante o tamanho da propriedade rural e julgam também ser importante a aquisição de novas propriedades rurais.

Acerca das políticas públicas que podem fortalecer o crédito do agricultor familiar e, conseqüentemente, oportunizar a compra de novas propriedades, máquinas e equipamentos, Cassol e Schneider (2015) sugerem que também haja um reconhecimento de que as políticas públicas são importantes para a representação social e a manutenção dos agricultores nos espaços rurais.

A Tabela 9 (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão sociopolítica e apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que a propriedade tem suficiência de máquinas, equipamentos e estrutura em sua propriedade (Física1), diminui o número de entrevistados que afirmam que Rolim de Moura é reconhecida pela força da agricultura familiar (Pol2). O coeficiente (r) dessas variáveis é de -,272; e

- Aumentando o número de entrevistados que alegam que nos últimos dois anos houve aquisição de máquinas e equipamentos para a propriedade rural (Física2), diminui o número de entrevistados que afirmam que a participação na políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar melhorou o seu padrão de vida (Pol7), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de -,288.

Ressalta-se aqui a condição dos entrevistados que alegam ter feito aquisição de máquinas e equipamentos para a propriedade rural e sua contraposição àqueles que tiveram acesso às políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar.

Camargo e Medina (2016) afirmam que as políticas públicas têm o papel regulador das relações econômico-sociais e são constituídos fundos públicos para serem utilizados em investimentos em áreas estratégicas para o desenvolvimento e em programas sociais.

A Tabela 9 demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- É importante o tamanho da propriedade rural (Física4) tem correlação favorável com a variável tem conhecimento sobre identidade territorial (Pol1). O coeficiente (r) dessas variáveis é de ,227;
- É importante você ser proprietário da terra (Física3) tem correlação favorável com a variável o entrevistado paga algum financiamento agrícola e com a variável que avalia os incentivos à agricultura familiar no município de Rolim de Moura. O coeficiente (r) dessas variáveis é, respectivamente, de ,346 e ,299; e
- Com relação à suficiência das máquinas e equipamentos da propriedade rural (Física1) há correlação favorável com a variável o entrevistado participa das decisões tomadas pela cooperativa (Pol4). O coeficiente (r) dessas variáveis é de ,252.

Relativamente ao trato das questões de posse de terra e identidade territorial ressalta-se a correlação favorável entre a condição de ser proprietário da terra, do tamanho da propriedade rural e do conhecimento por parte dos entrevistados da identidade territorial.

Chelotti (2010) afirma que os espaços geográficos são entendidos como aqueles que são apropriados e utilizados pelo homem e o resultado dessa relação seria a produção do espaço geográfico. E conclui expressando que no espaço as relações sociais se materializam e se reproduzem gerando territórios a partir das relações de poder.

A Tabela 10 (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão física e apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que Rolim de Moura é reconhecida pela força da agricultura familiar (Pol2), diminui o número de entrevistados que afirmam que há suficiência de máquinas, equipamentos e estrutura em sua propriedade (Física1). O coeficiente (r) dessas variáveis é de $-0,272$;
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que a participação nas políticas públicas ou programas de incentivo à agricultura familiar melhora o padrão de vida do entrevistado (Pol7), diminui o número de entrevistados que afirmam que nos últimos dois anos houve aquisição de máquinas e equipamentos para a propriedade rural (Física2). O coeficiente (r) dessas variáveis é de $-0,288$; e
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que são filiados a uma cooperativa (Pol3), diminui o número de entrevistados que afirmam que é importante ser proprietários de terra (Física3), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de $-0,270$.

Delgado; Conceição e Oliveira (2005) alegam que é equivocada a visão da produção familiar como autosuficiente, totalmente avessa ao risco envolvido nas operações financeiras, e que em praticamente todos os sistemas e regiões os agricultores enfrentam problemas associados à disponibilidade de capital de giro e recursos para investimentos.

Assim, percebeu-se que dentre os entrevistados poucos têm acesso à políticas públicas ou programas de incentivo à agricultura familiar, e aqueles que não fizeram investimentos em máquinas e equipamentos para a propriedade rural nos últimos dois anos.

Outra questão acerca das correlações com maiores coeficientes de significância ocorre quando as variáveis indicam a filiação dos agricultores familiares e seu interesse em serem proprietários da terra. Ao aumentar o número de respondentes que alegam ser filiados em uma cooperativa, diminui o coeficiente de participantes que acham relevante serem proprietários da terra.

A Tabela 10 demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- Em participa das decisões tomadas pela cooperativa (Pol4) há correlação favorável com a variável há suficiência de máquinas, equipamentos e estrutura em sua propriedade (Física1). O coeficiente (r) dessas variáveis é de ,252;
- Entre as variáveis houve aumento de renda familiar após as parcerias com cooperativas, EMATER, outros órgãos; paga algum tipo de financiamento agrícola; como avalia os incentivos à agricultura familiar no município de Rolim de Moura (Pol5) há correlação favorável com a variável é importante ser proprietário da terra (Física3), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de ,240; e
- Em tem conhecimento sobre identidade territorial (Pol1) há correlação favorável com a variável é importante o tamanho da propriedade rural (Física4). O coeficiente (r) dessas variáveis é de ,227.

Quanto às correlações favoráveis com os mais relevantes coeficientes de significância, percebe-se a ligação entre o aumento de renda familiar com o interesse em ser proprietário da terra; a participação das decisões tomadas pela cooperativa com a variável que mensura o investimento em máquinas, equipamentos e estrutura.

Em relação à participação das decisões, Sen (2010) conceitua o desenvolvimento como um processo integrado de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam, que também dependem de determinantes como o arranjo social e econômico e os direitos civis.

A Tabela 11 (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão simbólica e apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que têm acesso a políticas públicas ou programas de incentivo à agricultura familiar (Pol6); o entrevistados que afirmam que a participação nas políticas públicas ou programas de incentivo à agricultura familiar melhorou o seu padrão de vida (Pol7) e ainda os entrevistados que declaram que pagam algum tipo de financiamento agrícola (Pol8), diminui o número de entrevistados que afirmam que mantêm hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4). O coeficiente (r) dessas variáveis é de -,343; -,276 e -,369, respectivamente.

Os resultados colaboram com afirmação de Gehlen (2004) quando o autor sugere que as modificações inseridas pelas políticas públicas influenciam os conceitos de identidade sociocultural, contemplando as relações de trabalho e cidadania.

A Tabela 11 demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- É filiado a uma cooperativa (Pol3) e participa das decisões tomadas pela cooperativa (Pol4) tem correlação favorável com a variável o entrevistado pode participativamente como membro organizador de alguma das festividades culturais do município (Sim2). O coeficiente (r) dessas variáveis é de ,425 e ,554, respectivamente; e
- Em é filiado a uma cooperativa (Pol3) há correlação favorável com a variável o entrevistado reúne-se com sua família e demais famílias da comunidade (Sim8). O coeficiente (r) dessas variáveis é de 0,251.

Dentre as festividades culturais do município de Rolim de Moura destacam-se as festividades dispostas na Tabela 12, que demonstra a quantidade de entrevistados que alegam conhecer os eventos.

Tabela 12 – Conhecimento das festividades culturais do município

Idade	Quantidade	Percentual
Festa do Tambaqui	212	66,04%
EXPOAGRO	321	100%
Festa do Milho	244	76,01%
Arraial do CER	229	71,33%
Festa de Padroeiros	321	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

As festividades culturais são constituídas por hábitos e culturas locais. Mesmo aqueles advindos de outras culturas se fortalecem com a integração dos atores sociais (FLORES, 2006). O município de Rolim de Moura apresenta várias festividades que contemplam os hábitos e costumes dos munícipes e ainda fortalecem a cultura local.

As festividades fazem parte do calendário do município e acontecem com a contribuição de voluntários. Ocorrem anualmente em parceria com a comunidade e associações, de acordo com o Quadro 5.

Quadro 5 – Parcerias e características das festividades de Rolim de Moura (RO)

Festividade	Parcerias	Características
Festa do Tambaqui	Associação dos Apicultores do município e Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER)	Almoço com pratos derivados do peixe Tambaqui.
EXPOAGRO	Associação Rural de Rolim de Moura (ASROLIM)	Evento realizado no Parque de Exposição Governador Jorge Teixeira para comemoração do aniversário do município; exposição de produtos agropecuários; shows e rodeio.
Festa do Milho	Primeira Igreja Batista de Rolim de Moura	Festival de pratos derivados de milho.
Arraial da Integração do Centro Educacional	Centro Educacional de Rolim de Moura (CER)	Festa junina promovida em prol do Centro Educacional de Rolim de Moura (CER), que atende pessoas portadoras de necessidades especiais.
Festa de Padroeiros	Comunidades religiosas	Festa em devoção aos santos padroeiros das comunidades (bairros e propriedades rurais); comercialização de pratos típicos; bingos e sorteios de brindes.

Fonte:Secretaria Municipal de Turismo, Cultura e Esporte de Rolim de Moura (2017)

A Tabela 13 (APÊNDICE 3) apresenta a correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão sociopolítica e apontam-se as seguintes significâncias estatísticas:

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que participaram de festividades culturais do município nos últimos dois anos (Sim1), diminui o número de entrevistados que afirmam que têm conhecimento da identidade territorial (Pol1).O coeficiente (r) dessas variáveis é de -,192;
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que mantêm hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4), diminui o número de entrevistados que afirmam que têm acesso a políticas públicas ou

programas de incentivo à agricultura familiar (Pol6) e o coeficiente (r) dessas variáveis é de -,343;

- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que mantêm hábitos ou costumes herdados do seu local de origem (Sim4), diminui o número de entrevistados que afirmam que pagam algum tipo de financiamento agrícola (Pol8), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de -,369; e
- Aumentando o número de entrevistados que afirmam que outras gerações de sua família também sobreviviam da agricultura familiar (Sim7), diminui o número de entrevistados que avaliam como suficientes os incentivos à agricultura familiar no município de Rolim de Moura (Pol9). O coeficiente (r) dessas variáveis é de -,318.

A Tabela 13 demonstra correlações favoráveis quando analisados os seguintes pares:

- Participa ativamente como membro organizador de alguma festividade cultural do município (Sim2); atua em algum movimento cultural (Sim3) têm correlação favorável com a variável o entrevistado é filiado a uma cooperativa (Pol3), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de ,420 e ,425, respectivamente;
- Participa ativamente como membro organizador de alguma festividade cultural do município (Sim2); atua em algum movimento cultural (Sim3); sua propriedade rural é herança de família (Sim6); reúnem-se com outras famílias da comunidade (Sim8) têm correlação favorável com a variável que afirma que o entrevistado participa das decisões tomadas pela cooperativa (Pol4), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de ,588; ,554; ,302 e ,298, respectivamente; e
- Participa ativamente como membro organizador de alguma festividade cultural do município (Sim2); atua em algum movimento cultural (Sim3) tem correlação favorável com a variável que afirma que houve aumento de renda familiar após as parcerias com cooperativas, EMATER, outros órgãos (Pol5), e o coeficiente (r) dessas variáveis é de ,410 e ,396, respectivamente.

Haesbaert (2014) e Ribeiro (2015) afirmam que as intervenções territoriais inteligentes podem acontecer embasadas em dois requisitos: a construção de um novo conhecimento e a construção do poder político local/regional.

Ribeiro (2015) atribui o sucesso ou não dessas intervenções à cultura local, ao capital social ou à densidade dos recursos acumulados no território.

Nesta seção foram abordados os resultados coletados na pesquisa com os agricultores familiares e pode-se confirmar a relação entre as dimensões física, econômica, sociopolítica e cultural como forma de fortalecimento local e como contribuição para a formação de uma identidade territorial.

A próxima seção apresenta as considerações finais deste trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A concepção de identidade territorial faz parte das premissas de pesquisas dos recortes geográficos e dirigem-se à capacidade explicativa de fenômenos amplos e diversificados, surgindo como resultado de uma leitura reduzida e de padrões básicos de mudanças.

Os autores sugerem um estudo amplo, além das interpretações geográficas e do conceito de identidade territorial na cultura dos recortes geográficos como forma de influência do desenvolvimento local.

Albagli (2004) afirma que os novos modelos de fortalecimento das territorialidades estão fundamentados na conveniência comum de preservar, reconhecer e acumular o que um determinado território tem, como seu patrimônio cultural, suas peculiaridades, suas técnicas produtivas, potencialidades econômicas e seus recursos ambientais.

Lastres e Cassiolato (2005) atribuem as seguintes dimensões aos territórios: i) física: referente aos recursos naturais e aos resultados dos usos e práticas territoriais dos grupos sociais; ii) econômica: referente à organização dos processos de produção do recorte geográfico; iii) sociopolíticas: referente às relações sociais, de domínio e de poder; iv) simbólica: referente às relações afetivas, culturais e de identidade do indivíduo ou grupo com o seu espaço; e v) cognitiva: referente às condições para geração, uso e difusão de conhecimentos. As dimensões territoriais foram discutidas neste trabalho à luz da concepção dos agricultores familiares.

Em relação ao território rural, Wanderley (2013) interpreta que o espaço rural está dividido em duas partes: o espaço físico, resultante da ocupação do território, da posse, do uso da terra e dos recursos naturais, da conservação e uso das paisagens naturais e as particularidades do modo de vida nas relações de identidade dos atores sociais.

Acerca das características da agricultura familiar do município de Rolim de Moura (RO), certificou-se que o último Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2006) apontou a existência de 4,3 milhões de estabelecimentos de agricultores familiares no Brasil (IPEA, 2008) e indicou que no município de Rolim de Moura menos de 20% da população residem na zona rural.

A informação referente à característica dos estabelecimentos de agricultores familiares no Município é complementada pela Secretaria Municipal de Agricultura

(2016), que alega haver uma área plantada de 7.870 hectares, distribuída entre os principais produtos produzidos inseridos pelos imigrantes na década de 1980: café, arroz, milho, feijão, mandioca e banana.

Verificou-se, com o presente estudo, que em sua maioria os agricultores familiares são proprietários da terra, atuam como agricultores familiares, dependem da renda da propriedade rural para seu sustento e têm grau de parentesco com outros agricultores familiares.

Este estudo pretendeu diagnosticar qual a contribuição da agricultura familiar como fomentadora de uma identidade territorial. Quanto à produção constatou-se que os principais produtos cultivados nas propriedades de agricultura familiar do município de Rolim de Moura são café, mandioca, banana, milho, mamão e laranja, e destacando a pluriatividade das propriedades rurais percebeu-se que são produzidos queijos, produtos de panificação, mel, doces e compotas e peixes.

Quanto à característica econômica da propriedade rural, verificou-se que 80% dos agricultores familiares afirmam que ao menos uma das pessoas da família trabalha nas atividades da propriedade e 58,26% dos entrevistados têm ao menos um familiar que exerça outra atividade remunerada, evidenciando a dependência econômica dos agricultores familiares da propriedade rural.

Em relação ao sentido de pertença dos atores sociais, pautado na dimensão simbólica como um dos fatores que contribuem para o desenvolvimento local ao compreender que o sentido relacional desses atores sociais está relacionado a fatores sentimentais, sociais e simbólicos, percebeu-se que os agricultores familiares têm propriedades rurais no município objeto deste estudo e ao mesmo tempo afirmaram que a produção da propriedade rural é diversificada, ou seja, os arranjos institucionais que comportam propriedades rurais de parentesco têm pouca diversidade de produtos.

Evidenciou-se também, por meio da pesquisa, que quanto mais alto o envolvimento dos agricultores familiares com as premissas da dimensão simbólica, menor a participação da comercialização dos produtos em feiras, no comércio local e no comércio regional, ao ponto de os entrevistados apontarem maior dificuldade na comercialização dos produtos da propriedade rural.

Quanto ao objetivo deste estudo, de especificar os ativos e recursos territoriais da agricultura familiar de Rolim de Moura (RO) em relação à dimensão física, econômica, simbólica e sociopolítica e sua relação com o desenvolvimento

territorial e regional, destaca-se que um maior número de propriedades rurais adquiridas pelos agricultores familiares pode fortalecer a identidade territorial do Município com o fomento da agricultura familiar.

Conclui-se que a agricultura familiar pode contribuir para o fomento da economia do município de Rolim de Moura (RO) e criar possibilidades de desenvolvimento local por meio das relações de pertença dos atores sociais envolvidos na atividade agrícola.

Por fim, registra-se que a presente pesquisa não teve a pretensão de esgotar o estudo e o debate dialético das informações e ideias sobre o tema, que aborda a contribuição da agricultura familiar como fomentadora de uma identidade territorial.

Ante esse cenário, outras pesquisas poderão ser realizadas no intuito de complementar e alargar os estudos aqui deduzidos, ampliando as amostras e/ ou utilizando como instrumento de coleta de dados perguntas mais abrangentes, que podem possibilitar maior e mais fidedigna leitura na identificação, aferindo com maior clareza a percepção dos sujeitos sobre a contribuição da agricultura familiar na criação da identidade territorial na cidade de Rolim de Moura (RO).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: EdUSP, 2012.

_____. **Agricultura familiar e reforma agrária**. In: Estudo da Dimensão Territorial do PPA. Brasília: CGEE, 2006.

ALBAGALI, S. **Território e territorialidade**. In: LAGES, V., BRAGA, C., MORELLI, G. (orgs). Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva. Brasília: Sebrae, 2004.

BACHA, C. J. C. **Economia e política agrícola no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2004.

BALTAR, P. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Texto para Discussão, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2015.

BARROS, R. P. **Desigualdade de renda no Brasil**. Brasília: IPEA, 2007.

BASSO, D. *et. al.* O estudo de trajetórias de desenvolvimento rural: caracterização e comparação de diferentes abordagens. In: **Revista Desenvolvimento em Questão**, n. 1, jan./jun. Unijuí, 2003.

BELTRAME, G.; PEREIRA, B. A. D. Impactos Socioeconômicos Ocasionados pelo Pronaf para o Desenvolvimento da Agricultura Familiar. **Desenvolvimento em Questão**, v. 15, n. 38, p. 87-107, 2017.

BITTENCOURT, G. A. **Abrindo a Caixa Preta: o financiamento da agricultura familiar no Brasil**. 243 fls. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas. Campinas: UNICAMP, 2003.

BLACKER, D.; ENDICOTT, J. Psychometric properties: concepts of reliability and validity. Handbook of psychiatric measures. Washingtons. pp. 7-14. 2002.

BOLIGIAN, L.; ALMEIDA, R. D. A transposição didática do conceito de território no ensino de Geografia. In: GERARDI, L. H. Ambientes: Estudos de geografia. Rio Claro: Programa de Pós-graduação em Geografia – UNESP; Associação de Geografia Teorética – AGETEO, 2003.

BRANCO, M. T. C. **Jovens sem-terra: identidades em movimento**. Curitiba: UFPR, 2003.

BRANDAO, C. A. A busca da utopia do planejamento regional. *In: Revista Paranaense de Desenvolvimento-RPD*, 2012.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN). Plano Nacional de segurança alimentar e nutricional: 2012/2015. Brasília: Caisan, 2011.

BRENT, Z. W. Territorial restructuring and resistance in Argentina. *In: Journal of Peasant Studies*, v. 42, n. 3-4, p. 671-694, 2015.

BRESSER-PEREIRA, L. C. O conceito histórico de desenvolvimento econômico. *In: Texto para discussão EESP/FGV*, 2006, 157.

BUAINAIM, A. M.; ROMEIRO, A. R. **A agricultura familiar no Brasil**: agricultura familiar e sistemas de produção. 2000. Projeto: UTF/BRA/051/BRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/fao>>. Acesso em: 08 de janeiro de 2016.

BUARQUE, S. C. Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. São Paulo: Garamond, 2002.

CAMARGO, R. S.; MEDINA, G. The effects of the territorial policy on social relationships of family farmers in the Vale do Rio Vermelho citizenship territory, in Goiás, Brazil. *Interações* (Campo Grande), v. 17, n. 1, p. 54-65, 2016.

CANO, W. **Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980**. *In: Texto para Discussão*, 2011.

CARNEIRO, M. J. Política pública e agricultura familiar: uma leitura do Pronaf. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013.

CARNIELLO, M. F.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. **Estudos de gestão e desenvolvimento regional**. Rio de Janeiro: Oficina de Livros, 2010.

CASSIANO, R. M. **Estratégias competitivas das empresas produtoras de sementes de soja**: um estudo exploratório no Sul de Mato Grosso. CNEC/FACECA. Faculdade Cenecista de Varginha. Mestrado (Administração e Desenvolvimento Organizacional). Varginha, 2005.

CASSOL, A.; SCHNEIDER, S. Production and consumption of food: new networks and actors. *In: Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 95, p. 143-180, 2015.

CAVALCANTI, C. **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CAZELLA, A. A.; BONNAL, P.; MALUF, R. S. (Org.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHELOTTI, M. C. Reterritorialização e identidade territorial. *In: Sociedade & Natureza*, p. 165-180, 2010.

CHELOTTI, M. C.; PESSÔA, V. L. S. Reterritorialização e identidade territorial: os camponeses construindo novas territorialidades na fronteira Brasil/Uruguai. 2011. Disponível em: <<http://www.lagea.ig.ufu.br/biblioteca/artigos/egal2009.pdf>>. Acesso em: 13 janeiro 2016.

CHEUNG, T. L. Desenvolvimento da agricultura familiar: investigação sobre o espaço rural e o território como referência para estudar o caso do município de Terenos, MS. **Interações** (Campo Grande), v. 14, n. 2, 2015.

COCCO, G.; URANI, A.; GALVÃO, A. P. **Empresários e empregos nos novos territórios Produtivos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002

DA VEIGA, J. E. A face territorial do desenvolvimento. Campo Grande: **Interações**, 2016.

DALLABRIDA, V. R. **O desenvolvimento regional: a necessidade de novos paradigmas**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2000.

_____. A gestão societária do processo de desenvolvimento local/regional. *In: REA-Revista de Estudos da Administração*, Ijuí: UNIJUÍ, ano 2, nº 3, jul./dez. 2001.

_____. A gestão territorial através do diálogo e da participação. *In: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Scripta Nova, 2007, p. 11-20.

_____. Território e desenvolvimento sustentável: indicação geográfica da erva-mate de ervais nativos no Brasil. *In: Informe Gepec*, 2012, p. 42-59.

DALLABRIDA, V. R.; CANÇADO, A. C.; TAVARES, B. Gestão Social e Governança Territorial: Interseções e especificidades teórico-práticas. **RG&DR** • v. 9, n. 3, p. 313-353, set-dez/2013, Taubaté, SP, Brasil

DELGADO, G. D; CONCEIÇÃO, J. C. P. R, OLIVEIRA, J. J. Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA). Brasília, IPEA, 2005.

DORIA L., Identità, territorio, sviluppo. Um percurso di interpretazione, in “Archivio di Studio Urbani e Regionali”, Milano, 2002, 73, pp. 119-144.

FERNANDES, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. Brasília: Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária, 2006.

FLORES, M. A identidade cultural do território como base de estratégias de desenvolvimento: uma visão do estado da arte. *In: Territorios com Identidad Cultural. Argentina: Rimisp*, 2006.

FROEHLICH, J. M. Indicações geográficas e desenvolvimento territorial: as percepções das organizações representativas da agricultura familiar na Espanha. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, 2013.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. *In: Revista Econômica Política*, vol. 24, n. 4. São Paulo, 2004.

GAFSI, M. Permanence de l’exploitation agricole familiale, une approche gestionnaire. . *In: L’agriculture en famille: travailler, réinventer, transmettre*, p. 45, 2014.

GAIO, S.; GOUVEIA, L. O Branding Territorial: uma abordagem mercadológica à Cidade. *Revista A Obra Nasce*, v. 4, p. 27-38, 2007.

GAZOLLA, M.; SCHNEIDER, S. As duas “caras” do PRONAF: produtivismo ou fortalecimento da produção para autoconsumo? *In: Anais XVIII Congresso SOBER*, Ribeirão Preto, 2005.

GEHLEN, I. Políticas públicas e desenvolvimento social rural. . *In: São Paulo em Perspectiva*. São Paulo, 2004.

GIAGNOCAVO, C. Cooperativismo y agricultura familiar. *Francia*, v. 2, n. 500.000, p. 516.100, 2010.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade**. Zahar, 2002.

GOMES, C. M. P. *et al.* Governança da terra e (re) territorialização da agricultura familiar: possibilidades do crédito fundiário no Brasil. *In: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*, v. 9, n. 19, 2014. GRAEUB, B. E. *et al.* The state of family farms in the world. *World Development*, v. 87, p. 1-15, 2016.

GUANZIROLI, C. E. PRONAF dez anos depois: resultados e perspectivas para o desenvolvimento rural. *In: Revista de Economia e Sociologia Rural*, vol. 45, nº 02, 2007.

GUILHOTO, J. *et al.* A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus estados. Brasília: NEAD, 2007.

GÜNTHER, H. Como elaborar um questionário. Brasília: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental, 2003.

HAESBAERT, R.; LIMONAD, E. O território em tempos de globalização. *In: Revista do Departamento de Geografia*. Rio de Janeiro: UERJ, 2007, p.7-19.

HAESBAERT, R.; Identidades Territoriais. *In: Manifestações da cultura do espaço*. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p.169-190.

_____, R. Territórios em disputa: desafios da lógica espacial zonal na luta política. *In: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária*. v. 9, n. 18, 2014.

_____, R. Precarização, reclusão e “exclusão” territorial. *In: Terra Livre*, v. 2, n. 23, p. 35-51, 2015.

HELMSING, A. H. J. B. Innovative local and regional economic development initiatives in Latin America: a review. Campo Grande: *Interações*, v. 7, n. 12, 2016.

HOGGART, K.; BULLER, H. Rural development: a geographical perspective. Routledge, 2015.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2010**. Disponível em:

<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=110028&search=rondonia|rolim-de-moura>>. Acesso em: 12 de janeiro de 2016.

_____. Produto Interno Bruto dos municípios 2013. Disponível em: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/grafico_cidades.php?lang=&codmun=110028&idtema=152&search=rondonia|rolim-de-moura|produto-interno-bruto-dos-municipios-2013>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Competitividade do Agrobusiness Brasileiro. **Relatório Final. Programa de Estudos dos Negócios do Sistema Agroindustrial (Pensa)**, publicado em CD-ROM, 4º. vol., julho de 2008.

_____. **Estrutura produtiva avançada e regionalmente integrada: diagnóstico e políticas de redução das desigualdades regionais**. 5 Livro, vol. 2. Brasília: Ipea, 2010.

JANUÁRIO, M. L. Rolim de Moura: uma viagem no tempo. Rolim de Moura: D' Press, 2012.

LANDEL, P. A.; PECQUEUR, B. Le développement territorial: une voie innovante pour les collectivités locales?, 2016.

LIMA, F. A. X. A agroecologia e extensão rural para o fortalecimento da agricultura familiar: o caso do município de Santa Cruz da Baixa Verde – PE/Felipe Augusto Xavier – 201. 143, 2011.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. *In: Cadernos de Ciência & Tecnologia*, 21(3), 2004, p.379-408.

KASSAB, Gilberto. Tecnologias para o pequeno produtor. **ANÁLISE DO AGRONEGÓCIO**, p. 56, 2016.

KREJCIE, R. T.; MORGAN, D. W. *Determining Sample Size For Research Activities. Small-Sample Techniques. The NEA Research Bulletin*, Vol. 38 (December, 1960), p. 99.

KING, R. Return migration and regional economic development: an overview. *In: Return Migration and Regional Economic Problems*. p. 1-29, 2015.

LANG, R.; FINK, M.; KIBLER, E. Understanding place-based entrepreneurship in rural Central Europe: a comparative institutional analysis. *In: International Small Business Journal*, v. 32, n. 2, p. 204-227, 2014.

LASTRES, H. M. M; CASSIOLATO, J. E. Glossários de arranjos e sistemas produtivos e inovativos locais (Quinta Versão). Rio de Janeiro: REDESIST – Rede de Pesquisa em Sistemas Produtivos e Inovativos Locais, 2005.

LEBOSSÉ, M. **As questões de identidade em geografia cultural: algumas concepções contemporâneas**. *In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) Paisagens, textos e identidade*. Rio de Janeiro: UERJ, 2004. p. 157-179.

MAGNAGHI, A. **La biorégion urbaine: petit traité sur le territoire bien commun**. France: Eterotopia, 2014.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2001.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Fundamentos de metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

MATEUS, M. A. A. **Agricultura familiar: estudo de caso da Política do Programa de Aquisição de Alimento – PAA em duas Associações Rurais no município de Rolim de Moura/RO. Porto Velho**: UNIR, 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente). Universidade Federal de Rondônia, 2015.

MATTEI, L. **PRONAF 10 anos: mapa da produção acadêmica**. Brasília: NEAD, 2006.

MEDEIROS, M. **O que faz os ricos ricos: o outro lado da desigualdade brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2005.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico, heterogeneidade estrutural e distribuição de renda no Brasil. *In: Economia e Sociedade*, v. 13, n. 2, p. 169-174, 2016.

MEDINA, G.; NOVAES, E.; TEIXEIRA, S. M. Desenvolvimento local em territórios empobrecidos: possibilidades de inclusão social e produtiva de produtores rurais. Campo Grande: **Interações**, v. 18, n. 1, 2017.

MORAES, A. C. R. **Ideologias geográficas**. São Paulo: Annablume, 2005.

MUNIZ, V. M.; CARVALHO, A. T. O Programa Nacional de Alimentação Escolar em Municípios do Estado da Paraíba: um estudo sob o olhar dos beneficiários do Programa. *In: Revista de Nutrição*. Campinas, v. 20, sup. 3, 2007.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. **Gestão da produção rural no agronegócio**. 2. ed. São Paulo. Atlas: 2001.

NASCIMENTO, C. A. **Pluriatividade, pobreza rural e políticas públicas**. Campinas: UNICAMP, 2005.

NAVES, L.; MENDES, E. D. P. P. **Agricultura familiar e identidade territorial: a comunidade rural Olhos D'água no município de Catalão**. 2015,1, p. 257.

NERI, M. **Microcrédito: o mistério nordestino e o Grameen brasileiro**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.

OLIVEIRA, D. C. Análise de conteúdo temático-categorial: uma proposta de sistematização. *In: Rev. Enferm.* out/dez-2008, 16(4): 569-576. Rio de Janeiro: UERJ. 2008.

PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une nouvelle approche des processus de développement pour les économies du sud.** France: Université Joseph Fourier, 2004.

PAULILLO, L. F. **Redes de poder & territórios produtivos.** São Carlos: Rima Editora da UFSCar, 2000.

POLLICE, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. **Espaço e cultura**, n. 27, p. 7-24, 2010.

_____, F. O papel da identidade territorial nos processos de desenvolvimento local. *In: Espaço e Cultura*, 2012, p. 7-24.

RANGEL, L. A.; ANDRADE, J.; DIVINO, J. A. Crescimento econômico e desigualdade de renda no Brasil de 1991 a 2000: uma análise das áreas mínimas comparáveis. *In: Texto de Discussão*, nº 1312. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.

REDIN E.; FIALHO M. A. V. **Política agrícola brasileira: uma análise histórica da inserção da agricultura familiar.** Santa Maria: UFSM, 2010.

RIBEIRO, P. T. Perspectiva territorial, regionalização e redes: uma abordagem à política de saúde da República Federativa do Brasil. *In: Saúde e Sociedade*, v. 24, n. 2, p. 403-412, 2015.

RONFORT, C. *et al.* Spatialisation de scénarios d'évolution du ruissell émentérosif et implications pour les politiques publiques locales. **L'Espacegéographique**, v. 43, n. 2, p. 164-178, 2014.

SANTOS, C. **Estatística descritiva-manual de auto-aprendizagem.** Lisboa: Edições Sílabo, 2007.

SANTOS, M. J.; PONTES, A. E. Desenvolvimento local, reforma agrária e ocupação territorial: o caso do Assentamento São Domingos dos Olhos D'água. *In: Revista de Geografia Agrária*, 2016.

SANTOS, M. A questão do meio ambiente: desafios para a construção de uma perspectiva transdisciplinar. *In: InterfacEHS-Revista de Saúde, Meio Ambiente e Sustentabilidade*, v. 1, n. 1, 2013.

SANTOS, G. E. O. Cálculo amostral: calculadora on-line. 2011. Acesso em: 08 janeiro 2016.

SARAIVA, E. B. **Panorama da compra de alimentos da agricultura familiar para o Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Florianópolis: UFSC, 2013. Dissertação (Mestrado em Nutrição). Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.

SAWAIA, B. B. **Identidade: uma ideologia separatista? As artimanhas da exclusão**, 2001, p.119-127.

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. *In: Sociologias*, 2004, p. 88-125.

_____. O papel da pluriatividade numa estratégia de desenvolvimento rural. *In: Seminário Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável*, 2005. Brasília: MDA: CONDRAF, 2005.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A. Diversidade e heterogeneidade da agricultura familiar no Brasil e algumas implicações para políticas públicas. *In: Cadernos de Ciência & Tecnologia*, v. 31, n. 2, p. 227-263, 2014.

SCHMITT, A.; TURATTI, M. C. M.; CARVALHO, M. C. P. de. A atualização do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *In: Ambiente & Sociedade*, 2002, 5.10: p. 1-8.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SHUCK, B.; REIO JUNIOR, T. G.; ROCCO, T. S. Employee engagement: an examination of antecedent and outcome variables. *In: Human Resource Development International*, 2011.

SILVA, S. P. **Políticas públicas e agricultura familiar: uma abordagem territorial do PRONAF no Médio Jequitinhonha**. Viçosa: UFV, 2008. Dissertação (Mestrado em Economia). Universidade Federal de Viçosa, 2008.

SPINELLI M. A. S., CANESQUI A. M. O programa de alimentação escolar no estado de Mato Grosso: da centralização à descentralização (1979 - 1995). *In: Revista de Nutrição*, 15(1):105-17, 2002.

TERENCE, A. C. F.; ESCRIVÃO-FILHO, E. Abordagem quantitativa, qualitativa e a utilização da pesquisa-ação nos estudos organizacionais. *In: Encontro Nacional de Administração*, 26, 2006, Fortaleza: ENEGEP, 2006.

TERLUIN, I. J. Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories. *In: Journal of Rural Studies*. Oxford, v. 19, p. 327-344, 2003.

VALERIANO, C. A. N. **O Programa de Aquisição de Alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local: o caso da CPR - doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará**. 134fls. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento Local da Amazônia - PPGDAM). Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará. UFPA, 2012.

VEIGA, J. E. da. O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento. Texto para Discussão, nº 1. Brasília: NEAD, 2001.

VERGARA, M. C. B. **Métodos de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2005.

VERNIÈRES, M.. Dynamique territoriale edu monde rural, une approche patrimoniale de laplace de l'agriculture. *In: Unexemple: le Larzac et sesvallées (Document exploratoire, version provisoire)*, 2014.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. As ferramentas quantitativas e qualitativas na análise histórica do desenvolvimento regional: o Vale do Paraíba de 1970-2000. **Diálogos** (Maringá), v. 17, p. 279-307, 2013.

VILLAR, B. S. *et al.* Situation of the municipalities of São Paulo state in relation to the purchase of products directly from family farms for the National School Feeding Program (PNAE). *In: Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 16, n. 1, p. 223-226, 2013.

XAVIER, T. R. *et al.* A relevância do capital social como elemento propulsor da articulação dos atores locais em prol do desenvolvimento regional. *In: Revista Administração em Diálogo-RAD*, v. 15, n. 1, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *In: Estudos Sociedade e Agricultura*, v. 1, 2013.

WOODWARD, K. **Identidade e diferença: uma questão cultural. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2009.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

APÊNDICE 1 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O Sr (a) está sendo convidado (a) a participar da pesquisa **“IDENTIDADE TERRITORIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO”**, sob a responsabilidade do pesquisador **Maria Antonia Fernandes Nabarro**. Nesta pesquisa pretendemos **“Analisar e diagnosticar a Agricultura Familiar como fomentadora de uma identidade territorial”**.

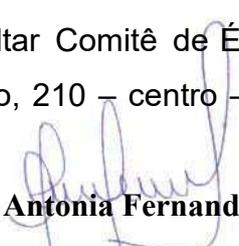
Sua participação é voluntária e se dará por meio do preenchimento de um questionário com 51 perguntas. Os riscos decorrentes dessa pesquisa são mínimos, pois não interferem, intervêm ou modificam as variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos participantes. Se você aceitar participar estará contribuindo para atingirmos o objetivo deste estudo.

Para participar deste estudo o Sr (a) não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Terá o esclarecimento sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para recusar-se a participar e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido pelo pesquisador, que tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a sua permissão.

O (A) Sr (a) não será identificado em nenhuma publicação que possa resultar. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 (cinco) anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida ao senhor (a). Para qualquer outra informação o sr. (a) poderá entrar em contato com o pesquisador pelo telefone (telefone do pesquisador com a obs. Inclusive ligações à cobrar), e-mail.

Em caso de dúvidas com respeito aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar Comitê de Ética em Pesquisa – CEP/UNITAU na Rua Visconde do Rio Branco, 210 – centro – Taubaté, telefone (12) 3635-1233, e-mail: cep@unitau.br.


Maria Antonia Fernandes Nabarro

Pesquisador

Consentimento pós-informação

Eu, ____, portador do documento de Identidade _____ fui informado(a) dos objetivos da pesquisa “**NOME DA PESQUISA**”, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão de participar se assim o desejar.

Declaro que concordo em participar. Recebi uma cópia deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Rolim de Moura, _____, de _____ de 2016.

Assinatura do Participante

APÊNDICE 2 – INSTRUMENTO DE PESQUISA

CARACTERIZAÇÃO DOS AGRICULTORES

1. Gênero () Masculino () Feminino

2. Idade

- () até 25 anos
- () de 26 a 35 anos
- () de 36 a 45 anos
- () de 46 a 55 anos
- () acima de 56 anos

3. Há quanto tempo atua como agricultor?

- () Menos de 1 ano.
- () Entre 1 e 3 anos.
- () Entre 3 e 6 anos.
- () Entre 6 e 10 anos.
- () Mais de 10 anos.

4. Qual seu estado de origem?

- () Rondônia
- () Outro. Qual? _____

5. Quantos membros da família trabalham com você?

- () Nenhuma.
- () Uma pessoa.
- () Duas pessoas.
- () Três pessoas.
- () Quatro pessoas ou mais.

6. Quantos membros da família exercem outra atividade remunerada?

- () Nenhuma.
- () Uma pessoa.
- () Duas pessoas.
- () Três pessoas.
- () Quatro pessoas ou mais.

7. Qual o rendimento, em média, obtido pela família?

- () Até 1 salário mínimo.
- () de 2 a 3 salários mínimos.
- () de 3 a 5 salários mínimos.
- () de 6 a 10 salários mínimos.
- () Acima de 10 salários mínimos.

A. DIMENSÃO FÍSICA

A1. Tipo de acesso à terra

- () Proprietário.
- () Locatário.

- Assentado.
 Outro.

A2. Extensão da propriedade

- menos de 2 alqueires
 entre 2 e 5 alqueires
 entre 5 e 10 alqueires
 entre 10 e 20 alqueires
 acima de 20 alqueires

A3. Quais os cinco principais produtos cultivados na propriedade?

- café feijão arroz milho mandioca banana
 mamão limão laranja berinjela tomate alface

A4. Além dos produtos cultivados, que outras atividades paralelas a propriedade possui?

- Fabricação de queijos
 Fabricação de embutidos
 Fabricação de doces e compotas
 Produtos de panificação
 Produção de mel
 Criação de peixes
 Produção de artesanatos
 Outros. Quais? _____

Física1. Com relação à suficiência das máquinas, equipamentos e estrutura em sua propriedade.

- 1 2 3 4 5

Física2. Nos últimos dois anos houve aquisição de máquinas e equipamentos para a propriedade rural.

- 1 2 3 4 5

Física3. É importante você ser proprietário da terra.

- 1 2 3 4 5

Física4. É importante o tamanho da propriedade rural.

- 1 2 3 4 5

Física5. É importante adquirir novas propriedades rurais.

- 1 2 3 4 5

Física6. É importante que as novas propriedades rurais adquiridas sejam no município de Rolim de Moura.

- 1 2 3 4 5

B.DIMENSÃO ECONÔMICA

Econ1. Produz apenas para o consumo.

- 1 2 3 4 5

Econ2. Produz para venda em feiras- livres.

1 2 3 4 5

Econ3. Produz para vendas em comércio local ou regional.

1 2 3 4 5

Econ4. Produz para vendas para outros estados.

1 2 3 4 5

Econ5. A produção é diversificada.

1 2 3 4 5

Econ6. Os produtos produzidos são repassados para o PAA.

1 2 3 4 5

Econ7. Tem dificuldades para a comercialização dos produtos

1 2 3 4 5

Econ8. Os produtos advindos de outras regiões atrapalham a comercialização de seus produtos.

1 2 3 4 5

Econ9. O preço de seus produtos em relação aos preços praticados pela concorrência.

1 2 3 4 5

Econ10. Os produtos produzidos na zona rural do município são suficientes para atender à população local.

1 2 3 4 5

Econ11. Em determinadas épocas do ano é inevitável a entrada de produtos de outras regiões devida à escassez dos produtos locais em razão da entressafra.

1 2 3 4 5

Econ12. Os preços que você pratica sobre seus produtos acompanham o preço dos concorrentes.

1 2 3 4 5

Econ13. Os preços que você pratica sobre seus produtos são de acordo com a quantidade em oferta na praça.

1 2 3 4 5

Econ14. Você faz cálculos antecipados para conhecer o preço mínimo de venda.

1 2 3 4 5

Econ15. Um maior número de produção de produtos agrícolas poderia ser absorvido pela comunidade onde está inserido?

1 2 3 4 5

C.DIMENSÃO SIMBÓLICA

Simb1. Participou de festividades do município nos últimos dois anos.

1 2 3 4 5

C2. Tem conhecimento de quais festividades relacionadas abaixo.

Festa do Tambaqui

EXPOAGRO

Festa do Milho

Arraial de Integração do Centro Educacional

Festa de Padroeiros das Comunidades

Sim2. Participa ativamente como membro organizador de alguma das festividades acima listadas.

1 2 3 4 5

Sim3. Atua em algum movimento cultural.

1 2 3 4 5

Sim4. Mantém hábitos ou costumes herdados do seu local de origem.

1 2 3 4 5

Sim5. Outras pessoas da sua família que possuem propriedades de agricultura familiar no município.

1 2 3 4 5

Sim6. Sua propriedade rural é herança de família.

1 2 3 4 5

Sim7. Outras gerações de sua família também sobreviveram da agricultura familiar.

1 2 3 4 5

Sim8. Você e sua família se reúnem com outras famílias da comunidade.

1 2 3 4 5

D. DIMENSÃO SOCIOPOLÍTICA

Pol1. Tem conhecimento sobre identidade territorial.

1 2 3 4 5

Pol2. Rolim de Moura é reconhecida pela força da agricultura.

1 2 3 4 5

Pol3. É filiado a uma cooperativa.

1 2 3 4 5

Pol4. Participa das decisões tomadas pela cooperativa.

1 2 3 4 5

Pol5. Houve aumento de renda familiar após as parcerias com cooperativas EMATER e outros órgãos.

1 2 3 4 5

Pol6. Possui acesso a políticas públicas ou programas de incentivo à agricultura familiar.

1 2 3 4 5

Pol7. A participação nas políticas públicas e programas de incentivo à agricultura familiar melhorou seu padrão de vida.

1 2 3 4 5

Pol8. Paga algum tipo de financiamento agrícola.

1 2 3 4 5

Pol9. Como avalia os incentivos à agricultura familiar no município de Rolim de Moura.

1 2 3 4 5

Tabela 2B – Correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão econômica

		Econ1	Econ2	Econ3	Econ4	Econ5	Econ6	Econ7	Econ8	Econ9	Econ10	Econ11	Econ12	Econ13	Econ14	Econ15
Sim6	Correlação de Pearson	-,289	,252	,092	-,088	,117	,194	-,097	,053	,026	-,016	,131	,084	-,049	-,124	-,148
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,101	,116	,036	,000	,084	,348	,646	,777	,019	,135	,383	,026	,008
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim7	Correlação de Pearson	-,061	-,142	-,250	,002	,091	,260	,157	-,079	,140	,025	-,012	-,041	,142	-,099	,007
	Sig. (2 extremidades)	,275	,011	,000	,979	,103	,000	,005	,157	,012	,656	,832	,469	,011	,076	,894
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim8	Correlação de Pearson	-,096	,182	,257	,197	,112	-,134	-,071	,003	,003	-,258	-,128	,063	,187	,169	-,178
	Sig. (2 extremidades)	,086	,001	,000	,000	,044	,016	,207	,960	,957	,000	,022	,257	,001	,002	,001
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 3A – Correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão física

		Física1	Física2	Física3	Física4	Física5	Física6
Econ1	Correlação de Pearson	,222**	-,194**	,019	,162**	-,297**	-,164**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,734	,004	,000	,003
	N	321	321	321	321	321	321
Econ2	Correlação de Pearson	-,109	,159**	-,115*	,008	,119*	-,031
	Sig. (2 extremidades)	,050	,004	,039	,893	,033	,577
	N	321	321	321	321	321	321
Econ3	Correlação de Pearson	-,122*	,363**	-,116*	-,170**	,120*	-,080
	Sig. (2 extremidades)	,028	,000	,037	,002	,031	,152
	N	321	321	321	321	321	321
Econ4	Correlação de Pearson	-,084	,084	-,666**	-,164**	,120*	,194**
	Sig. (2 extremidades)	,132	,133	,000	,003	,032	,000
	N	321	321	321	321	321	321
Econ5	Correlação de Pearson	-,267**	,093	-,136*	,061	-,022	,061
	Sig. (2 extremidades)	,000	,095	,015	,273	,690	,273
	N	321	321	321	321	321	321
Econ6	Correlação de Pearson	,052	-,107	,121*	,014	,147**	,171**
	Sig. (2 extremidades)	,353	,056	,030	,808	,009	,002
	N	321	321	321	321	321	321
Econ7	Correlação de Pearson	-,168**	,156**	-,307**	,000	,147**	-,114*
	Sig. (2 extremidades)	,003	,005	,000	,994	,008	,042
	N	321	321	321	321	321	321
Econ8	Correlação de Pearson	-,356**	-,138*	,123*	-,028	-,174**	-,166**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,013	,027	,613	,002	,003
	N	321	321	321	321	321	321

Tabela 3B – Correlação de Pearson da dimensão econômica com a dimensão física

		Física1	Física2	Física3	Física4	Física5	Física6
Econ9	Correlação de Pearson	,172**	-,008	,238**	,147**	-,245**	-,071
	Sig. (2 extremidades)	,002	,881	,000	,008	,000	,205
	N	321	321	321	321	321	321
Econ10	Correlação de Pearson	-,038	-,156**	,027	,067	,194**	-,239**
	Sig. (2 extremidades)	,501	,005	,634	,231	,000	,000
	N	321	321	321	321	321	321
Econ11	Correlação de Pearson	-,002	-,120*	-,098	,130*	-,011	-,054
	Sig. (2 extremidades)	,974	,031	,081	,020	,843	,335
	N	321	321	321	321	321	321
Econ12	Correlação de Pearson	,193**	,008	,567**	-,187**	,200**	,011
	Sig. (2 extremidades)	,001	,880	,000	,001	,000	,848
	N	321	321	321	321	321	321
Econ13	Correlação de Pearson	,140*	,120*	-,135*	-,129*	,272**	,028
	Sig. (2 extremidades)	,012	,031	,015	,021	,000	,617
	N	321	321	321	321	321	321
Econ14	Correlação de Pearson	-,350**	,135*	,164**	-,052	,024	-,010
	Sig. (2 extremidades)	,000	,016	,003	,354	,665	,863
	N	321	321	321	321	321	321
Econ15	Correlação de Pearson	-,244**	-,120*	-,097	,120*	-,088	-,087
	Sig. (2 extremidades)	,000	,032	,083	,032	,115	,118
	N	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 4 – Correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão econômica

		Econ1	Econ2	Econ3	Econ4	Econ5	Econ6	Econ7	Econ8	Econ9	Econ10	Econ11	Econ12	Econ13	Econ14	Econ15
Física1	Correlação de Pearson	,222	-,109	-,122	-,084	-,267	,052	-,168	-,356	,172	-,038	-,002	,193	,140	-,350	-,244
	Sig. (2 extremidades)	,000	,050	,028	,132	,000	,353	,003	,000	,002	,501	,974	,001	,012	,000	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física2	Correlação de Pearson	-,194	,159	,363	,084	,093	-,107	,156	-,138	-,008	-,156	-,120	,008	,120	,135	-,120
	Sig. (2 extremidades)	,000	,004	,000	,133	,095	,056	,005	,013	,881	,005	,031	,880	,031	,016	,032
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física3	Correlação de Pearson	,019	-,115	-,116	-,666	-,136	,121	-,307	,123	,238	,027	-,098	,567	-,135	,164	-,097
	Sig. (2 extremidades)	,734	,039	,037	,000	,015	,030	,000	,027	,000	,634	,081	,000	,015	,003	,083
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física4	Correlação de Pearson	,162	,008	-,170	-,164	,061	,014	,000	-,028	,147	,067	,130	-,187	-,129	-,052	,120
	Sig. (2 extremidades)	,004	,893	,002	,003	,273	,808	,994	,613	,008	,231	,020	,001	,021	,354	,032
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física5	Correlação de Pearson	-,297	,119	,120	,120	-,022	,147	,147	-,174	-,245	,194	-,011	,200	,272	,024	-,088
	Sig. (2 extremidades)	,000	,033	,031	,032	,690	,009	,008	,002	,000	,000	,843	,000	,000	,665	,115
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física6	Correlação de Pearson	-,164	-,031	-,080	,194	,061	,171	-,114	-,166	-,071	-,239	-,054	,011	,028	-,010	-,087
	Sig. (2 extremidades)	,003	,577	,152	,000	,273	,002	,042	,003	,205	,000	,335	,848	,617	,863	,118
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 6B – Correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão econômica

		Econ1	Econ2	Econ3	Econ4	Econ5	Econ6	Econ7	Econ8	Econ9	Econ10	Econ11	Econ12	Econ13	Econ14	Econ15
Pol6	Correlação de Pearson	,279	,207	-,026	-,201	-,206	,649	,145	,285	,156	,190	-,025	,189	-,016	,079	,183
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,638	,000	,000	,000	,009	,000	,005	,001	,653	,001	,771	,160	,001
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol7	Correlação de Pearson	-,233	,172	-,099	-,168	-,494	,528	,113	,284	-,157	,032	-,023	,178	-,024	,023	,065
	Sig. (2 extremidades)	,000	,002	,075	,003	,000	,000	,043	,000	,005	,562	,681	,001	,671	,686	,245
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol8	Correlação de Pearson	-,289	,065	,028	-,356	,002	,222	-,093	,246	,197	,131	,088	,189	-,086	-,022	-,246
	Sig. (2 extremidades)	,000	,248	,614	,000	,965	,000	,096	,000	,000	,018	,117	,001	,122	,695	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol9	Correlação de Pearson	,132	-,051	-,090	-,093	,090	-,003	-,126	-,053	,040	,104	-,072	,129	-,128	,265	-,108
	Sig. (2 extremidades)	,018	,365	,107	,095	,109	,953	,024	,346	,477	,063	,196	,021	,022	,000	,054
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 7 – Correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão simbólica

		Sim1	Sim2	Sim3	Sim4	Sim5	Sim6	Sim7	Sim8
Física1	Correlação de Pearson	,124*	,216**	,184**	,228**	-,298**	,110*	-,022	,012
	Sig. (2 extremidades)	,027	,000	,001	,000	,000	,048	,695	,828
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Física2	Correlação de Pearson	,415**	,127*	,129*	,123*	-,146**	,013	-,176**	,299**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,022	,021	,027	,009	,813	,002	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Física3	Correlação de Pearson	,046	,103	,104	-,132*	-,118*	,156**	-,142*	-,092
	Sig. (2 extremidades)	,415	,065	,062	,018	,034	,005	,011	,100
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Física4	Correlação de Pearson	-,155**	,151**	,153**	,149**	-,173**	,217**	,041	-,099
	Sig. (2 extremidades)	,005	,007	,006	,008	,002	,000	,460	,075
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Física5	Correlação de Pearson	-,155**	,007	,027	-,232**	,217**	,217**	,015	-,104
	Sig. (2 extremidades)	,005	,903	,627	,000	,000	,000	,783	,062
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Física6	Correlação de Pearson	-,215**	-,011	,025	-,076	,208**	,115*	-,035	,140*
	Sig. (2 extremidades)	,000	,849	,659	,176	,000	,040	,537	,012
	N	321	321	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 8 – Correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão física

		Física 1	Física2	Física3	Física4	Física5	Física6
Sim1	Correlação de Pearson	,124	,415	,046	-,155	-,155	-,215
	Sig. (2 extremidades)	,027	,000	,415	,005	,005	,000
	N	321	321	321	321	321	321
Sim2	Correlação de Pearson	,216	,127	,103	,151	,007	-,011
	Sig. (2 extremidades)	,000	,022	,065	,007	,903	,849
	N	321	321	321	321	321	321
Sim3	Correlação de Pearson	,184	,129	,104	,153	,027	,025
	Sig. (2 extremidades)	,001	,021	,062	,006	,627	,659
	N	321	321	321	321	321	321
Sim4	Correlação de Pearson	,228	,123	-,132	,149	-,232	-,076
	Sig. (2 extremidades)	,000	,027	,018	,008	,000	,176
	N	321	321	321	321	321	321
	Sig. (2 extremidades)	,828	,000	,100	,075	,062	,012
	N	321	321	321	321	321	321
Sim5	Correlação de Pearson	-,298	-,146	-,118	-,173	,217	,208
	Sig. (2 extremidades)	,000	,009	,034	,002	,000	,000
	N	321	321	321	321	321	321
Sim6	Correlação de Pearson	,110	,013	,156	,217	,217	,115
	Sig. (2 extremidades)	,048	,813	,005	,000	,000	,040
	N	321	321	321	321	321	321
Sim7	Correlação de Pearson	-,022	-,176	-,142	,041	,015	-,035
	Sig. (2 extremidades)	,695	,002	,011	,460	,783	,537
	N	321	321	321	321	321	321
Sim8	Correlação de Pearson	,012	,299	-,092	-,099	-,104	,140
	Sig. (2 extremidades)	,828	,000	,100	,075	,062	,012
	N	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 9 – Correlação de Pearson da dimensão física com a dimensão sociopolítica

		Pol1	Pol2	Pol3	Pol4	Pol5	Pol6	Pol7	Pol8	Pol9
Física1	Correlação de Pearson	,174**	-,272**	,181**	,252**	,061	-,203**	-,145**	-,170**	,077
	Sig. (2 extremidades)	,002	,000	,001	,000	,277	,000	,009	,002	,169
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física2	Correlação de Pearson	-,191**	-,005	,121*	,105	,155**	-,091	-,288**	,039	-,243**
	Sig. (2 extremidades)	,001	,929	,030	,061	,005	,103	,000	,484	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física3	Correlação de Pearson	-,127*	-,137*	-,270**	,082	,240**	,195**	,163**	,346**	,299**
	Sig. (2 extremidades)	,022	,014	,000	,142	,000	,000	,003	,000	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física4	Correlação de Pearson	,227**	,081	,257**	,132*	,171**	-,046	-,219**	-,074	-,196**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,146	,000	,018	,002	,414	,000	,187	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física5	Correlação de Pearson	-,030	-,157**	,078	,121*	-,110*	,115*	,082	,019	,092
	Sig. (2 extremidades)	,593	,005	,165	,030	,048	,040	,141	,729	,101
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Física6	Correlação de Pearson	,147**	,148**	,191**	,091	-,093	,131*	,101	,071	,042
	Sig. (2 extremidades)	,008	,008	,001	,104	,096	,019	,071	,207	,452
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 10 – Correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão física

		Física1	Física2	Física3	Física4	Física5	Física6
Pol1	Correlação de Pearson	,174	-,191	-,127	,227	-,030	,147
	Sig. (2 extremidades)	,002	,001	,022	,000	,593	,008
	N	321	321	321	321	321	321
Pol2	Correlação de Pearson	-,272	-,005	-,137	,081	-,157	,148
	Sig. (2 extremidades)	,000	,929	,014	,146	,005	,008
	N	321	321	321	321	321	321
Pol3	Correlação de Pearson	,181	,121	-,270	,257	,078	,191
	Sig. (2 extremidades)	,001	,030	,000	,000	,165	,001
	N	321	321	321	321	321	321
Pol4	Correlação de Pearson	,252	,105	,082	,132	,121	,091
	Sig. (2 extremidades)	,000	,061	,142	,018	,030	,104
	N	321	321	321	321	321	321
Pol5	Correlação de Pearson	,061	,155	,240	,171	-,110	-,093
	Sig. (2 extremidades)	,277	,005	,000	,002	,048	,096
	N	321	321	321	321	321	321
Pol6	Correlação de Pearson	-,203	-,091	,195	-,046	,115	,131
	Sig. (2 extremidades)	,000	,103	,000	,414	,040	,019
	N	321	321	321	321	321	321
Pol7	Correlação de Pearson	-,145	-,288	,163	-,219	,082	,101
	Sig. (2 extremidades)	,009	,000	,003	,000	,141	,071
	N	321	321	321	321	321	321
Pol8	Correlação de Pearson	-,170	,039	,346	-,074	,019	,071
	Sig. (2 extremidades)	,002	,484	,000	,187	,729	,207
	N	321	321	321	321	321	321
Pol9	Correlação de Pearson	,077	-,243	,299	-,196	,092	,042
	Sig. (2 extremidades)	,169	,000	,000	,000	,101	,452
	N	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 11 – Correlação de Pearson da dimensão sociopolítica com a dimensão simbólica

		Sim1	Sim2	Sim3	Sim4	Sim5	Sim6	Sim7	Sim8
Pol1	Correlação de Pearson	-,192**	,090	-,020	-,013	-,172**	-,149**	,127*	,043
	Sig. (2 extremidades)	,001	,107	,725	,814	,002	,007	,022	,447
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol2	Correlação de Pearson	-,169**	-,160**	-,161**	-,163**	-,052	-,127*	-,129*	,185**
	Sig. (2 extremidades)	,002	,004	,004	,003	,354	,023	,020	,001
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol3	Correlação de Pearson	,193**	,420**	,425**	-,022	-,219**	,018	-,165**	,251**
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,701	,000	,744	,003	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol4	Correlação de Pearson	,111*	,588**	,554**	-,236**	-,123*	,302**	-,275**	,298**
	Sig. (2 extremidades)	,047	,000	,000	,000	,027	,000	,000	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol5	Correlação de Pearson	,195**	,410**	,396**	-,135*	-,284**	,135*	-,132*	,079
	Sig. (2 extremidades)	,000	,000	,000	,016	,000	,015	,018	,160
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol6	Correlação de Pearson	,072	-,113*	-,136*	-,343**	,258**	,050	,106	-,199**
	Sig. (2 extremidades)	,195	,044	,015	,000	,000	,376	,057	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol7	Correlação de Pearson	,160**	-,093	-,113*	-,276**	,253**	-,065	,075	-,215**
	Sig. (2 extremidades)	,004	,097	,043	,000	,000	,247	,183	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol8	Correlação de Pearson	,127*	-,067	-,023	-,369**	,180**	,189**	-,072	,061
	Sig. (2 extremidades)	,023	,229	,679	,000	,001	,001	,195	,273
	N	321	321	321	321	321	321	321	321
Pol9	Correlação de Pearson	,113*	,231**	,221**	-,289**	-,241**	-,180**	-,318**	,071
	Sig. (2 extremidades)	,044	,000	,000	,000	,000	,001	,000	,206

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

Tabela 13 – Correlação de Pearson da dimensão simbólica com a dimensão sociopolítica

		Pol1	Pol2	Pol3	Pol4	Pol5	Pol6	Pol7	Pol8	Pol9
Sim1	Correlação de Pearson	-,192	-,169	,193	,111	,195	,072	,160	,127	,113
	Sig. (2 extremidades)	,001	,002	,000	,047	,000	,195	,004	,023	,044
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim2	Correlação de Pearson	,090	-,160	,420	,588	,410	-,113	-,093	-,067	,231
	Sig. (2 extremidades)	,107	,004	,000	,000	,000	,044	,097	,229	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim3	Correlação de Pearson	-,020	-,161	,425	,554	,396	-,136	-,113	-,023	,221
	Sig. (2 extremidades)	,725	,004	,000	,000	,000	,015	,043	,679	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim4	Correlação de Pearson	-,013	-,163	-,022	-,236	-,135	-,343	-,276	-,369	-,289
	Sig. (2 extremidades)	,814	,003	,701	,000	,016	,000	,000	,000	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim5	Correlação de Pearson	-,172	-,052	-,219	-,123	-,284	,258	,253	,180	-,241
	Sig. (2 extremidades)	,002	,354	,000	,027	,000	,000	,000	,001	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim6	Correlação de Pearson	-,149	-,127	,018	,302	,135	,050	-,065	,189	-,180
	Sig. (2 extremidades)	,007	,023	,744	,000	,015	,376	,247	,001	,001
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim7	Correlação de Pearson	,127	-,129	-,165	-,275	-,132	,106	,075	-,072	-,318
	Sig. (2 extremidades)	,022	,020	,003	,000	,018	,057	,183	,195	,000
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321
Sim8	Correlação de Pearson	,043	,185	,251	,298	,079	-,199	-,215	,061	,071
	Sig. (2 extremidades)	,447	,001	,000	,000	,160	,000	,000	,273	,206
	N	321	321	321	321	321	321	321	321	321

Fonte: Elaborado pela autora (2017)

ANEXO 1 – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP



Continuação do Parecer: 1.620.312

desenvolvimento da região.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa interessante e útil.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O pesquisador apresentou o TCLE.

Recomendações:

Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté recomenda a entrega do relatório final ao término da pesquisa

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado.

Considerações Finais a critério do CEP:

O Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, em reunião de 11/11/2016, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 510/16, considerou o Projeto de Pesquisa: APROVADO.

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_798279.pdf	27/10/2016 18:40:32		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	27/10/2016 18:40:10	maria antonia fernandes nabarro	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoPlataforma.docx	15/10/2016 00:56:00	maria antonia fernandes nabarro	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	15/10/2016 00:55:21	maria antonia fernandes nabarro	Aceito
Brochura Pesquisa	PESQUISA.docx	27/09/2016 00:56:02	maria antonia fernandes nabarro	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: IDENTIDADE TERRITORIAL E AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE ROLIM DE MOURA-RO

Pesquisador: maria antonia femandes nabarro

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 61472416.8.0000.5501

Instituição Proponente: Universidade de Taubaté

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 1.820.312

Apresentação do Projeto:

A pesquisa será feita no município de Rolim de Moura/RO, e, embora seja relativamente novo, passou por diversos ciclos econômicos e, atualmente, não tem uma identidade econômica definida, acarretando dificuldades no desenvolvimento econômico deste recorte geográfico e, conseqüentemente, no desenvolvimento da região.

Objetivo da Pesquisa:

Diagnosticar e analisar como a Agricultura Familiar assume a condição de fomentadora de uma Identidade Territorial.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Os riscos decorrentes dessa pesquisa são mínimos, pois não interferem, intervêm ou modificam as variáveis fisiológicas ou psicológicas e sociais dos indivíduos participantes.

Benefícios:

O município de Rolim de Moura/RO, embora seja relativamente novo, passou por diversos ciclos econômicos e, atualmente, não tem uma identidade econômica definida, acarretando dificuldades no desenvolvimento econômico deste recorte geográfico e, conseqüentemente, no

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210			
Bairro: Centro		CEP: 12.020-040	
UF: SP	Município: TAUBATE		
Telefone: (12)3635-1233	Fax: (12)3635-1233	E-mail: cepunitau@unitau.br	



Continuação do Parecer: 1.820.312

TAUBATE, 11 de Novembro de 2016

Assinado por:
Maria Dolores Alves Cocco
(Coordenador)

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Bairro: Centro **CEP:** 12.020-040
UF: SP **Município:** TAUBATE
Telefone: (12)3635-1233 **Fax:** (12)3635-1233 **E-mail:** cepunitau@unitau.br